



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – IFPE
Campus Recife
Departamento Acadêmico de Cultura Geral, Formação de Professores e Gestão –
DAFG
Coordenação De Turismo - CATU
Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo

ALDECY ALVES DE FREITAS
EVELINE MÔNICA DE AZEVEDO CAMINHA GUIMARÃES
LUCAS SILVA FERRAZ

**EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE
GRAVATÁ-PE: Uma proposta de implantação de um sistema de monitoramento
e acompanhamento para sua gestão**

Recife
2020

ALDECY ALVES DE FREITAS
EVELINE MÔNICA DE AZEVEDO CAMINHA GUIMARÃES
LUCAS SILVA FERRAZ

**EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE
GRAVATÁ-PE: Uma proposta de implantação de um sistema de monitoramento
e acompanhamento para sua gestão**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento Acadêmico de Cultura Geral, Formação de Professores e Gestão – DAFG em Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como requisito final para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Orientador: Prof^a Dr^a. Iraneide Pereira da Silva

Recife

2020

F866e
2021

Freitas, Aldecy Alves de

Efetividade das políticas públicas do Turismo no Município de Gravatá -PE :uma proposta de implantação de um sistema de monitoramento para sua gestão. / Aldecy Alves de Freitas ; Eveline Mônica de Azevedo Caminha Guimarães ; Lucas Silva Ferraz. — Recife: Os autores, 2021.
134f. il. Color.

TCC (Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Pernambuco, Departamento Acadêmico de Cultura Geral, Formação de Professores e Gestão - DAFG, 2021.

Inclui Referências e apêndice.

Orientador: Profa. Dra. Iraneide Pereira da Silva.

1. Turismo. 2. Avaliação. 3. Efetividade. 4. Gestão. 5. Gravatá. 6. Políticas Públicas
I. Silva, Iraneide Pereira da (orientador). II. Instituto Federal de Pernambuco. III. Título.

CDD 338.4791(21ed.)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE
Departamento Acadêmico de Cultura Geral, Formação de Professores e Gestão –
DAFG

**EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE
GRAVATÁ-PE: Uma proposta de implantação de um sistema de monitoramento
e acompanhamento para sua gestão**

Projeto turístico aprovado como requisito final do trabalho de conclusão do curso de Superior Tecnológico em Gestão em Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, para a obtenção do título de Tecnólogo.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Iraneide Pereira da Silva – IFPE
Orientadora

Prof. Me. Rodrigo José de Albuquerque Marinho Ataíde dos Santos – IFPE
Examinador Interno

Prof. Dr. Arthur Leandro Alves da Silva – UFPE
Examinador Externo

Recife, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, nosso Pai Celestial, que nos concedeu o dom da vida e permitiu a nossa vinda a esta Terra.

Aos nossos familiares, pelo amor incondicional, apoio e paciência exercidos durante a execução deste Trabalho de Conclusão de Curso.

À nossa querida orientadora, Prof.^a Dra. Iraneide Pereira da Silva, por todas as horas de orientação, pela disponibilidade e por todas as demonstrações de carinho.

Aos que fazem a Secretaria de Turismo de Gravatá, pela receptividade e informações prestadas, elementos fundamentais para a pesquisa, além de todos os anônimos que responderam às entrevistas e aos questionários.

Aos nossos mestres, pela valiosa contribuição para o nosso aprendizado.

Aos nossos colegas de turma, cuja convivência fortaleceu os nossos laços e nos motivou a seguir em frente em tempos tão tempestuosos.

“Um dos grandes erros é julgar políticas e programas por suas intenções, em vez de seus resultados”.

Milton Friedman

RESUMO

Gravatá, município localizado no agreste pernambucano, tem o turismo de segunda residência como seu principal segmento, além do turismo de eventos. Embora, a partir de pesquisa de campo feita por meio da realização de entrevistas junto aos gestores do turismo municipal e representantes do trade local e a aplicação de questionário junto a visitantes e moradores do município, percebe-se o potencial para o desenvolvimento de outros segmentos, como ecoturismo e turismo de aventura. Mas faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas para o seu fomento. Sabe-se que as políticas públicas são básicas na implementação de ações de desenvolvimento em qualquer área do setor público, mas precisam ser acompanhadas através de controles que possam avaliar sua eficiência e efetividade. Desta forma, este projeto expõe a proposta de um Sistema de Monitoramento e Acompanhamento para a gestão da Efetividade destas políticas. O sistema que ora apresentamos, levou em consideração as etapas necessárias para um acompanhamento e controle eficiente e eficaz dessas políticas, desde o diagnóstico atual da atividade, a implementação do ciclo básico da política pública até a avaliação do modelo proposto, com todas as ferramentas necessárias e disponíveis para que se torne um importante instrumento de gestão das políticas públicas de turismo em Gravatá. Conclui-se que a adoção de um modelo de avaliação destas políticas representará um importante instrumento de gestão e controle, que oportunizará o envolvimento do trade turístico, dos representantes do Conselho Municipal de Turismo e da população local, no sentido de desenvolver nos atores envolvidos, o sentimento de pertença em todo esse processo.

Palavras-chave: Avaliação. Efetividade. Gestão. Gravatá. Políticas Públicas. Turismo.

ABSTRACT

In Gravatá, a city located in the countryside of Pernambuco, second home tourism is the primary form of tourism, followed by event tourism. Field research, carried out through interviews with city tourism managers and representatives of the local trade and via a questionnaire for visitors and residents of the municipality, indicated that there is perceived potential for the development of other tourism segments, such as: ecotourism and adventure tourism. However, it is necessary to develop public policies for their promotion. It is known that public policies are essential in the implementation of development actions in any area of the public sector, but they need to be monitored through controls that can assess their efficiency and effectiveness. In this way, this project puts forth the proposal for a Monitoring and Follow-up System, to manage the effectiveness of these policies. The system we propose takes into account the necessary steps for an efficient and effective monitoring and control of these policies, from the current state of tourism to the implementation of the cycle of public policy to the evaluation of the proposed model, with all the necessary tools available to become an important management instrument for public tourism policies in Gravatá. In conclusion, the adoption of an evaluation model for these policies will provide an important management and control instrument that will involve the tourist trade, representatives of the City Tourism Council and locals in order to instill a sense of ownership and belonging in all those who participate in the process.

Keywords: Evaluation. Effectiveness. Management. Tie. Public Policy. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização de Gravatá.....	65
Figura 2– Sistema de Acompanhamento e Monitoramento.....	78
Figura 3 – Reprodução do método para a verificação da capacidade de alcance das metas relacionadas aos indicadores principais de Turismo em Gravatá.....	90
Figura 4 – Representação do Modelo de Efetividade das políticas públicas de Turismo para Gravatá.....	95
Figura 5 – Logomarca da ação de Divulgação.....	96
Figura 6 – Modelo do cartaz da ação de divulgação.....	97
Figura 7– Modelo do banner para publicação no Instagram e Facebook oficial da Prefeitura de Gravatá.....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Quadro comparativo dos modos de avaliação: convencional e participativo.....	77
Quadro 2 – Indicadores principais de turismo de Gravatá.....	79
Quadro 3 – Metas estabelecidas e indicadores relacionados.....	82
Quadro 4 – Relação Metas e Estratégias/Ações.....	83
Quadro 5 – Distribuição dos padrões de avaliação por atividade.....	92
Quadro 6 – Metas estabelecidas e valores estimados.....	99
Quadro 7 – Documentos técnicos e leis referentes à atividade turística que contribuem na implementação desse sistema	102

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Justificativa	19
2. OBJETIVOS	20
2.1. Objetivo Geral	20
2.2. Objetivos Específicos	20
3. REFERENCIAL TEÓRICO	21
4. DIAGNÓSTICO	27
4.1. Procedimentos Metodológicos	27
4.2. Análise dos dados	28
4.2.1. Dos Visitantes	29
4.2.2. Dos Residentes	40
4.2.3. Do conteúdo das falas dos entrevistados	54
4.2.3.1. Dos Empresários	54
4.2.3.2. Dos Artesãos	57
4.2.3.3. Do Gestor	58
4.2.3.4. Análise geral das falas dos entrevistados dos diferentes grupos	60
5. DETALHAMENTO DA PROPOSTA	62
5.1. GRAVATÁ: HISTÓRICO, LOCALIZAÇÃO E ABRANGÊNCIA	62
5.2. GRAVATÁ: CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E TURÍSTICA	65

5.3. OPERACIONALIZAÇÃO DA PROPOSTA	67
5.3.1 Ação de divulgação.....	94
5.3.2 Orçamento – Recursos Humanos e Materiais.....	98
5.3.3 Fontes de Recursos	99
5.3.4 Medidas de implementação técnica e legal.....	101
6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	110
CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS VISITANTES	123
APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS RESIDENTES	126
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – EMPRESÁRIOS	129
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA – ARTESÃO	131
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTOR.....	133

1. INTRODUÇÃO

A atividade turística vem crescendo no Brasil e no mundo. Só em 2018, o setor de turismo no mundo cresceu 3,9%, contribuindo com um montante recorde de US\$ 8,8 trilhões para a economia mundial, além de produzir 319 milhões de empregos. (DUÉK, 2019). Gloria Guevara (2019), presidente e Chief Executive Officer - CEO do WTTC, diz que durante 08 (oito) anos consecutivos, a atividade turística tem crescido acima do Produto Interno Bruto - PIB mundial, além de registrar o segundo maior crescimento de qualquer setor importante no mundo. Em 2018, o PIB mundial cresceu 3,2%. A pesquisa também demonstrou que as despesas feitas pelos turistas internacionais cresceram aproximadamente 29%, demonstrando que acima de 71% dessas despesas decorreram dos gastos de turistas nacionais, segundo Vieira (2019).

Nos seis primeiros meses de 2019, a quantidade de turistas internacionais superou mais de 600 milhões, 30 milhões a mais do que o mesmo intervalo do ano passado. No primeiro semestre, na região do Oriente Médio foi registrada uma expansão de 8% nas chegadas, enquanto na Ásia e no Pacífico houve uma ampliação de 6%, devido especialmente aos turistas chineses. Os outros mercados também melhoraram, porém de forma mais moderada (PRESSE, 2019).

Destacamos, ainda, que o continente europeu avançou 4% por uma demanda regional. Já EUA e a África evoluíram 2%. Na América do Sul houve uma redução de 5%. A OMT apresenta, como justificativa, a queda do turismo na Argentina. No Brasil e no México, consideradas duas notáveis economias latino-americanas, também houve uma redução de 5% e 13%, respectivamente, nas atividades turísticas, de acordo com a Presse (2019).

Já em 2018, o Brasil contribuiu para o PIB num total de mais de US\$ 150 bilhões (crescimento superior a 8,1%). O Produto Interno Bruto Turístico aumentou acima de 3%, representando uma das maiores elevações do continente, e correspondeu ao dobro da economia brasileira. O notável desenvolvimento em consumo internacional foi apoiado pelo novo visto eletrônico disponibilizado aos Estados Unidos, ao Canadá, a Austrália e ao Japão, que originou benefícios também na criação de empregos, próximo de 7 milhões de serviços (7,5% do total de ocupações profissionais concebidas no Brasil) (VIEIRA, 2019).

Ainda em relação ao ano de 2018, mais de 80% viajaram para o território brasileiro a lazer, enquanto acima de 10% tiveram os negócios como motivo da viagem, conforme Vieira (2019). Nesse ano, acima de 6,6 milhões de turistas chegaram ao país, sendo a maior parte proveniente do continente sul-americano, com 4,05 milhões de pessoas, e a maioria dos viajantes vieram da Argentina, cerca de 2,5 milhões. Em relação à Europa, mais de 1,4 milhão de turistas vieram desse continente para o Brasil, com predomínio da França, além de 238 mil indivíduos (BRASIL, 2019). Em 2019, o Brasil registrou uma despesa turística cambial de US\$ 13.344 milhões e uma receita turística cambial de US\$ 4.542 milhões. Em 2020, a despesa turística cambial foi de US\$ 4.411 milhões e a receita turística cambial foi de US\$ 2.382 milhões, com variações das duas temporadas de 66,94% e 47,56% respectivamente até o mês de setembro. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2020).

Em 2019, a atividade turística apontou um crescimento histórico no primeiro semestre, com ganho de R\$ 136.7 bilhões, o que simboliza o melhor legado nos últimos quatro anos. Ademais, a atividade produziu mais de 25 mil vagas nos 12 meses anteriores, entre o intervalo de julho do ano passado e desse ano. (TURISMO..., 2019). As áreas de restaurantes e semelhantes e a de transporte de viajantes representaram mais de 80% da receita total da categoria, com lucro de R\$ 10.844 bilhões e R\$ 5.641 bilhões, representando um aumento de 4,9% e 20,2%, respectivamente, em comparação a junho. (TURISMO..., 2019).

No mês de janeiro de 2019, o número completo de desembarques nacionais de passageiros nos aeroportos foi de 9,126 milhões, desse total, mais de 700 mil chegaram através de voos não regulares. Em janeiro deste ano, foram mais de 9,4 milhões de desembarques no total. Desse número, acima de 623 mil pessoas desembarcaram de voos não regulares, variação de quase 4% entre os dois anos. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2020). Comparando as chegadas de voos internacionais em janeiro de 2019 com janeiro de 2020, houve um acréscimo de quase 7% entre os dois períodos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2020).

Os lugares mais visitados no primeiro semestre de 2019 pelos turistas foram São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, nessa ordem, e os que mais cresceram em buscas, em comparação ao mesmo período de 2018, foram Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, nessa sequência, com elevações de 145%, 139% e 131%

respectivamente. Recife ficou na quarta colocação com um crescimento de 130%. (FARIA, 2019).

Em Pernambuco, o primeiro semestre de 2018 foi de resultados positivos na área do Turismo. Aproximadamente 3,2 milhões de turistas transitaram pelo estado, o que constituiu em um avanço de 5%, comparado ao mesmo período do ano anterior. Ademais, visitantes investiram mais de R\$ 5 bilhões na economia pernambucana. (COLAÇO, 2018).

Outro marco foi em relação ao Aeroporto Internacional do Recife. De acordo com Colaço (2018), cerca de 157 mil turistas estrangeiros chegaram ao Estado, número que é 67% superior ao dos primeiros meses de 2017.

Aliado ao crescimento dos números citados, outro setor do turismo que cresceu foi a hotelaria. A taxa de ocupação de Pernambuco aumentou 67% em oposição aos 62% da temporada passada. A permanência total dos visitantes elevou-se para oito dias, enquanto no período anterior foi de sete dias, segundo Colaço (2018). O estado foi também o que apresentou o maior acréscimo na quantidade de turistas internacionais no Brasil em 2018, um aumento de quase 46% em relação ao ano de 2017 (PERNAMBUCO..., 2019). A movimentação de viajantes estrangeiros pelo portão internacional do Aeroporto do Recife no intervalo de janeiro a setembro de 2018 foi superior a 100 mil turistas, sendo mais de 54 mil são da Argentina. (EMPETUR, 2018). Aproximadamente 2.800 decolagens e pousos ocorreram no Aeroporto do Recife em outubro de 2018 com 39 destinos e origens diferentes. (EMPETUR, 2018).

Em 2019, Pernambuco ocupou a sexta posição dos estados que estavam em alta devido à atividade turística no mês de julho. Crescimento de 4,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a média de aumento nacional foi de 4,4% da renda de hotéis, restaurantes e locadoras de veículos. Quando o período é o primeiro semestre do ano, a unidade federativa aparece em uma colocação ainda melhor na lista, terceiro lugar com 3,1% atrás de São Paulo e Ceará (CARDOSO, 2019). Com relação à média de hospedagem, Pernambuco atingiu 72% no sétimo mês do ano. Sobre o Aeroporto do Recife, a movimentação de passageiros foi muito significativa. Nos sete meses iniciais, a capital pernambucana obteve o registro superior a 5 milhões de viajantes, ocasionando uma média acima de 720 mil pessoas por mês. A marca superou em 4,13% a quantidade de passageiros que se deslocaram pelo aeroporto no mesmo intervalo de 2018. Quanto aos aeroportos do

país, o do Recife está na terceira posição em deslocamento de passageiros, depois dos terminais de Congonhas, São Paulo e Santos Dumont, no Rio de Janeiro, conforme Cardoso (2019).

O setor do Turismo no Brasil é responsável por 3,7% do Produto Interno Bruto (PIB) e devido à chegada da pandemia do novo coronavírus esse setor, junto com outros, sofreram um impacto e uma queda enormes. A área do Turismo já acumulou perdas de R\$ 87,7 bilhões somente em três meses em todo o Brasil, desde que teve o início da pandemia (GONÇALVES, 2020).

A previsão de retorno da atividade do turismo, por enquanto, é com as viagens curtas, onde a sociedade deve cumprir os protocolos de saúde e segurança, no segundo semestre de 2020, e a circulação nacional de turistas voltará a ser como era antes somente no início de 2021, conforme (GONÇALVES,2020).

No Turismo internacional, levará mais tempo para normalizar à circulação de turistas. Entre janeiro e abril, houve queda de 44% no fluxo de turistas internacionais em todo o planeta, ocasionando prejuízos de US\$ 195 bilhões. A previsão de normalização da atividade é, apenas, para o segundo semestre de 2021, segundo (GONÇALVES,2020).

Em 2019, o Turismo na América Latina teve um crescimento mínimo de 0,1%, tendo em vista o crescimento do turismo na Ásia nos últimos anos, bem como a recuperação da atividade turística na Europa, conforme informações da Organização Mundial do Turismo – OMT. Na América do Sul, em dados de 2018, ficou demonstrado que o Turismo cresceu apenas 1%. Em contrapartida a Ásia e a Europa cresceram 7% e 5%, respectivamente. No Caribe, ainda em 2018, houve uma retração de 1% (CULLELL et al, 2020, online).

O novo coronavírus, e a consequente pandemia, somaram-se a esse cenário de queda. Essa situação, provocou em todo o Planeta, no setor turístico, um movimento geral de desistências das viagens, seja pelo medo do contágio, seja, principalmente, pela decisão tomada pelos governantes dos países, de cancelar voos, fechar os pontos turísticos para a visitação, proibir a entrada de estrangeiros, além da tão necessária imposição do isolamento social.

Esses fatos, atingiram com muita força, a economia de todos os Países, especialmente no Turismo como diz CULLELL et al (2020, *on line*):

As perdas entre 8 e 12 de março chegam a 45 bilhões de pesos, cerca de 11 milhões de dólares (56,1 milhões de reais), de acordo com a Associação Hoteleira e Turística da Colômbia (Cotelco). “A ocupação hoteleira nacional

contraiu-se 2,3 pontos percentuais. Se a crise se prolongar, poderia haver uma catástrofe. Há hotéis pensando em fechar ou reduzir a operação”, explica Gustavo Toro, presidente da Cotelco (CULLELL et al, 2020, *on line*)

As companhias aéreas foram as primeiras afetadas, seguidas pelas agências de viagens que passaram a receber os pedidos de cancelamentos. Os grandes cruzeiros tiveram que conviver com as desistências, mas principalmente com o contágio do vírus, que gerou diversas proibições de desembarque, além da disseminação do vírus dentro dos navios.

Como será a recuperação do setor turístico é uma grande incógnita. Não se tem ideia de como será o período pós-coronavírus. Certo é, que será necessária muita criatividade, pois os comportamentos e exigências dos viajantes serão muito diferentes a partir desse evento.

De acordo com o novo mapa do turismo, elaborado em 2019 pelo Ministério do Turismo, Pernambuco tem 76 (setenta e seis) municípios, divididos em 13 (treze) Regiões. Gravatá está inserida na Região Turística denominada de Serras e Artes de Pernambuco, a qual abrange os municípios Barra de Guabiraba, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Gravatá, Moreno e Sairé. Essas cidades foram agrupadas nessa Região Turística, de acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, por terem similaridades de atrativos turísticos.

No município de Gravatá, objeto do presente estudo, o investimento no turismo tem sido alto e vem se desenvolvendo a cada ano, com ajuda do Governo Federal, também através do Programa Investe Turismo de 2019, no qual o investimento inicial do programa foi de 200 milhões de reais. (TRÊS..., 2019). A cidade possui clima agradável, com temperaturas amenas, o que desperta o interesse dos muitos turistas que visitam o local, além do seu artesanato, eventos, festivais, além de outros atrativos que aquecem bastante a atividade turística.

A cidade foi uma das mais pesquisadas no site do Airbnb, que é um dos principais serviços digitais de reserva de acomodações e meios de hospedagem. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2020). A plataforma informa que Gravatá é o único lugar procurado, dos cinco principais do Estado, que não se localiza no litoral, confirmando que a cidade é uma escolha de destaque no turismo de campo e serrano. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ..., 2020). A pesquisa também revelou as reservas feitas entre os meses de setembro de 2018 e agosto de 2019, e a lista das cidades mais procuradas pelos turistas em PE e coloca

Recife em primeiro lugar, seguido por Jaboatão, Ipojuca, Tamandaré e Gravatá que ocupa a quinta colocação. (PESQUISA..., 2020).

O município também é considerado a segunda residência de milhares de indivíduos, a maior parte sendo recifenses, em consequência da distância para a capital ser próxima (apenas 84 km), bem como o clima peculiar e a existência da diversidade cultural, comércio e hospedagem fortes, bem como outros benefícios presentes no município. Além disso, quem não tem moradia na localidade costuma visitar Gravatá, porque o município conta com uma rede hoteleira heterogênea, com mais de 3 mil leitos (GRAVATÁ..., 2019). A maioria dos turistas são dos municípios da Região Metropolitana de Recife e de estados como Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte (BANHOLZER, 2019).

Assim, percebemos que o turismo vem se destacando pela sua importância para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, notadamente aqueles com notória vocação para a atividade turística, como ocorre em Gravatá, localizada no agreste pernambucano, a 84 quilômetros da capital, Recife. Nesse contexto, entende-se que as políticas públicas são fundamentais para o adequado planejamento do turismo na localidade. Diante dessa realidade, serão reunidos os elementos coletados no intuito de responder: como se dá a efetividade das políticas públicas de turismo em Gravatá-PE?

Ante o exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral: verificar a efetividade das políticas públicas voltadas para o turismo no município de Gravatá-PE e propor um sistema de monitoramento da efetividade dessas políticas; e objetivos específicos: identificar as políticas públicas voltadas para o turismo no município de Gravatá-PE; verificar a aplicação dessas políticas públicas no município de Gravatá-PE; levantar, junto aos diversos atores (poder público, empresários, artesãos, residentes e turistas envolvidos no processo a ser estudado, a efetividade das políticas públicas voltadas para o turismo no município de Gravatá-PE; identificar a utilização do conceito de efetividade nas políticas públicas municipais; contribuir para a ação dos gestores públicos municipais na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para o turismo no município de Gravatá-PE através da geração, análise e tratamento dos dados levantados. Neste sentido apresenta-se a seguir, a relevância desta proposta de pesquisa.

Para a elaboração deste projeto, a partir da definição de seus objetivos, parte-se de uma discussão no referencial teórico.

1.1. Justificativa

O presente projeto justifica-se no cenário social e econômico que se apresenta, considerando a relevância do turismo como atividade fomentadora da economia, sobretudo na geração de emprego e renda no município.

Nessa perspectiva, é possível compreender a importância desta proposta, no sentido de identificar as políticas públicas, analisar seus impactos, e avaliar sua efetividade sob a ótica dos diversos atores envolvidos, levando pesquisadores e profissionais da área a uma reflexão sobre o tema proposto.

Uma vez que as políticas públicas de turismo afetam direta e indiretamente os cidadãos e considerando sermos turistas residentes na cidade de Gravatá/PE, motivo que nos levou a escolher este projeto, destacamos a importância da pesquisa no âmbito social, pois levará aos cidadãos do referido município a despertar para a necessidade de conhecer, participar, acompanhar e cobrar das autoridades o cumprimento efetivo das políticas públicas para o turismo implementadas na cidade, de forma que essas políticas atendam não só ao turista mas, principalmente, os residentes.

Assim, percebemos que, além da sua contribuição para a formação dos pesquisadores, poderá subsidiar a ação dos gestores públicos municipais na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para o turismo no município de Gravatá/Pernambuco através da geração, análise e tratamento dos dados levantados. Para a Academia, a mesma poderá ser utilizada para futuros estudos sobre o tema, colaborando assim com o corpo docente e discente do IFPE, no curso Gestão de Turismo.

2. OBJETIVOS

A seguir relacionamos os objetivos a serem alcançados com este Projeto de TCC.

2.1. Objetivo Geral

Verificar a efetividade das políticas públicas voltadas para o turismo no município de Gravatá-PE e propor um sistema de monitoramento da efetividade dessas políticas.

2.2. Objetivos Específicos

- ✓ Identificar as políticas públicas voltadas para o turismo no município de Gravatá-PE;
- ✓ Verificar a aplicação dessas políticas públicas no município de Gravatá-PE;
- ✓ Levantar, junto aos diversos atores (poder público, empresários, artesãos, residentes e turistas envolvidos no processo a ser estudado, a efetividade das políticas públicas voltadas para o turismo no município de Gravatá-PE;
- ✓ Identificar a utilização do conceito de efetividade nas políticas públicas municipais;
- ✓ Contribuir para a ação dos gestores públicos municipais na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para o turismo no município de Gravatá-PE através da geração, análise e tratamento dos dados levantados.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa será constituído por autores que analisam e discutem sobre a importância econômica e social do turismo e, ainda, por autores que discutem questões relativas à implementação de políticas públicas, sobretudo na esfera municipal.

Souza (2006 p.22), resume política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Ante o exposto entendemos que as políticas públicas de governo, seja ele nacional, estadual ou municipal, deve refletir as ações necessárias para cumprimento de um programa de gestão que vise a concretização dos anseios do povo, no sentido de ver suas necessidades atendidas.

As políticas públicas, que reúnem as atividades dos governos, estão presentes em muitas áreas e afetam direta ou indiretamente os cidadãos. Klaus Frey, ao fazer uma revisão e ampliação do segundo capítulo da sua tese (FREY, 1997, p. 244), diz que:

[...] Apesar de as regras fundamentais que regem a relação entre executivo e legislativo não divergirem muito na prática, a realização de tais estudos de políticas públicas é dificultada pela multiplicidade institucional no que diz respeito à configuração concreta da relação entre executivo e legislativo, às variadas formas de negociação nos municípios e, acima de tudo, no que concerne aos múltiplos regulamentos referentes à inserção da comunidade local no processo político[...].(FREY, 1997, p.244)

Segundo Rocha (2017), as políticas públicas em turismo têm o objetivo de solucionar os problemas e aproveitar as oportunidades para desenvolver o setor. Para tanto, elas cuidam em escolher e manter prioridades frente às diversas demandas conflitivas que recaem sobre elas, decidir sobre a utilização dos recursos a serem destinados, podendo representar interesses divergentes. Beni (1998, p. 99), define como políticas públicas para o turismo:

[...] conjunto de fatores condicionantes e diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país; determinam as prioridades da ação executiva supletiva ou assistencial do estado, facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e as atividades mais susceptíveis de receber apoio estatal. Ela deverá nortear-se por três grandes condicionantes; o cultural, o social e o econômico, por mais simples que sejam os programas, os projetos e as atividades a desenvolver, por maiores ou menores que sejam as áreas geográficas em que devam ocorrer, quaisquer que sejam suas

motivações principais ou setores econômicos aos quais possam interessar.
(BENI, 1998, p. 99)

Rocha e Almeida (2007), ao comentar as ações propostas pelo Plano Nacional de Turismo, realizadas pelo recém criado Ministério do Turismo, traz a fala do então ministro do turismo, Marx Beltrão, o qual afirmou que o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022 (p.13) “[...] servirá como um direcionamento para o país retomar o crescimento e transformar, de uma vez por todas, suas vantagens comparativas em vantagens competitivas”, visando a atingir esse objetivo, o Plano apresenta, como nova estratégia, o conceito de rede, de forma que os atores envolvidos na atividade turística possam se articular, discutindo as dificuldades e apresentando soluções conjuntas, com o objetivo de desenvolver o turismo no Brasil (BRASIL, 2018). Já para Grimm, Sampaio, Greuel & Cerveira (2013, p.97):

[...] a elaboração dessas políticas deve ocorrer de maneira que atenda às demandas localizadas quando estas se vinculam a problemas estruturantes que dificultam o desenvolvimento de destinos e potenciais turísticos.
(GRIMM; SAMPAIO; GREUEL & CERVEIRA, 2013, p. 97)

Dessa forma, as políticas públicas devem considerar as particularidades do contexto em que a atividade turística se processa, além de considerar o aspecto social envolvido. As políticas públicas são fundamentais para o planejamento do turismo, atividade reconhecidamente importante para o desenvolvimento local. Pimentel e Pimentel (2011, p. 2), complementam informando que “apesar do muito que se tem discutido sobre as políticas públicas brasileiras, a política de turismo, por ter suas repercussões apenas recentemente avaliadas, vem ganhando destaque”. Diante do cenário de pandemia que ora se apresenta e levando-se em conta a importância econômica do turismo, cuja recuperação e crescimento depende da articulação com todos os demais setores sociais, o que só é possível com a formulação de políticas públicas adequadas: neste sentido, o presente estudo busca contribuir com essa urgente necessidade, notadamente ao que se refere à sua avaliação.

A avaliação dessas políticas tem permitido aos gestores públicos, na área do Turismo, uma visão bem realista das potencialidades do País, em suas diversas Regiões, que possuem características tão diversificadas, podendo proporcionar aos visitantes, belos roteiros naturais e culturais, assim como uma melhoria na economia do País.

No entanto, a Gestão Pública ainda carece de ferramentas de acompanhamento, que possam proporcionar uma visão global das políticas

implementadas, no sentido de controle e avaliação dos resultados, a fim de verificar a eficiência e efetividade das decisões tomadas. É nesse diapasão que pretendemos, através desse TCC oferecer à Gestão Municipal de Gravatá, um instrumento de controle avaliativo das políticas públicas de turismo, contribuindo, dessa forma, com o desenvolvimento econômico do Município.

Segundo Rocha (2017), o modelo de prática turística de determinada localidade influencia as ações dos governos e envolve os fatores de tempo, espaço, demanda e oferta, isto é, o conceito de política pública se torna complexo na medida em que considera a peculiaridade de cada localidade.

No Brasil, a necessidade de aprofundar os estudos na área se torna essencial para entender como são elaboradas, implementadas e a efetividade dessas políticas. O que se pretende estudar à luz da discussão sobre políticas públicas proposta por Schindler (2014) e por Beni (2001, p. 77), que fazem uma profunda abordagem sobre a relação entre as políticas públicas e o turismo. Schindler (2014, p.31) define política pública de turismo como:

[...] conjunto de decisões e ações tomadas pelo Estado com o intuito de iniciar e/ou desenvolver a atividade turística em determinada localidade, buscando benefícios tanto para a comunidade autóctone quanto para quem a visita. (SCHINDLER, 2014, p.31)

Já Beni (2001, p. 77), faz as seguintes considerações sobre políticas públicas de turismo:

[a política pública de turismo] é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos e programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais. (BENI, 2001, p.77)

Rocha (2017, p.39) salienta, ainda, que “o município é a instância mais próxima do cidadão, que atende as necessidades do contexto local e se constitui como um espaço de múltiplas relações entre residentes e as instituições públicas locais”, assim, entendemos que não basta o poder público querer desenvolver ações de políticas públicas para o turismo, sem que haja a vontade, por parte dos atores envolvidos, de participar e implementar essas políticas, sendo necessário um planejamento não só da utilização dos atrativos/equipamentos disponíveis como uma solução para questões da economia, mas sobretudo uma análise conjunta (poder público, empresários e sociedade) de como essas políticas públicas implementadas para o turismo, resulte numa melhor qualidade de vida para o

residente, para o turista e para a economia local, de forma eficiente e efetiva, aspectos de que tratam este projeto.

Uma vez que se pretende estudar a efetividade das políticas públicas voltadas para o turismo no município de Gravatá, é importante trazer à luz o conceito de efetividade que, considerando a visão de Andrade e Amboni, seria a análise das políticas implementadas visando a melhoria contínua dos processos a fim de verificar se o objetivo dessas políticas foi atendido. (ANDRADE e AMBONI, 2011), trata-se, portanto, da capacidade de ser eficiente e eficaz ao mesmo tempo. No âmbito das políticas públicas, a efetividade refere-se ao atingimento das metas propostas em tais documentos.

Marques e Santos (2015) apresentam, em seu artigo, um modelo de avaliação das políticas públicas por meio da construção de uma Matriz de Impacto (MI) onde é possível avaliar a efetividade das políticas públicas aplicadas aos fatores visíveis e invisíveis que influenciam na promoção do produto turístico. Segundo os autores, “a matriz pode proporcionar visibilidade ao gestor público das suas estratégias e objetivos” (pp. 130-133).

Entendemos que, quanto mais as políticas implementadas forem claras, objetivas e transparentes, mais o Gestor público estará em evidência junto à população, no sentido de demonstrar a efetividade de suas ações.

Analisando sobre o que são Estado e Política Pública e a responsabilidade de cada um, Benedito e Menezes (2013, p.57) dizem o seguinte:

[...] o Estado é um espaço de reconhecimento, conferência e solução de dificuldades que existem em uma determinada sociedade, enquanto a Política Pública é encarregada pela identificação, preparação e resposta desses problemas mediante uma atuação estratégica que envolva corpo social e Estado. (BENEDITO; MENEZES, 2013, p.57)

Ainda sobre as políticas públicas, os autores informam que essas possuem fases que dependendo do seu modo como se desenvolvem são processadas por completas em médio ou longo prazo, são elas:

[...] reconhecimento do problema público; formação de uma agenda pública; formulação da Política Pública em si; processo política de tomada de decisão de implementação da Política Pública; execução da Política Pública; acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Pública e; por fim, a decisão sobre a continuidade, reestruturação ou extinção da Política Pública. (BENEDITO; MENEZES, 2013, p.58)

Com o passar dos anos, a sociedade brasileira, diante das mudanças ambientais; econômicas; sociais; entre outras, amadureceu, resultando em uma cobrança e responsabilidade maior junto ao Estado sobre as funções que são

desempenhadas dentro do seu território, e a eficiência dessas atitudes visando a mudar para melhor a real situação socioeconômica do País. Assim, de acordo com Meneguim e Freitas (2013, p. 5):

[...] a importância do estudo das políticas públicas, que deve abarcar desde a análise dos motivos que tornam necessária determinada intervenção, o planejamento das ações para o desenvolvimento da iniciativa, a definição dos agentes encarregados de implementá-la, o levantamento das normas disciplinadoras pela qual será regida, até a fundamental avaliação de impactos, sejam potenciais – em uma avaliação ex-ante, que estabelece expectativas e justifica a aprovação da política – sejam reais, medidos durante ou após sua execução. (MENEGUIM; FREITAS, 2013, p. 5)

Um dos problemas existentes que ocasionam na pequena quantidade de observações iniciais de impacto das políticas públicas no território brasileiro, citados por Meneguim; Freitas (2013) é a ausência ou confusão dos dados e a decorrente complexidade de acesso à informação, pois para os autores:

Nas avaliações que acontecem durante ou após o curso de uma política pública, há a vantagem de se conhecer alguns dos efeitos produzidos, de tal forma que é possível comparar a realidade com o planejado, analisar as alterações nas principais variáveis envolvidas e as consequências geradas no estrato da sociedade que se pretendia atingir. (MENEGUIM; FREITAS, 2013, p.9)

Eles ainda destacam que “a avaliação de políticas públicas é uma prática que agrega transparência à Administração Pública, que torna mais eficiente o gasto governamental e que, em última instância, honra o cidadão pagador de tributos” (p. 21). É de suma importância que o Gestor público se habitue a verificar os resultados decorrentes das políticas públicas implementadas, de forma a uma melhor utilização dos recursos orçamentários aplicados.

Destaca-se que a Prefeitura Municipal de Gravatá, através da Lei nº 3744/2017 instituiu o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, estabelecendo os programas com seus objetivos, ações e metas visando a execução das despesas de capital e as delas decorrentes, bem como para as despesas relativas a programas de ação continuada, onde, dentre outras metas, encontramos às relativas ao Turismo no Município. (GRAVATÁ, 2017).

A promulgação desta Lei demonstra o cumprimento do contido na Constituição Federal, bem como a vontade política da Gestão Municipal em implementar medidas para desenvolvimento do Turismo em Gravatá, estabelecendo metas com acompanhamento e controle dessas ações.

Já o Ministério do Turismo em 2007 publicou o Módulo Operacional 9 do Programa de Regionalização do Turismo, que trata do Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa, chamados de Cadernos de Turismo, divididos em 13 cadernos, sendo um para cada Módulo Operacional do Programa e quatro relativos a assuntos que irão subsidiar a implementação desses Módulos. Em seu Caderno V que trata do Sistema de Monitoria e Avaliação do Módulo Operacional 4 - Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, constante do Programa. (BRASIL, 2007).

As orientações oriundas do Ministério do Turismo norteiam as ações a serem implementadas pelos Municípios, no sentido de desenvolver o Turismo nas modalidades possíveis, de acordo com os atrativos existentes na localidade e será o principal referencial deste estudo para elaboração de um sistema que servirá de subsídio para o cumprimento do objetivo específico de criar um sistema de controle e acompanhamento das políticas públicas executadas na cidade de Gravatá.

4. DIAGNÓSTICO

Abordaremos, neste item, todos os procedimentos da metodologia aplicada na pesquisa, bem como na análise de dados utilizadas neste diagnóstico, assim como, a apresentação dos resultados alcançados.

4.1. Procedimentos Metodológicos

Uma das fases mais importantes numa pesquisa é a coleta de dados e entre os métodos utilizados estão a entrevista e aplicação de questionário. No planejamento de execução deste trabalho, optamos por utilizar essas duas metodologias a fim de obtermos as informações necessárias para verificação da efetividade das políticas públicas voltadas para o turismo, aplicadas na cidade de Gravatá. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de nível exploratório-descritiva, em que foram realizadas entrevistas e aplicados questionários junto aos empresários, gestores, artesãos, residentes e visitantes do município.

Para sua execução optou-se pela técnica do estudo de caso, realizado no município de Gravatá-PE, dentro do contexto real, a fim de responder ao questionamento sobre a efetividade das políticas públicas na referida localidade, através de abordagens específicas de coletas e análise de dados.

Ressaltamos que na presente pesquisa serão utilizadas as técnicas da observação indireta através do levantamento, junto à esfera pública do município, de dados documentais contendo as políticas públicas definidas; além da observação direta intensiva, efetuada por meio de pesquisa de campo, com a realização de entrevistas e a aplicação de questionários de forma presencial junto aos diversos atores envolvidos na atividade do turismo no local estudado.

Quanto ao campo, a pesquisa foi realizada em Gravatá, um município brasileiro do estado de Pernambuco, localizado a 84 km da capital e que há alguns anos tem se destacado no cenário turístico local, conforme explicitado no item 5.1.1.

Com a finalidade de coletar os dados necessários para a realização do presente estudo, fizemos entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público, empresários e artesãos; além da aplicação de questionários junto aos residentes e turistas, cujas perspectivas e pontos de vista foram respeitados a partir das respostas dadas.

Na elaboração dos roteiros semiestruturados de entrevistas (apêndices A, B e C) foram definidas um conjunto de perguntas no intuito de identificar, junto ao gestor público, o *trade* do turismo de Gravatá e os artesãos, respectivamente; a percepção sobre a cidade e os seus atrativos turísticos, o turismo, suas políticas e o envolvimento dos sujeitos pesquisados com tais políticas.

Já para a elaboração dos questionários (apêndices D e E), aplicados a visitantes e residentes, respectivamente; buscou-se verificar, através de questões abertas e fechadas, a percepção do público respondente sobre as políticas públicas do turismo no município.

No que se refere à definição do tamanho da amostra, quanto aos visitantes e moradores foi considerada a proposta de Gil (2002) que informa que para uma amplitude de população acima de 20000, com margem de erro de 10% pode-se definir como amostra 100 sujeitos. Ressaltamos que a população de Gravatá em 2019 era de 84.074 habitantes (IBGE, 2020). De acordo com a fala do Secretário de Turismo, a população de Gravatá dobra no período de alta estação, recebendo de 80 a 100 mil visitantes. Destacamos que obtivemos um retorno, com respostas válidas, de 147 sujeitos que visitaram Gravatá, o que converge com o tamanho da amostra indicado por Gil (2002), conforme descrito acima.

As informações coletadas por meio das entrevistas foram analisadas, de forma qualitativa, através da análise de conteúdo das entrevistas proposta (BARDIN, 2016), cujos textos serão decompostos e estudados em função das ideias e dos temas nele contidos, escolhidos pelas suas relações com os objetivos da pesquisa.

Já os questionários aplicados junto aos moradores e visitantes, foram analisados estatisticamente, por meio da estatística descritiva, com suporte do *google forms* para os dados relativos aos questionários aplicados, de forma que tivéssemos uma visão da percepção dos turistas/visitantes e residentes em relação às políticas públicas que são implementadas no município de Gravatá-PE.

4.2. Análise dos dados

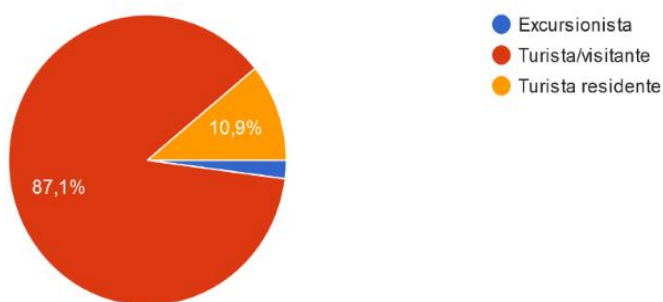
Neste item serão apresentados e analisados, as informações coletadas nos questionários e, na sequência, a análise das falas dos sujeitos entrevistados.

4.2.1. Dos Visitantes

Para obtermos as informações sobre o pensamento dos visitantes e, considerando nossa impossibilidade de ir a campo devido à pandemia, efetuamos a pesquisa, inicialmente pelo *Google Forms*. Como não obtivemos uma amostra representativa, recrutamos um estudante universitário residente no município para aplicar os questionários de forma presencial que realizou a pesquisa no período de 09 a 19/12/2020.

Inicialmente, os questionários foram aplicados junto ao público visitante, o qual foi dividido em dois blocos de questões. No primeiro bloco, buscamos identificar o perfil dos visitantes, através do levantamento dos seguintes aspectos: relação com o município, sexo, faixa etária e escolaridade. Dos 147 (cento e quarenta e sete) respondentes, observamos que a grande maioria (87,1%) são turistas, seguidos por turistas residentes (10,9%) e apenas 2% de excursionistas; conforme visualizado no Gráfico 1.

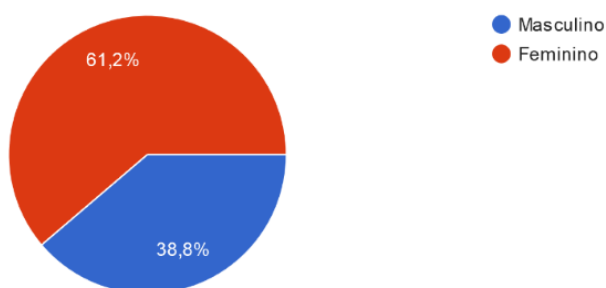
Gráfico 1 – Relação com o município



Fonte: Pesquisa direta (2020)

No Gráfico 2 verificamos que, dos 147 respondentes, 61,2% foi composto por pessoas do sexo feminino e 38,8% do sexo masculino.

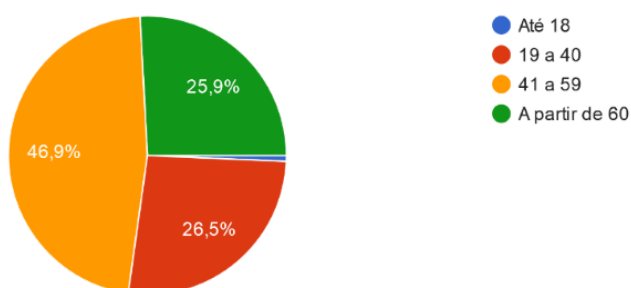
Gráfico 2 – Sexo dos sujeitos



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Com relação à faixa etária (Gráfico 3), observamos que o grupo que visita Gravatá, em sua maioria (46,9%), é composto por pessoas de meia idade (entre 41 e 59 anos), seguido por pessoas com idade entre 19 e 40 anos (26,5%) e pela terceira idade (a partir de 60 anos), com 25,9%. Apenas 0,7% dos visitantes tem até 18 anos de idade. À exceção das crianças e adolescentes, todos os grupos foram bem representados.

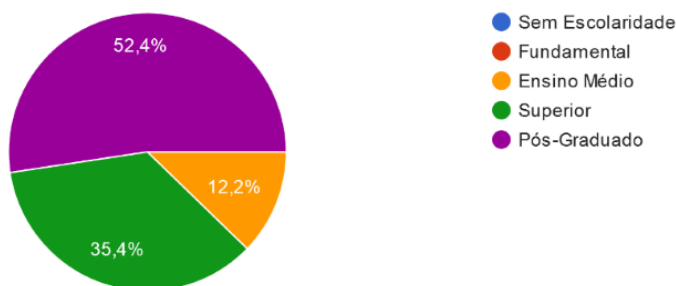
Gráfico 3 – Faixa Etária



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Com referência ao nível de escolaridade (Gráfico 4) dos visitantes que vão para Gravatá, a maioria (52,4%) possui pós-graduação, seguidos por 35,4% com o ensino superior e 12,2% com o ensino médio. Não houve respondentes com apenas o ensino fundamental ou sem escolaridade.

Gráfico 4 – Escolaridade

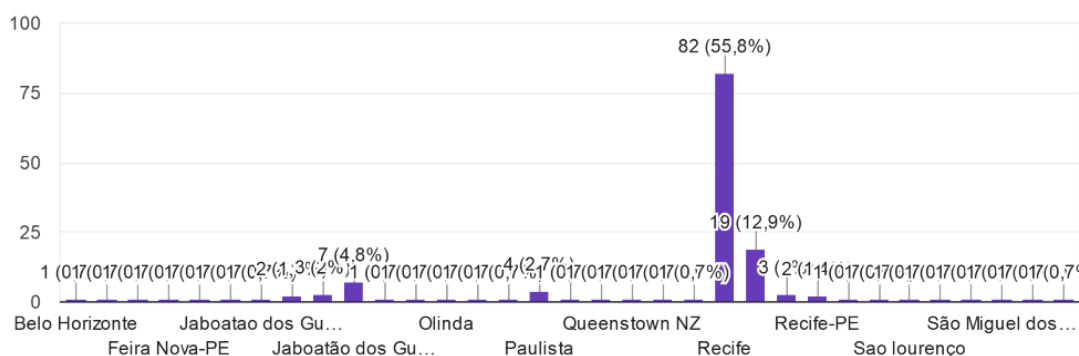


Fonte: Pesquisa direta (2020)

No segundo bloco de questões buscamos verificar a percepção dos visitantes a respeito das políticas públicas para o turismo, no município de Gravatá, através de perguntas relativas à cidade de residência, tempo de permanência em Gravatá, frequência de visitas, local de hospedagem, motivação da viagem, como conheceu o destino, atrativos que conhece, conhecimento sobre ações governamentais voltadas para o turismo e, finalmente, pontos fortes e pontos fracos do município.

Ao serem perguntados sobre em que cidade reside, o maior número (68,7%) dos visitantes responderam que moram em Recife, (4,8%) informaram que moram em Jaboatão dos Guararapes e (2,7%) afirmaram que moram em Paulista.

Gráfico 5 – Cidade em que reside

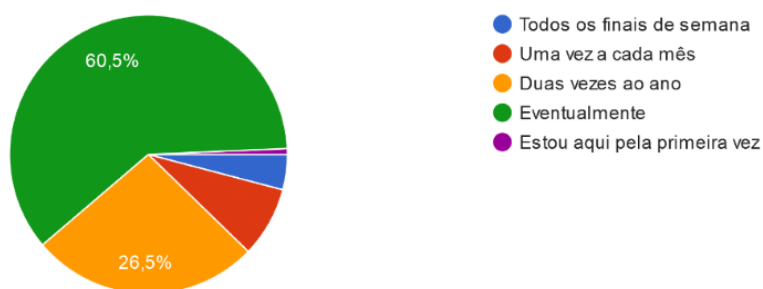


Fonte: Pesquisa direta (2020)

Com relação à frequência dos indivíduos que visitam Gravatá (Gráfico 6), a pesquisa nos mostra que a maior parte (60,5%) dos visitantes vão para a cidade

eventualmente, 26,5% dos turistas responderam que frequentam Gravatá duas vezes ao ano, e os outros 13% estão divididos entre pessoas que visitam o município uma vez a cada mês, os indivíduos que estão na cidade todos os finais de semana, além de outros que estiveram em Gravatá apenas uma vez.

Gráfico 6 – Frequência de visita à Gravatá

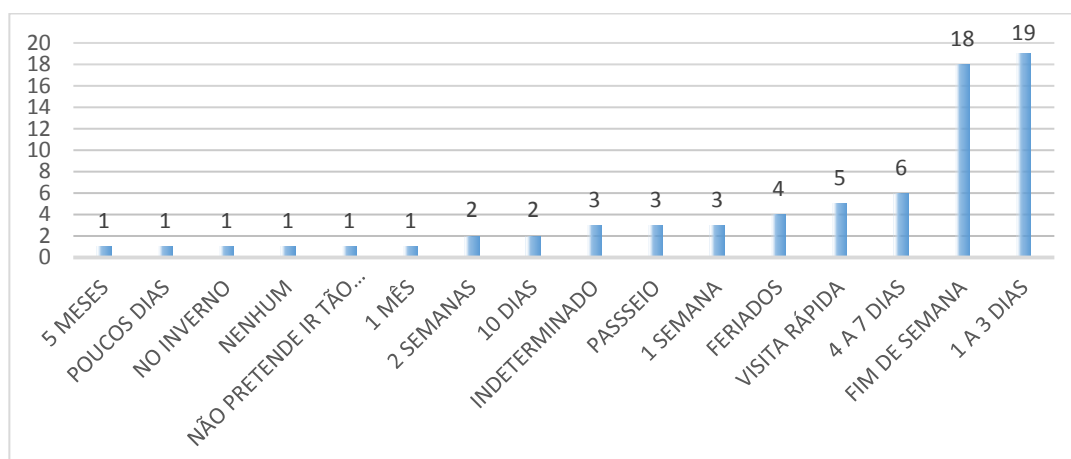


Fonte: Pesquisa direta (2020)

Com relação ao tempo de permanência na cidade, a pesquisa nos mostrou que 19 responderam que ficam de 1 a 3 dias na cidade, 18 responderam que ficam no final de semana, 6 que costumam ficar de 4 a 7 dias. 5 pessoas responderam que costumam fazer uma visita rápida. 4 pessoas responderam que ficam em Gravatá nos feriados. 3 pessoas cada, responderam por tempo indeterminado, passeio e 1 semana, respectivamente. 2 pessoas costumam ficar 10 dias e 2 pessoas ficam durante 2 semanas. Foram citados, também, 5 meses, poucos dias, no inverno, nenhum dia, 1 mês e não pretende ir tão cedo, conforme podemos observar no Gráfico 7. Esclarecemos que, por tratar-se de questão aberta, foram consideradas as 71 respostas apresentadas.

Fica evidenciado, mais uma vez que Gravatá é uma cidade turística de lazer e descanso, considerando que 37 respondentes ficam na cidade de 01 a 3 dias, inclusive o final de semana.

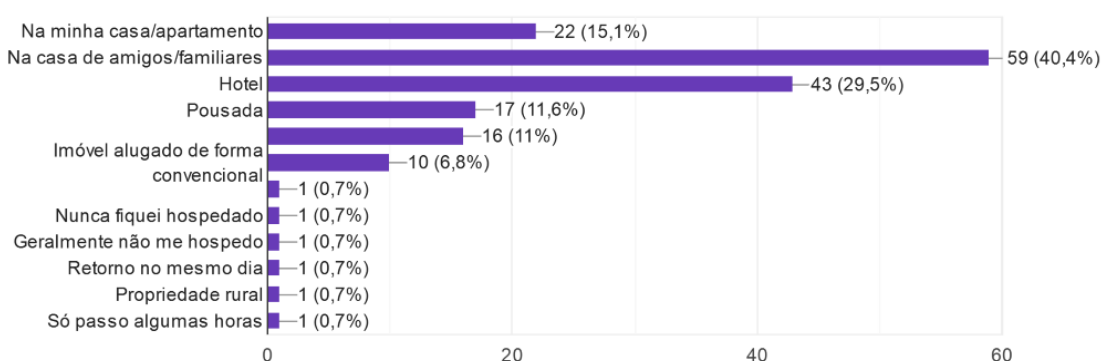
Gráfico 7 – Tempo de permanência na cidade



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Ao questionarmos onde os visitantes ficam hospedados em Gravatá, (Gráfico 8), observamos que: a maioria deles (40,4%) hospedam-se na casa de amigos/familiares; 29,5% em hotéis; 15,1% na sua própria casa ou no próprio apartamento; 11,6% em pousadas; 6,8% em um imóvel alugado de forma convencional; e os 4,2% restantes estão divididos entre pessoas que nunca ficaram hospedadas, geralmente não se hospedam, retornam no mesmo dia, ficam instalados em uma propriedade rural, ou passam apenas algumas horas na cidade.

Gráfico 8 – Local de hospedagem

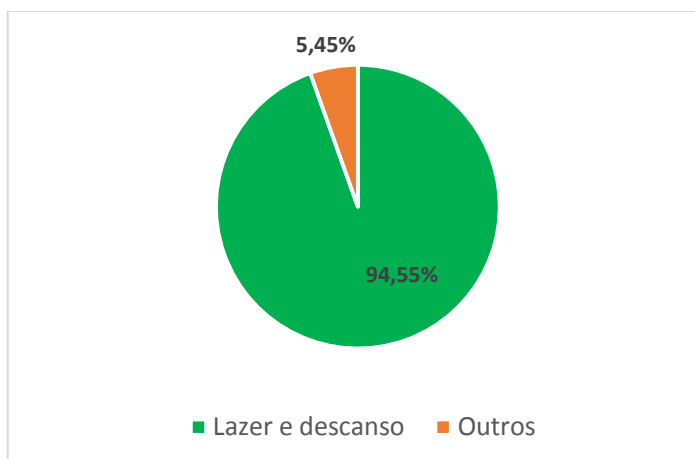


Fonte: Pesquisa direta (2020)

Por estar situada próxima à Capital, ter um clima ameno e oferecer uma adequada estrutura de hospitalidade ao turista, seja pelos seus atrativos, seja pela tranquilidade que a cidade oferece, além do seu artesanato e seus restaurantes,

Gravatá tem sido uma ótima opção de lazer e descanso, conforme apontado nesta pesquisa (Gráfico 9) por 94,55% dos turistas/visitantes que responderam ao questionário, principalmente para os moradores de Recife, que buscam fugir da rotina, estabelecendo, inclusive, uma segunda residência na cidade.

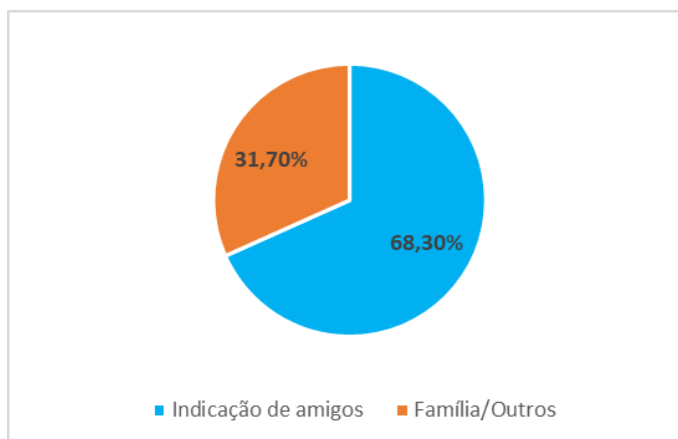
Gráfico 9 – Motivo da viagem



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Ao perguntarmos como os turistas conheceram Gravatá (Gráfico 10), verificamos que 68,30% receberam indicação de amigos e 31,70% tomaram conhecimento da cidade através de sites, familiares e pelo trabalho. Podemos inferir com esse resultado, conforme citado no item dos pontos fracos do turismo, que a Gestão local ainda não tem um plano de divulgação para o turismo, o que pode estar influenciando no desenvolvimento econômico da cidade.

Gráfico 10 – Como conheceram a cidade

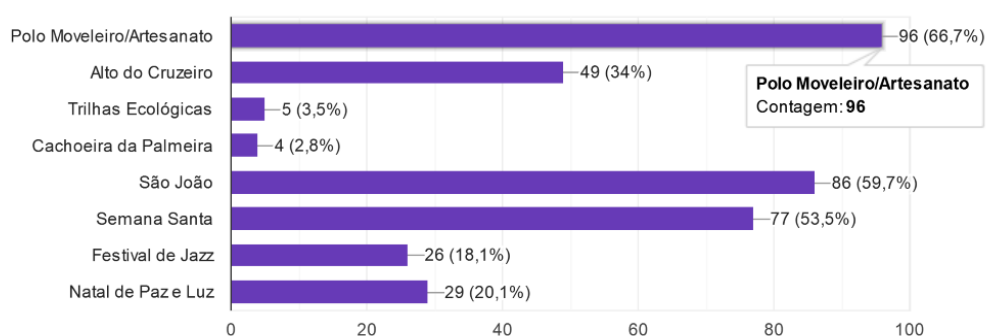


Fonte: Pesquisa direta (2020)

Sobre os atrativos, a pesquisa revela que o Polo Moveleiro e o Artesanato, com 66,70%, são os mais conhecidos pelos turistas. Em seguida vem o São João, a Semana Santa, o Alto do Cruzeiro e o Natal de Paz e Luz, com 59,7%, 53,5%, 34% e 20,1%, respectivamente. Foram citados, ainda, o Festival de Jazz, as Trilhas Ecológicas e a Cachoeira da Palmeira, conforme observamos no Gráfico 11, esclarecendo que, esta pergunta previa mais de uma resposta.

Os resultados apresentados, levam-nos a uma reflexão sobre a necessidade de a Gestão do Turismo promover a diversidade de segmentos com potencial na cidade, uma vez que o destino possui muitos atrativos naturais, podendo desenvolver os segmentos do Ecoturismo e Turismo de Aventura, já que algumas atividades são praticadas na cidade, tais como: Rapel na ponte Cascavel, Trilhas Ecológicas, Trekking moderado. (MOLINARI, 2017). De acordo com a presente pesquisa, são os eventos festivos, que ocorrem em períodos sazonais, que atraem o turista, deixando uma lacuna nos demais meses do ano, sem atrativos para o visitante.

Gráfico 11 – Atrativos que conhecem



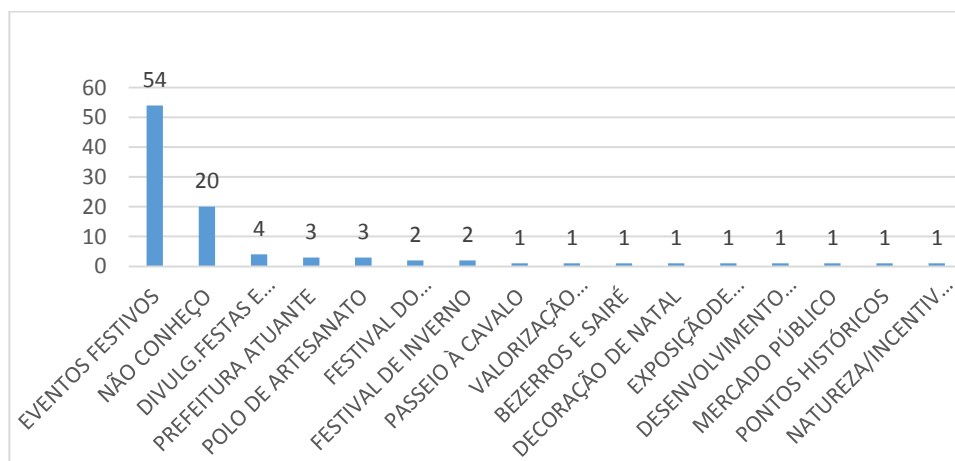
Fonte: Pesquisa direta (2020)

Sobre as ações voltadas para o desenvolvimento do turismo do município que eles conhecem, 54 respondentes disseram que os Eventos Festivos são as mais conhecidas. Em seguida, 20 pessoas disseram que não conhecem nenhuma ação; já 4 citaram a divulgação de festas e eventos. Ressalta-se que 3 respondentes consideraram como ação ter uma Prefeitura atuante, e outros 3 indicaram a existência do Polo de Artesanato como ação ligada ao turismo. Ações do passado que embora descontinuadas, ainda foram lembradas, quais sejam, o Festival de Morango, por 2

respondentes e o Festival de Inverno por outros 2 pesquisados. Foram citados ainda passeio a cavalo, valorização da cidade, o trabalho dos artesãos, a proximidade com as cidades de Bezerros e Sairé, a decoração de Natal, a exposição de carros antigos, o desenvolvimento urbano, o Mercado Público, pontos históricos, a Natureza e o Incentivo à Cultura, entre outros, com frequência de apenas uma resposta cada. Esclarecemos que, por tratar-se de questão aberta, foram consideradas as 97 respostas apresentadas.

Podemos assim, através destas respostas, confirmar que, os Eventos Festivos são os atrativos turísticos mais conhecidos pelos turistas, fato este já identificado na questão anterior.

Gráfico 12 – Ações do município que conhecem



Fonte: Pesquisa direta (2020)

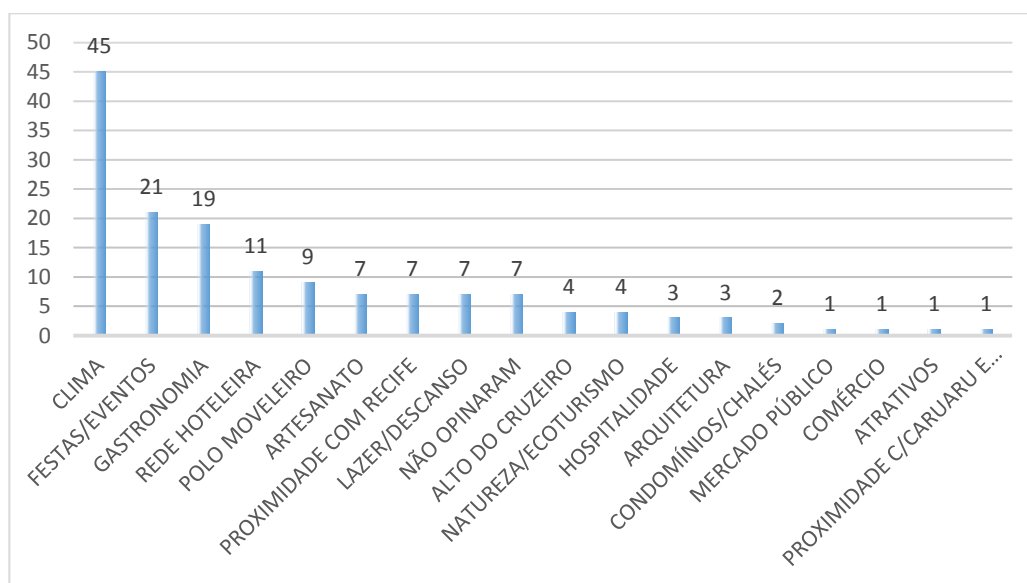
Com relação aos pontos fortes do Turismo de Gravatá observamos que o Clima, com 45 respostas, continua sendo o ponto alto do turismo na cidade, o que ocorre desde o início das atividades turísticas, quando as pessoas iam para Gravatá buscando tratamento médico, bem como, quando inaugurado o Restaurante Taverna Suíça, que convidava o turista para curtir o clima, um bom vinho e saborear um *fondue*.

Em seguida, com 21 respostas, os eventos festivos se destacam como o segundo ponto mais forte do turismo. A gastronomia, com 19 respostas, ficou em terceiro lugar, seguido da Rede Hoteleira com 11 respostas. O Polo moveleiro obteve 9 respostas positivas, sendo o quinto ponto alto do turismo. O artesanato, a proximidade entre Gravatá e Recife, além da cidade como opção de lazer/descanso, obtiveram 7 respostas cada um. Temos ainda, com 4 respostas cada, o Alto do

Cruzeiro e a Natureza/Ecoturismo como sendo pontos fortes do turismo. Foram citados, também, a hospitalidade, a arquitetura da cidade, os Condomínios e Chalés, o Mercado Público, o Comércio, os atrativos de uma forma geral e a proximidade com as cidades de Caruaru e Bezerros, conforme podemos observar no Gráfico 13. Esclarecemos que, por tratar-se de questão aberta, admitindo mais de uma resposta, foram consideradas as 153 respostas apresentadas.

Observamos ainda que, embora o Polo Moveleiro e o Artesanato tenham sido apontados como os atrativos mais conhecidos, conforme registrado no parágrafo anterior, aqui eles não se apresentaram como o ponto mais forte do turismo, ficando em quinto lugar, o que contrasta com a opinião dos empresários entrevistados que consideram o Polo Moveleiro, como a porta de entrada para os visitantes.

Gráfico 13 – Pontos Fortes do Turismo



Fonte: Pesquisa direta (2020)

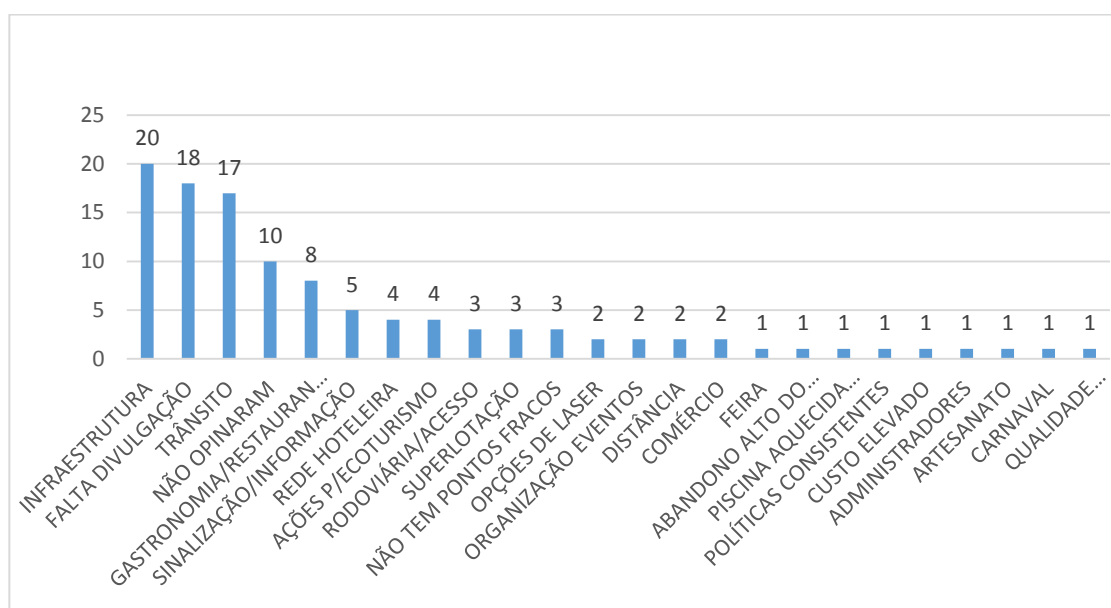
Também perguntamos aos respondentes quais os pontos fracos do turismo em Gravatá e, os itens mais apontados foram Infraestrutura com 20 respostas, falta de divulgação do turismo com 18 respostas, o trânsito com 17 respostas, principalmente nos períodos de realização dos eventos festivos, 10 respondentes não opinaram e a gastronomia/restaurantes foram citados por 08 turistas. Outras 19 pessoas citaram a falta de sinalização/informações, a rede hoteleira, a falta de ações para o desenvolvimento do ecoturismo, a rodoviária e o acesso à cidade, bem como

a superlotação da cidade nos períodos festivos como sendo pontos fracos do turismo. Outros itens foram citados conforme se observa no Gráfico 14, mas, com menor frequência. Esclarecemos que, por tratar-se de questão aberta, foram consideradas as 112 respostas apresentadas.

Analisando, ainda, as respostas deste item, verificamos que as questões do trânsito estão diretamente ligadas à Infraestrutura, sendo a mesma, com um total de 37 respostas, o principal ponto fraco do turismo de Gravatá, de acordo com os respondentes.

Diante disso, entendemos que as políticas públicas do turismo necessitam do apoio das demais áreas da administração para que possam atingir os objetivos definidos. Antes mesmo de criar roteiros e atrativos turísticos é necessário que a cidade esteja preparada, com a infraestrutura necessária, para que tanto o turista quanto o morador sintam-se bem acolhidos.

Gráfico 14 – Pontos Fracos do Turismo



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Perguntados sobre os pontos negativos do município de Gravatá, 27 respondentes apontaram trânsito/mobilidade/transporte, 20 não souberam responder ou não identificaram nenhum, 19 indicaram infraestrutura geral, 14 pessoas responderam acesso/sinalização/estacionamentos, além de outras respostas com

menor frequência; conforme pode-se observar no Gráfico 15. Ressalta-se que esta foi uma questão aberta em que 80 pesquisados a responderam.

Gráfico 15 – Pontos Negativos do Município – Gravatá

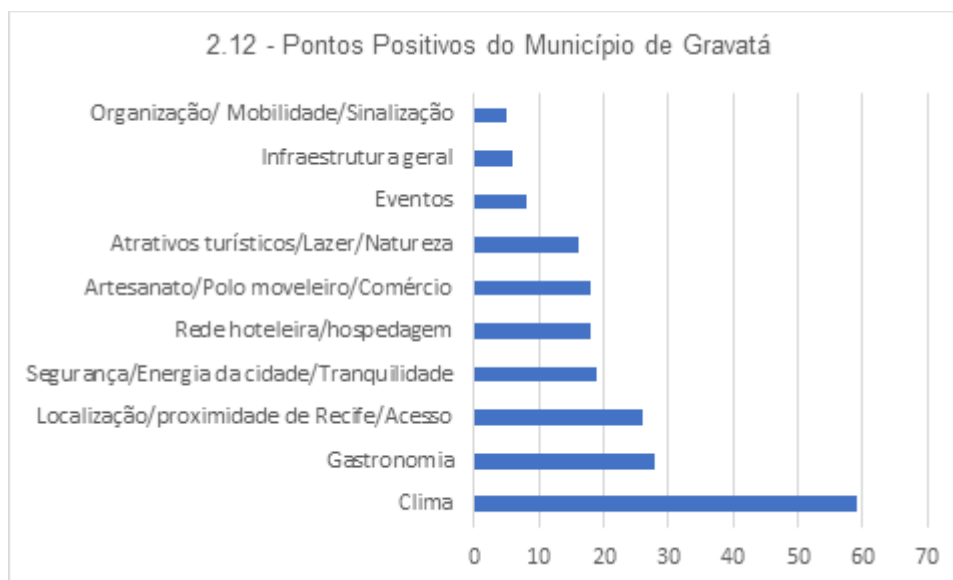


Fonte: Pesquisa direta (2020)

Com relação aos pontos positivos, ilustrados no Gráfico 16, 59 pessoas apontaram o clima, 28 responderam a gastronomia, 26 a localização/proximidade de Recife/acesso, 19 a segurança/energia da cidade/tranquilidade, 18 a rede hoteleira/hospedagem, 18 artesanato/polo moveleiro/comércio, 16 os atrativos turísticos/lazer/natureza, 8 os eventos, 6 a infraestrutura geral e 5 pessoas indicaram organização/mobilidade e sinalização; conforme ilustrado no Gráfico 16. Muitos respondentes sinalizaram mais de um ponto positivo. Por tratar-se de questão aberta, que admitia mais de uma resposta, foram consideradas as 203 respostas apresentadas.

Apesar dos pontos negativos relacionados pelos respondentes, a pesquisa indicou que a maioria dos visitantes elege Gravatá como destino turístico devido ao clima ameno, a gastronomia e a proximidade de Recife, todos citados com maior frequência, o que converge com as respostas constantes do Gráfico 13.

Gráfico 16 – Pontos Positivos do Município



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Na presente análise, destaca-se o elevado grau de escolaridade dos visitantes, em sua maioria graduados e pós-graduados, residentes em Recife, os quais optaram por Gravatá principalmente pelo clima ameno, a gastronomia e a proximidade da cidade de origem; embora os respondentes tenham ressaltado fortemente, como ponto negativo do município, dificuldades com o trânsito, mobilidade e transporte.

A pesquisa nos mostra que, embora a cidade seja um destino turístico bastante conhecido, necessita ainda da implementação de melhorias no planejamento da atividade como um todo, já que trabalha alguns segmentos de forma mais efetiva, mas, não como um conjunto de ações para o turismo com o objetivo de promover a economia e conseqüentemente a melhoria de vida da população. É, portanto, nesse sentido, que o presente trabalho pretende colaborar na efetividade dessas ações.

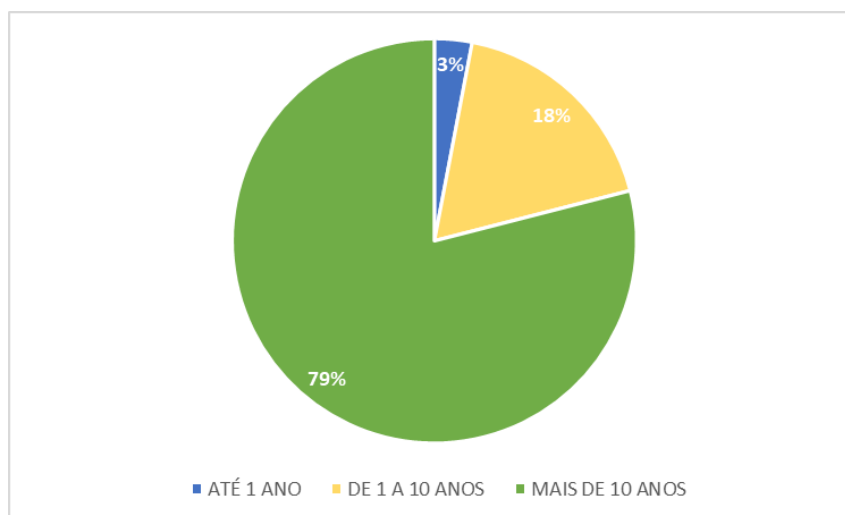
4.2.2. Dos Residentes

Para obtermos as informações sobre o pensamento dos moradores e considerando nossa impossibilidade de ir a campo devido a pandemia, efetuamos a pesquisa, inicialmente pelo *Google Forms*, no período de 03/11/2020 a 10/11/2020,

mas só conseguimos 7 respostas. Posteriormente, entre 11/11/2020 a 08/12/2020, divulgamos através das redes sociais e obtivemos mais 6 respostas, perfazendo um total de 13 questionários respondidos. Diante dessa dificuldade optamos por recrutar um colaborador, residente em Gravatá, que fez a aplicação dos 100 questionários necessários para a validação da nossa pesquisa no período de 10/12/2020 a 18/12/2020, segundo os critérios propostos por Gil (2002), conforme descrevemos no item 4.1 (Procedimentos Metodológicos).

Os questionários foram, então, aplicados junto aos moradores, que assim como o dos visitantes, foi dividido em dois blocos de questões. No primeiro bloco, buscamos identificar o perfil dos respondentes, através do levantamento dos seguintes aspectos: tempo de residência, sexo, faixa etária e escolaridade. Dos 100 (cem) respondentes, observamos que a grande maioria (79%) moram em Gravatá há mais de 10 anos, seguidos por aqueles que moram em Gravatá entre 1 e 10 anos (18%) e apenas 3% moram há pelo menos 01 ano, conforme visualizado no Gráfico 17. Considerando que a maioria dos respondentes mora em Gravatá há mais de 10 anos, entendemos que esse tempo de moradia possibilita o conhecimento e acompanhamento das ações da Prefeitura para o turismo, bem como das demais atividades exercidas, pelo poder público, na cidade.

Gráfico 17 – Tempo de residência

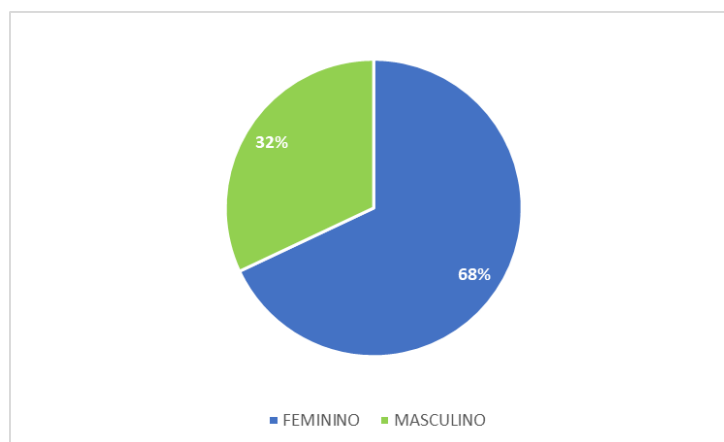


Fonte: Pesquisa direta (2020)

No Gráfico 18 verificamos que, dos 100 respondentes, 68% foi composto por pessoas do sexo masculino e 32% do sexo feminino. Ressalta-se que o percentual

de residentes feminino é de aproximadamente 51,73% conforme dados demográficos de 2010, do Banco de Dados do Estado divulgado no site do Governo do Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2010).

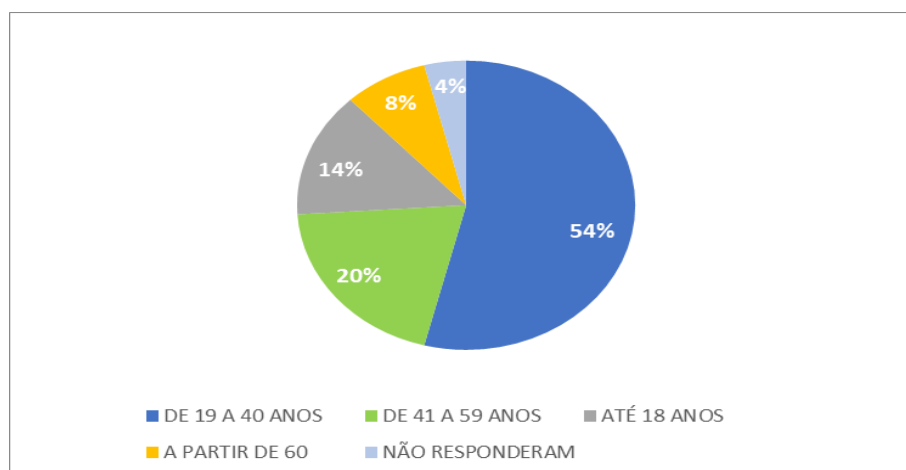
Gráfico 18 – Sexo dos sujeitos



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Com relação à faixa etária (Gráfico 19), observamos que a maioria (54%) é composta por pessoas entre 19 e 40 anos, seguido por pessoas com idade entre 41 e 59 anos (20%) e com 14% moradores com idade até 18 anos. Apenas 0,8% dos respondentes tem idade acima de 60 anos e 4% não responderam. Observamos que os respondentes foram relativamente jovens, pois 68% estão abaixo dos 40 anos. À exceção das crianças, todos os grupos foram bem representados. Com relação àqueles acima de 60 anos, acreditamos que a baixa participação tenha se dado devido ao isolamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus.

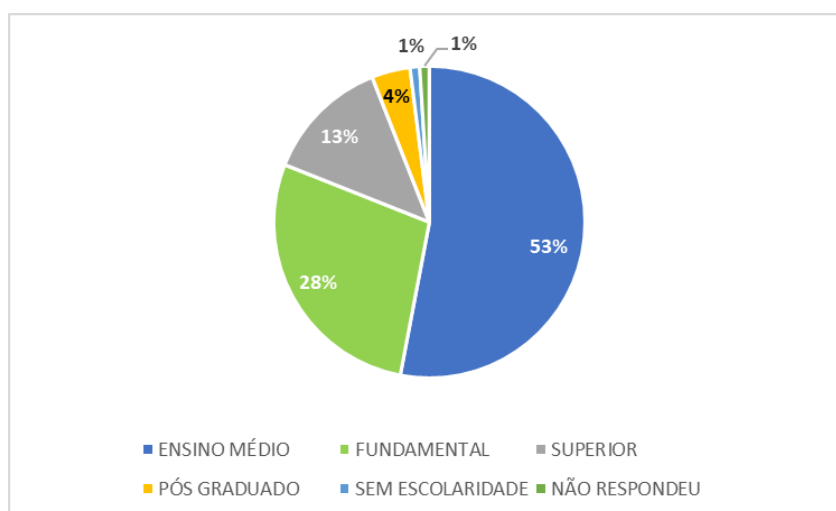
Gráfico 19 – Faixa Etária



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Com referência ao nível de escolaridade (Gráfico 20) dos moradores de Gravatá, a maioria (53%) possui o ensino médio, seguidos por 28% com o ensino fundamental, 13% com o nível superior e 4% possui pós graduação. 1% não respondeu e outro 1% respondeu sem escolaridade. Verificamos o contraste da escolaridade entre os moradores e visitantes, já que a maioria dos visitantes (87,8%) possuem pós graduação e ensino superior, o que nos leva a considerar o fato de que tendo uma população jovem, com baixo nível de escolaridade, os anseios dessa população não estão diretamente relacionados às questões políticas de uma forma em geral.

Gráfico 20 – Escolaridade

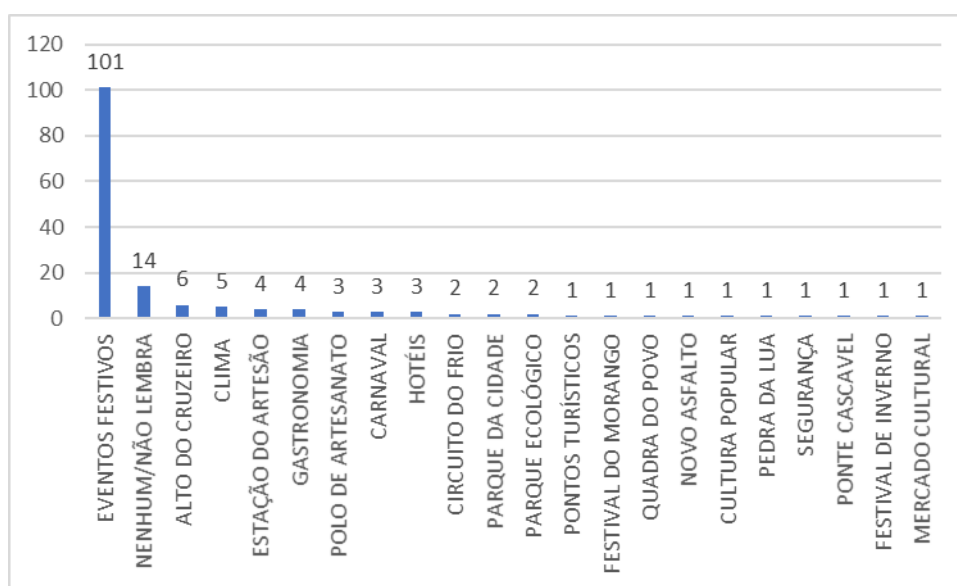


Fonte: Pesquisa direta (2020)

Entre as ações que conhecem voltadas para o turismo, os respondentes, por meio de pergunta de múltipla escolha, apontaram em primeiríssimo lugar, os eventos festivos, com 101 respostas. Esclarecemos que agrupamos, nesta resposta, todas as festividades citadas e, ainda que por tratar-se de questão aberta, que admitia mais de uma resposta, foram consideradas as 159 respostas válidas. Na sequência, 14 pessoas responderam que não conhecem ou não lembram de nenhuma ação voltada para o turismo, 6 sujeitos mencionaram o Alto do Cruzeiro, 5 citaram o clima (resposta estranha), 4 a Estação do Artesão, 4 a Gastronomia, além de várias outras ações, com menor frequência, inclusive 2 já descontinuadas, entre elas: Polo de Artesanato, Carnaval, Hotéis, Circuito do Frio, Parque da Cidade, Parque Ecológico, Pontos Turísticos, Festival do Morango, Quadra do Povo, novo asfalto, cultura

popular, Pedra da Lua, segurança, Ponte Cascavel, Festival de Inverno e Mercado Cultural. Os eventos festivos sazonais promovidos pela prefeitura figuram em primeiro lugar na mente dos moradores quando o assunto são as ações voltadas para o turismo.

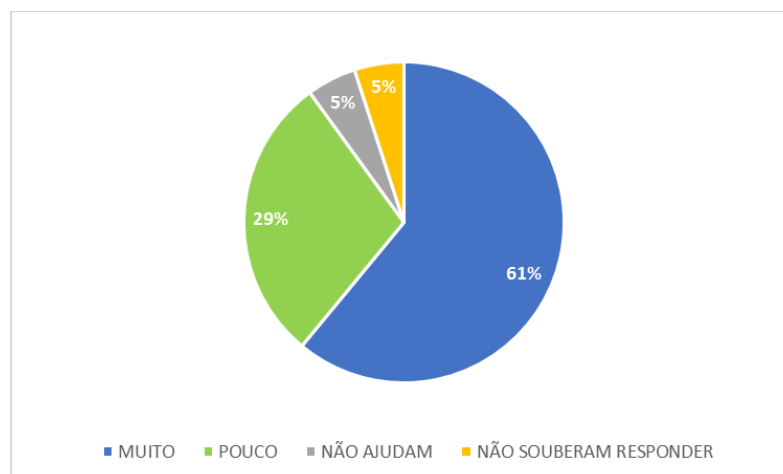
Gráfico 21 – Ações que conhece voltadas para o turismo



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Ao serem perguntados sobre se as ações da prefeitura ajudam no turismo, o maior número (61%) dos moradores responderam que ajudam muito, posteriormente (29%) afirmaram que pouco e os outros 10% estão divididos em não ajudam e não souberam responder. A pesquisa reflete que a maior parte dos respondentes afirmou que as ações realizadas pela prefeitura no turismo ajudam muito, indicando que, na visão deles, a gestão entende que essa área é importante e precisa ser trabalhada. No entanto, observamos que mais de 30% disseram que ajudam pouco/não ajudam. Diante disso, entendemos que as ações da prefeitura precisam ser divulgadas e revisadas constantemente, desenvolvidas para tornarem-se efetivas e contribuírem para a população como um todo, os turistas que visitam a localidade e a própria cidade; tanto economicamente como, principalmente, socialmente.

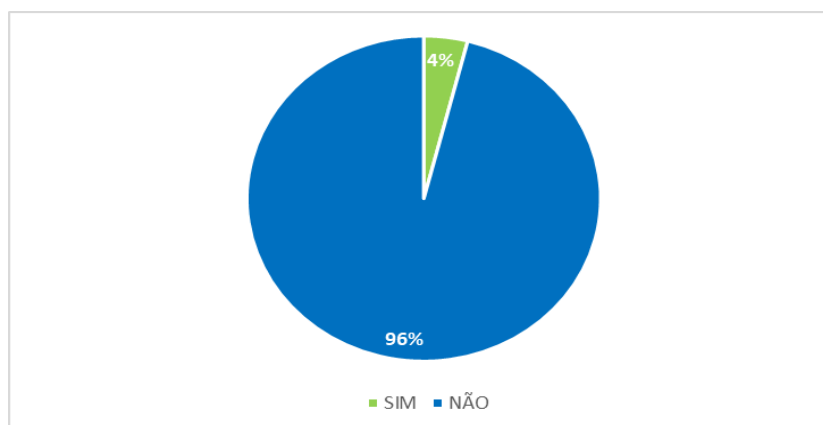
Gráfico 22 – Ações da Prefeitura que ajudam no turismo



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Com relação a participação nas discussões sobre o turismo da cidade, a pesquisa revela que 96% dos moradores não participam, e que 4% estão presentes nos debates sobre o turismo em Gravatá. De acordo com esses resultados, verificamos que a grande maioria dos respondentes não participa das discussões, dos debates, das decisões sobre o turismo da cidade. Com isso, entendemos que ações por parte da prefeitura juntamente com outros órgãos envolvidos na gestão do turismo na localidade precisam ser criadas, revistas e melhoradas, com o objetivo de mostrar à população que o turismo pode ajudar na vida dos residentes, como importante fonte geradora de trabalho e renda para o município, além de conscientizá-los para o fato de que os turistas geram significativa contribuição para a localidade.

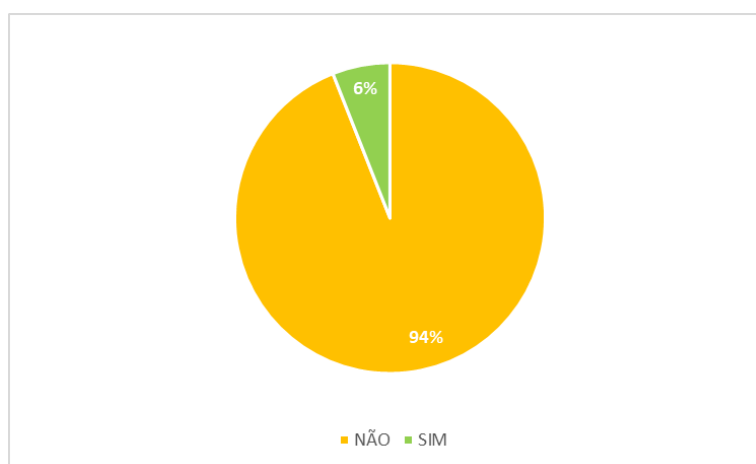
Gráfico 23 – Participa de discussões sobre o turismo



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Ao questionarmos se os moradores conhecem o Conselho Municipal de Turismo, verificamos que a maior parte (94%) dos indivíduos não conhece, contra 6% que alega conhecê-lo, a despeito da sua importância para o desenvolvimento da atividade turística na cidade. Isso nos levou a inferir a carência na divulgação do referido Conselho pela Gestão Municipal, bem como da apresentação das suas ações para a população, que precisa ser sensibilizada e incluída nos assentos do Conselho Municipal de Turismo de Gravatá. A nossa percepção é confirmada pela fala dos representantes do trade turístico do município, conforme registramos adiante.

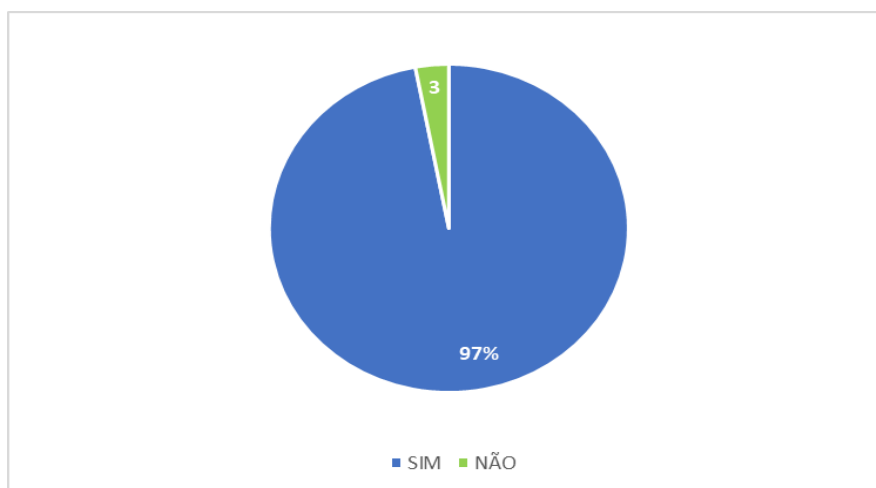
Gráfico 24 – Conhece o Conselho Municipal do turismo



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Ao questionarmos se a população deveria participar das decisões sobre as políticas públicas para turismo em Gravatá, a grande maioria (97%) dos residentes respondeu que sim, que os moradores devem estar envolvidos nas definições sobre as políticas, e os outros 3% informaram que não. Diante disso, verificamos, mais uma vez, a necessidade de a Gestão Municipal incluir a população nos momentos de criação, de desenvolvimento e de avaliação das políticas públicas, visto que os residentes são fundamentais para um bom funcionamento da atividade turística em uma localidade, além de serem os principais beneficiados. Destacamos, aqui, a fala da artesã quando afirmou que a população tem espaço, mas não se interessa, cabendo, assim, uma reflexão sobre quais seriam os motivos dessa suposta falta de interesse. Será que tais oportunidades são adequadamente divulgadas?

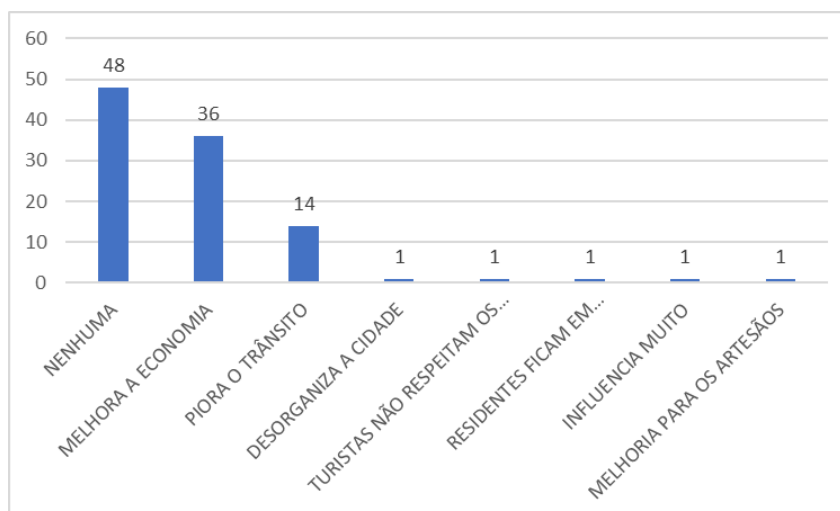
Gráfico 25 – A população deveria participar das decisões sobre as políticas públicas para o turismo



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Também perguntamos aos residentes sobre a influência do turismo na sua rotina de vida em Gravatá. Entre os respondentes, 48 pessoas apontaram que não há influência, 36 responderam que o turismo melhora a economia, 14 indicaram que a atividade piora o trânsito, além de outras respostas, com menor frequência, como a desorganização da cidade, que os turistas não respeitam os residentes, que os moradores ficam em segundo plano, que o turismo influencia muito e a melhoria para os artesãos. Esclarecemos que, por tratar-se de questão aberta, foram consideradas as 103 respostas apresentadas. Chamou-nos a atenção a elevada frequência de respondentes que afirmaram que o turismo não exerce influência na sua rotina de vida em Gravatá, município com forte vocação para a atividade turística. Ao que parece, boa parte da população encontra-se à margem de tudo o que gira em torno do turismo.

Gráfico 26 – Influência do turismo na sua rotina de vida na cidade

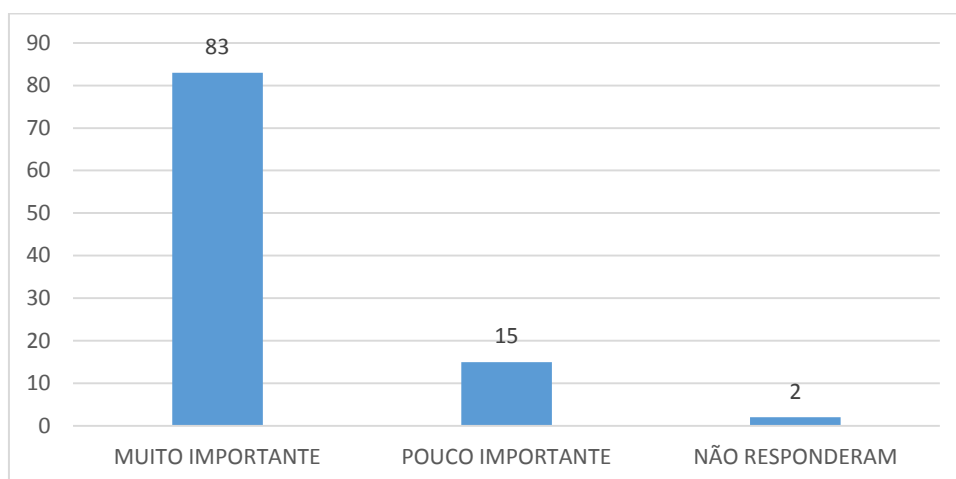


Fonte: Pesquisa direta (2020)

Com referência à importância do turismo para Gravatá, perguntamos aos moradores qual a importância do turismo para o município, devendo o mesmo, atribuir nota entre 1 e 5, sendo 1 para pouco importante e 5 para muito importante. Dos 100 respondentes, 53 atribuíram nota 5, em seguida, 30 indivíduos atribuíram nota 4; 11 respondentes atribuíram nota 3; 3 responderam nota 2; 2 pessoas não responderam e 1 atribuiu nota 1.

A fim de melhor visão das respostas, agrupamos as notas de 1 a 3 como pouco importante e 4 a 5 como muito importante, conforme pode-se observar no Gráfico 27. Nesse quesito, houve total convergência com as falas dos entrevistados, cujos resultados e análise serão apresentados nos próximos itens. Todos reconhecem que o turismo é muito importante para Gravatá.

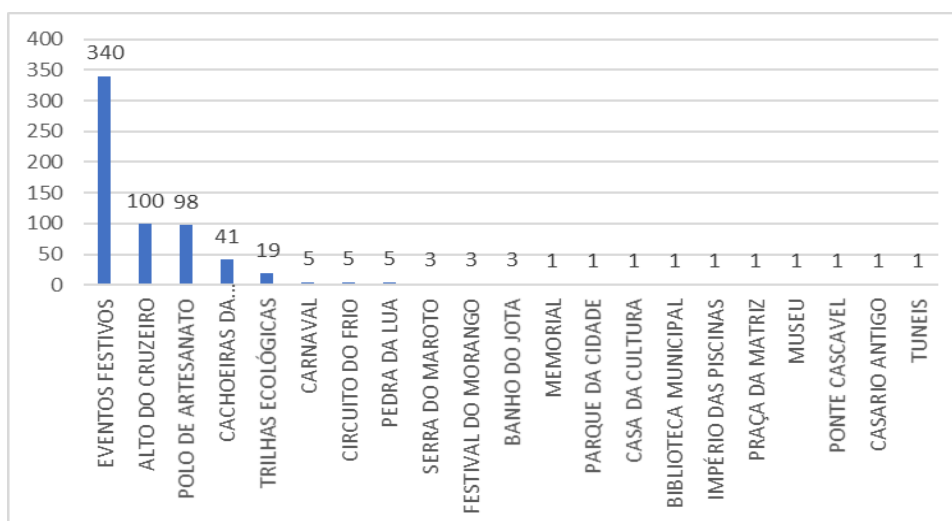
Gráfico 27 – Importância do turismo para Gravatá



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Com relação aos atrativos turísticos conhecidos pelos residentes, a pesquisa nos mostrou que 340 respostas apontaram os eventos festivos da cidade, ou seja, 100 afirmaram o Alto do Cruzeiro, 98 informaram o Polo de Artesanato, 41 responderam a Cachoeira da Palmeira, 19 apontaram as Trilhas Ecológicas, e foram citados com menor frequência, também, o Carnaval, o Circuito do Frio, a Pedra da Lua, a Serra do Maroto e outros locais considerados atrativos pelos residentes. Esclarecemos que, por tratar-se de questão de múltipla escolha questão aberta, os respondentes poderiam indicar todos os atrativos que conheciam e ainda na opção outros, acrescentar atrativos não mencionados na pesquisa, desta forma, foram consideradas as 632 respostas apresentadas pelos 100 respondentes.

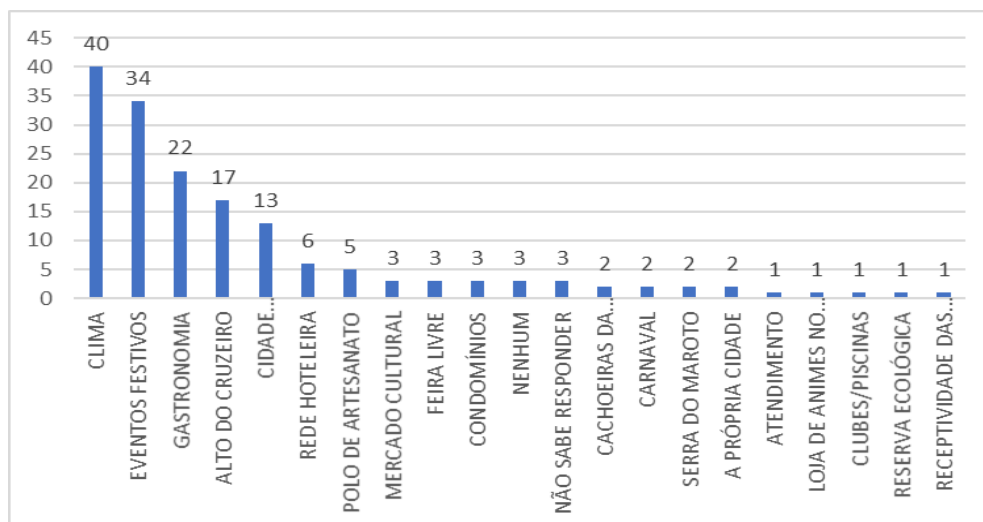
Gráfico 28 – Atrativos que conhecem



Fonte: Pesquisa direta (2020)

Ao perguntarmos sobre os pontos fortes do Turismo em Gravatá, verificamos que 40, a maior parte, dos residentes responderam o clima. Em seguida, 34 afirmaram os eventos festivos, já 22 apontaram a gastronomia, 17 informaram o Alto do Cruzeiro e 13 responderam que a cidade é aconchegante/tranquila. Foram citados ainda, com menor frequência, a Rede Hoteleira, o Polo de Artesanato, a feira livre, os condomínios, nenhum, 3 pessoas não souberam responder, Cachoeiras da Palmeira, Carnaval, Serra do Maroto, a própria cidade, o atendimento, loja de animes no Kaique, clubes/piscinas, reserva ecológica e a receptividade das pessoas. Esclarecemos que, por tratar-se de questão aberta, admitindo mais de uma resposta, foram consideradas as 165 respostas apresentadas pelos 100 respondentes. Destacamos, aqui, que o clima também foi apontado como ponto forte do turismo em Gravatá pela maioria dos visitantes, que são atraídos para a cidade pelo frio serrano, ameno e agradável.

Gráfico 29 – Pontos fortes do turismo de Gravatá



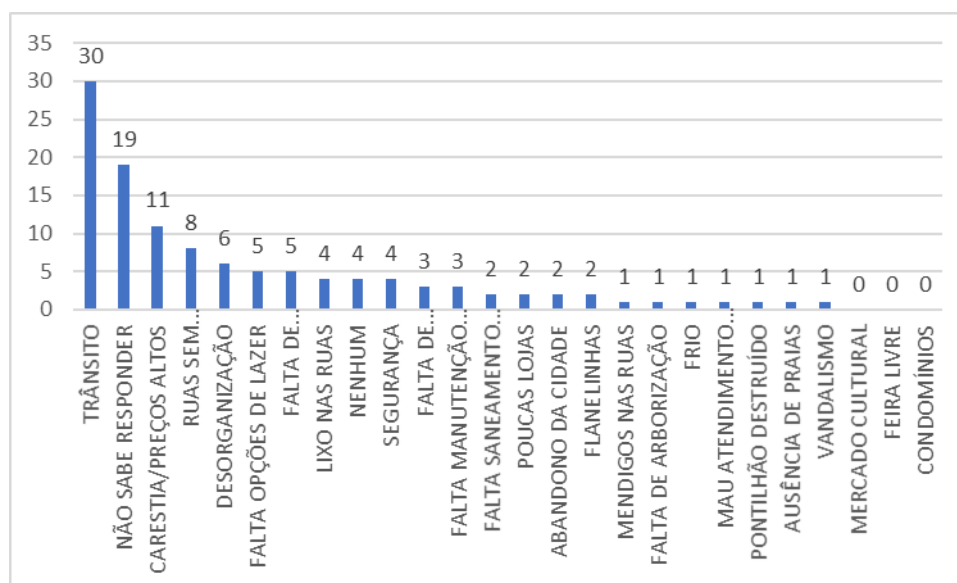
Fonte: Pesquisa direta (2020)

Perguntados sobre os pontos fracos do turismo em Gravatá, 30 respondentes apontaram o trânsito, 19 não souberam responder, 11 responderam carestia/preços altos, 8 indicaram ruas sem asfalto/esburacadas, além de outras respostas com menor frequência, como a desorganização, falta opções de lazer, ausência de estacionamento, lixo nas ruas, 4 pessoas informaram nenhum ponto fraco,

segurança, falta de cinema/shopping (praça de alimentação) entre outros aspectos, conforme podemos observar no Gráfico 30.

Acrescentamos que, por tratar-se de questão aberta, foram consideradas as 117 respostas válidas. Aos finais de semana e nos períodos festivos, conforme vivenciamos como turistas residentes, o trânsito no centro de Gravatá e arredores fica caótico, necessitando de atuação mais efetiva da Prefeitura para organizar de forma a dar mais fluidez ao deslocamento dos veículos. Os engarrafamentos e a falta de locais destinados a estacionamento de automóveis causam um impacto muito negativo tanto para os residentes quanto para os turistas.

Gráfico 30 – Pontos fracos do turismo



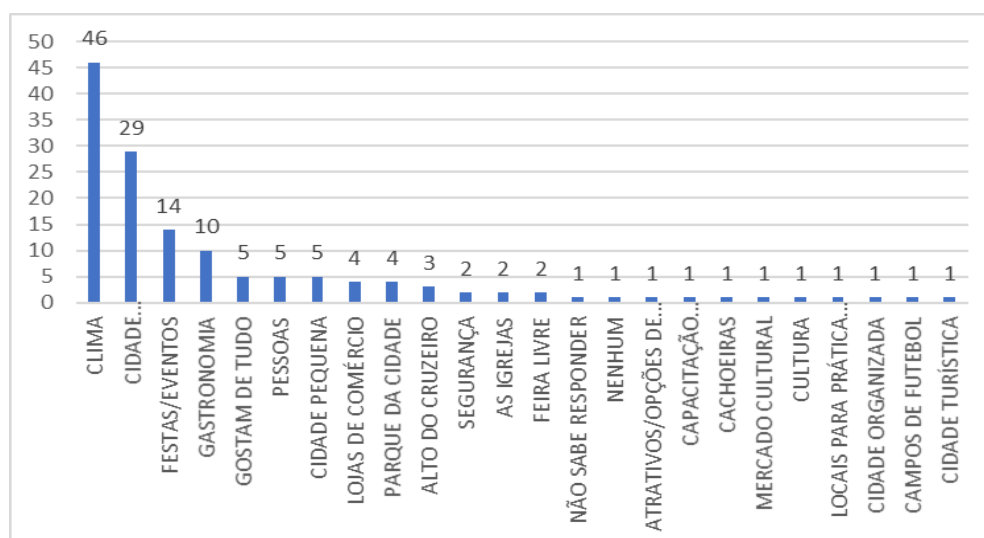
Fonte: Pesquisa direta (2020)

Perguntados sobre os pontos positivos da cidade, 46 respondentes indicaram o clima, 29 indicaram que Gravatá é uma cidade tranquila e acolhedora, 14 citaram as festas e eventos, 10 indicaram a gastronomia, 5 gostam de tudo, 5 indicaram as pessoas, 5 citaram o fato de ser uma cidade pequena, 4 indicaram as lojas de comércio, 4 citaram o parque da cidade, 3 citaram o Alto do Cruzeiro, 2 indicaram a segurança, 2 citaram as igrejas, 2 indicaram a feira livre, e foram citados ainda, por 1 pessoa cada, os atrativos de uma forma geral, curso de capacitação oferecido pela Prefeitura, cachoeiras, mercado cultural, a cultura da cidade, locais para prática de

esportes, cidade organizada, campos de futebol, Gravatá é uma cidade turística, nenhum ponto positivo ou não responderam.

Por se tratar de uma pergunta aberta foram consideradas as 142 respostas. Mais uma vez o clima se apresenta como o item principal do turismo de Gravatá e desta vez em segundo está o fato da cidade ser tranquila e acolhedora e só em terceiro lugar se apresentam as festas e eventos, o que contrasta com os visitantes que colocaram as festas e eventos em segundo lugar, perdendo apenas para o clima.

Gráfico 31 – Pontos positivos de Gravatá



Fonte: Pesquisa direta (2020)

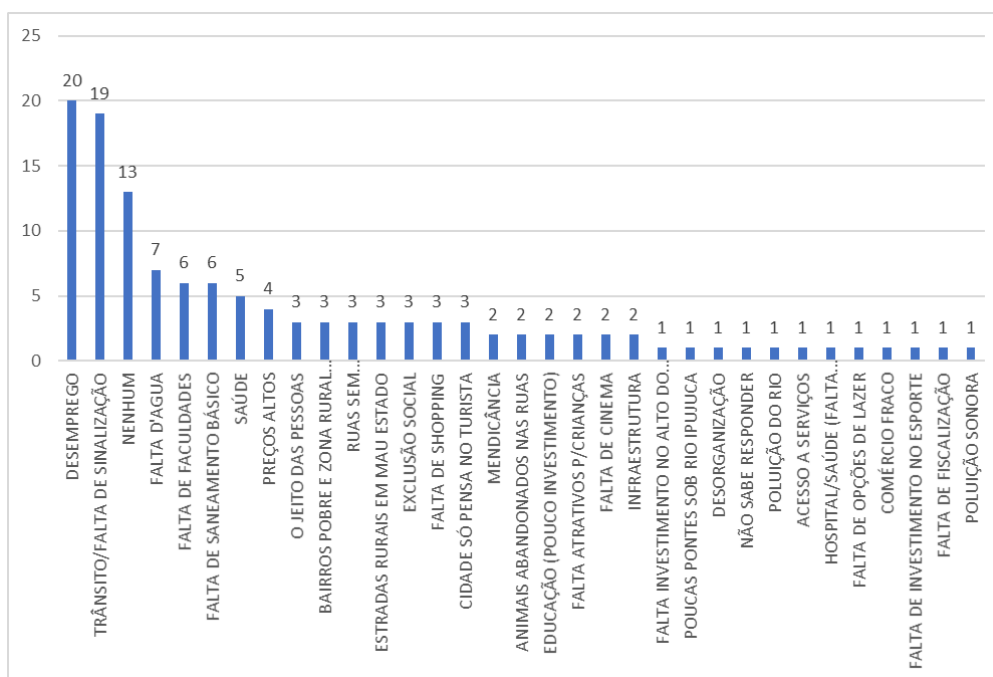
Ao serem indagados a respeito dos pontos negativos da cidade, observamos que as respostas foram muito diversificadas, 20 responderam o desemprego, 19 citaram o trânsito/falta de sinalização, 13 respondentes disseram nenhum ponto negativo, 7 citaram a falta d'água, 6 a falta de facultades, 6 a falta de saneamento básico, 5 responderam a saúde, 4 citaram os preços altos. Com 3 respondentes cada, foram citados: o jeito das pessoas, bairros pobres e zona rural esquecidos, ruas sem calçamentos/esburacadas, exclusão social, falta de shopping, cidade só pensa no turista. Com 2 respondentes cada, mendicância, animais abandonados na

rua, pouco investimento na educação, falta de atrativos para crianças, falta de cinema e falta de infraestrutura.

Foram citados ainda, com um respondente cada, falta de investimento no Alto do Cruzeiro, poucas pontes sobre o rio Ipojuca, desorganização, não sabe responder, poluição do rio, acesso a serviços, falta de investimento em hospitais/saúde, falta de opções de lazer, comércio fraco, falta de investimento em esportes, falta de fiscalização e poluição sonora. Foram consideradas as 125 respostas apontadas, considerando que esta foi uma pergunta aberta, admitindo mais de uma resposta.

É muito importante avaliar numa pesquisa como esta, o que pensam os residentes sobre a atividade turística. As necessidades básicas são os pontos fundamentais para o residente, o que converge com os visitantes são: a falta de infraestrutura, o trânsito/sinalização. Destacamos o desemprego como o ponto negativo mais citado pelos residentes. As respostas apontam para a necessidade de implementação de políticas sociais, que podem ser aliadas às políticas de turismo, tirando proveito da vocação da cidade.

Gráfico 32 – Pontos negativos de Gravatá



Fonte: Pesquisa direta (2020)

4.2.3. Do conteúdo das falas dos entrevistados

Foram entrevistados, no dia 21 de outubro de 2020, seis empresários do trade turístico, uma artesã e o Secretário Municipal do Turismo de Gravatá. A fim de melhor compreensão das informações coletadas, passamos a fazer uma análise qualitativa categorizada, baseada na orientação de Bardin (2016, p.148), que diz: “classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existentes entre eles”.

Enquadramos as respostas dos empresários do trade turístico e da artesã em seis categorias, quais sejam: Importância do Turismo, Conhecimento das Políticas de Turismo, Participação na elaboração das Políticas de Turismo, Relação com o Poder Público e Associações de Classe, Empreendedorismo e Avaliação. A partir da transcrição, compilação e inferências das falas dos entrevistados, procedemos a uma análise geral, que relatamos a seguir.

4.2.3.1. Dos Empresários

Analisamos as falas dos empresários entrevistados, levando em consideração as seis categorias citadas acima, avaliando os pontos em comum, os contraditórios e os mais relevantes.

a) Importância do turismo

Os entrevistados estão estabelecidos no comércio de Gravatá há bastante tempo e todos reconhecem que o Turismo é essencial para a economia da cidade, pois dependem diretamente dessa atividade já que não existem indústrias que possam promover outras possibilidades de emprego e renda para a população. De acordo com a fala do Entrevistado 4: *Super importante. A cidade ganha com isso e os comerciantes também por causa do movimento local.* O que é ratificado pela fala do entrevistado 5 quando diz: *“o turismo segura Gravatá”*.

b) Conhecimento das políticas de turismo

Verificamos que a maioria dos entrevistados dizem não conhecer as políticas de turismo. À exceção do Entrevistado 1, que afirma: *Questões da realização de Eventos e Eventos Corporativos* e do Entrevistado 3 que diz: *Sim. Conheço e acompanho tudo.*

c) Participação na elaboração das políticas de turismo

Com relação ao Conselho Municipal de Turismo, ficou evidenciado que nenhum dos entrevistados conhece ou participa do mesmo. Também não participam da elaboração/definição das políticas de turismo. No entanto a Entrevistada 3, embora não conheça, afirme: *Essa gestão lança [a política] e nos beneficia.* O Conselho Municipal de Turismo (GRAVATÁ, 2002), criado em 2002 através da Lei nº 3074/2002 tem a “finalidade de orientar, promover e emitir sugestões para o desenvolvimento do turismo e da cultura no Município, bem como formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Municipal do Turismo e Cultura.” Consideramos que haja a necessidade de uma ação direta do Conselho no sentido de se aproximar dos atores envolvidos na atividade turística.

d) Relação com o Poder Público e Associações de Classe

A respeito do relacionamento com a Secretaria de Turismo, parte dos entrevistados alegam ter uma boa relação e os demais não mantêm relação com a Secretaria. Com relação a Associações de Classe, apenas o Entrevistado 5 é vinculado a Associação dos Restaurantes e Garçons.

e) Empreendedorismo

Estabelecidos no comércio local há 18 anos, em média, os empresários entrevistados afirmaram que dependem diretamente do Turismo e que a falta de atrativos e eventos permanentes trazem dificuldades para uma atividade econômica constante. O entrevistado 2 cita, ainda, *a falta de banheiros públicos e as ruas esburacadas como um fator ruim para o turismo.*

Com relação às vantagens de empreender em Gravatá, como já ficou claro, a atividade turística é fundamental, pois como disse o entrevistado 2: *Eu dependo totalmente do turista. O morador não costuma entrar nas lojas. Só 5% de morador compra. Não é falta de divulgação.*

Questionados sobre as dificuldades em empreender em Gravatá, os entrevistados confirmaram que a ausência de outros atrativos turísticos e eventos anuais que atraíam as pessoas dificultam a realização da atividade. Eles afirmaram também que o movimento de turistas no município é eficiente e maior nos finais de semana, quando os visitantes vão para as suas casas ou de amigos/familiares ou, ainda, quando tem eventos festivos na cidade. Com relação ao que deve ser melhorado na cidade para conseguir empreender no turismo em Gravatá e ter êxito, o entrevistado 6 expressou também que *é preciso investir em capacitação e profissionalismo junto aos moradores para que eles saibam atender, vender os seus produtos aos visitantes que chegam.*

O entrevistado 6 citou como vantagem em seu empreendimento a questão do aumento da sua renda já que, segundo ele, *os produtos vendidos em Gravatá são altos*, e conseqüentemente as margens de lucro são maiores.

f) Avaliação

Embora afirmem não conhecer as políticas de turismo, os Entrevistados pontuaram como boas e importantes. No entanto, salientaram a necessidade de mais atrativos para a população local. Apontaram, ainda, como uma oportunidade de melhoria pela Prefeitura, a necessidade de buscar parceiras mais fortes para investimento no Turismo.

Perguntamos também aos entrevistados, como a Prefeitura poderia melhorar a contribuição para o Turismo em Gravatá. Eles concordam que ela deveria desenvolver os atrativos turísticos que estão presentes na cidade, e citaram exemplos como as cachoeiras e o Parque Karawa Tã. Com isso, percebemos que alguns pontos turísticos no município precisam ser mais aproveitados e valorizados pela gestão pública, juntamente com outros setores envolvidos na atividade turística, conforme já inferimos na análise das entrevistas dos turistas.

4.2.3.2. Dos Artesãos

Por ser Gravatá um município com forte vocação para a produção e comércio de artesanato, incluímos entre os entrevistados uma artesã, que abriu mão da profissão de turismóloga, há quatro anos, para empreender nessa arte, utilizando madeira, MDF e acrílico como matéria prima.

a) Importância do Turismo

Questionada sobre a importância do turismo para o município, a entrevistada afirma que a atividade afeta diretamente o seu ofício de artesã, uma vez que os visitantes que frequentam o polo moveleiro estacionam na sua porta e movem o seu negócio. Em consonância com a fala dos entrevistados do trade turístico, reconhece o turismo como sendo essencial para a economia da cidade. A artesã destaca, ainda, com o seu olhar de turismóloga, que *o turismo é muito importante para Gravatá e que ainda há muito potencial a ser explorado, sobretudo no turismo rural e de eventos.*

b) Conhecimento das Políticas de Turismo

A entrevistada alega não conhecer as políticas de turismo do município, o que coincide com as respostas da maioria dos empresários entrevistados.

c) Participação na elaboração das políticas de turismo

A artesã não faz parte do Conselho Municipal do Turismo, mesmo tendo ciência da sua existência. Também não participa de discussões para a definição das políticas de turismo, sob a alegação de que *não tem tempo disponível. Pontua que a população, inclusive os artesãos, tem espaço, mas não se interessa.*

d) Relação com o Poder Público e Associações de Classe

Vinculada a Associação dos Artistas Plásticos e Artesãos de Gravatá, a entrevistada afirma que tem um bom relacionamento com a atual gestão da Secretaria de Turismo, a qual, segundo ela, apoia a sua atividade, através da

promoção de cursos e eventos para a categoria, embora tenha enfatizado que [...] *os artesãos não valorizam. Muitos são acomodados.*

e) Empreendedorismo

Formalizada, a entrevistada reconhece o apoio da gestão pública para empreender no turismo em Gravatá. No entanto, de acordo com a sua fala, a *população não vê a cidade como turística e não valoriza o turismo*, apesar do seu impacto direto na atividade. Aponta como dificuldade, a postura da população que enxerga os visitantes como forasteiros que estão na cidade para incomodar os residentes.

f) Avaliação

Embora afirme não conhecer as políticas de turismo, assim como os empresários entrevistados, a artesã as pontua como boas e importantes. No entanto, salienta o descaso e a acomodação dos artesãos.

4.2.3.3. Do Gestor

No dia cinco de outubro de 2020 fomos recebidos na Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer de Gravatá pelo então secretário, acompanhado de um servidor de carreira que ocupa o cargo de turismólogo na citada secretaria. O acesso ao gestor se deu de forma tranquila, o qual mostrou-se disposto a abrir as portas do seu gabinete para a pesquisa, já no primeiro contato, por telefone, o que se concretizou uma semana depois. O secretário fez questão da participação do turismólogo, em virtude do seu envolvimento com a gestão municipal do turismo. Uma vez que as respostas foram entrecortadas pelas falas dos dois, passaremos a denominá-los gestores.

No intuito de viabilizar a análise qualitativa categorizada, seguindo a orientação de Bardin (2016), que recomenda o enquadramento das respostas em categorias, estruturamos as falas dos gestores em cinco categorias, a saber: importância do turismo para o município, identificação, participação, acompanhamento e avaliação das políticas de turismo no município de Gravatá.

Os gestores destacam, enfaticamente, a importância do turismo para Gravatá. Segundo eles:

O Turismo de Gravatá hoje é a principal fonte de renda. Temos o costume de falar que é a maior indústria sem chaminé que pode existir e a gente tem essa indústria aqui em Gravatá, indústria ativa pelo fato de que Gravatá fica numa localização que ela é privilegiada, ela fica numa rota onde tem o corte da BR 232, onde você tá numa quilometragem boa pra capital e uma quilometragem boa também pra outra capital que a gente chama de Caruaru numa quilometragem próxima também, que é um polo muito grande também e ficamos próximos, também, de uma circunferência de cidades que tem o turismo também como fonte de renda e, se não é a principal, mas tá começando a despontar.

Essa percepção converge, totalmente, com a opinião dos demais sujeitos entrevistados. Todos reconhecem o turismo como a principal atividade econômica de Gravatá.

Ao identificar as políticas de turismo no município, os gestores discorreram sobre o Conselho Municipal de Turismo, a valorização dos artistas locais nos eventos sazonais, o turismo como ferramenta para a inclusão social, entre outras. Eles também citaram um exemplo que envolve essas três políticas, transcrito a seguir:

Quando você fala do turismo e da questão social. Eu vou falar uma situação pra você: o Natal de Gravatá. [...] O Natal antigamente ele era feito pelo Studio Fest, em Gravatá, muito profissional. Mas o que acontecia é que um pessoal italiano chegava com um evento montado, fazia a apresentação e ia embora. Prestou o serviço lindo, fantástico, ok. O que é que a política, quando o Joaquim [Prefeito] entrou, ele disse: eu quero valorizar o artista local. Quantas escolas que você tem? Onze. Escola de dança de Gravatá, dança e ballet, quantas pessoas estudando, 50, 60 membros. [...]. O cachê que a gente pagou que poderia ir para fora, continua na cidade. Fora o belíssimo espetáculo que demos, que quando acabamos o primeiro evento do Natal, o pessoal foi contratado para fazer a abertura de um evento no aeroporto. Pra você ver a qualidade como vai despontando. Isso aqui foi discutido no Conselho, também junto com o prefeito e é um item do Conselho que executamos.

No que se refere à participação na elaboração das políticas, os gestores enfatizaram, por diversas vezes, que o planejamento do turismo é dividido com o Conselho Municipal de Turismo; além da gestão integrada com as outras secretarias municipais: *Outra questão também, é que a gente trabalha outras secretarias que, essas sim, tem um contato bem maior com a população, Secretaria de Ação Social, Secretaria de Defesa Social, Infraestrutura, da Mulher.*

Salientaram que tanto o trade turístico, quanto a população, tem assento no referido Conselho, juntamente com a gestão pública. No entanto, destacamos que

os demais entrevistados afirmaram não conhecer as políticas do turismo para o município, embora alguns tenham avaliado as referidas políticas como boas e importantes, e ainda indicaram não conhecer as ações do conselho.

Assim como os demais entrevistados, os gestores afirmaram que têm um bom relacionamento com o trade turístico e com os demais atores envolvidos na cadeia produtiva do turismo. Eles mantêm as portas da secretaria literalmente abertas para receber qualquer empresário ou cidadão que deseje, o que constatamos *in loco*.

Indagados sobre a forma de acompanhamento da execução e efetividade das políticas de turismo, os gestores mencionaram a ouvidoria e as pesquisas que são aplicadas ao final dos eventos. Sentimos falta, no entanto, de um sistema que permita uma melhor avaliação e mensuração de resultados das referidas políticas, o que dá base à percepção da necessidade de criação de um modelo que contribua para este acompanhamento.

Os gestores entrevistados avaliam as políticas de turismo de Gravatá como efetivas, embora reconheçam que há muito o que melhorar. Exemplificaram tal avaliação com o aumento do gasto médio diário por cada turista, de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) em 2016, para R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) em 2019, conforme o próprio relato deles, que acrescentaram que tal valor é injetado diretamente na economia local.

Destacamos, no entanto, a necessidade de ampliar os indicadores capazes de analisar a efetividade das políticas de turismo no município. Salientamos, ainda, a importância do planejamento na definição, elaboração e acompanhamento das referidas políticas e que tal atividade não foi evidenciada nas falas dos gestores, o que reforça a necessidade de se pensar um modelo de acompanhamento da efetividade das políticas de turismo neste destino, capaz de contribuir para melhoria não só do planejamento, mas também de sua avaliação.

4.2.3.4. Análise geral das falas dos entrevistados dos diferentes grupos

O Turismo no Brasil e no mundo tem sido uma importante atividade, geradora de emprego e renda, que contribui para o desenvolvimento econômico e social; além de consolidar a cultura dos povos e proporcionar oportunidades de debate e melhoria para o meio ambiente.

O trade turístico de Gravatá demonstrou, nesta pesquisa, a compreensão dessas possibilidades, definindo a atividade turística como essencial para o desenvolvimento da cidade, de uma forma geral, opinião esta consonante com a gestão municipal do turismo e, também com a maioria dos residentes.

Sabemos que para uma atividade econômica se desenvolver, é necessária a ação do poder público, através da implementação de políticas específicas, buscando fomentar a atividade, com a participação de todos os atores envolvidos. No caso de Gravatá, os empresários, em sua maioria, dizem não conhecer as políticas de turismo, não mantém uma relação com a Secretaria de Turismo e, conseqüentemente, não participam da elaboração/definição dessas políticas, o que também acontece com os moradores.

Diante dessa constatação, torna-se necessário que a gestão municipal atue no sentido de reavaliar o planejamento do turismo na cidade, buscando incluir a todos os atores envolvidos, a fim de que a atividade possa beneficiar a todos, de maneira mais efetiva. Talvez se faça necessário partir de uma campanha de sensibilização, uma vez que, de acordo com a fala da artesã, a população tem espaço para participar, mas não se interessa. Voltamos a refletir, então: os atores envolvidos na cadeia produtiva do turismo conhecem esses espaços de fala e de participação?

Uma possibilidade de aproximação dos atores no processo de planejamento turístico municipal seria, a partir desta sensibilização, envolvê-los nos debates e decisões no Conselho Municipal de Turismo para sua consolidação e fortalecimento, além de ampliação do comprometimento destes sujeitos no processo de gestão e avaliação das políticas voltadas para o fomento do turismo neste destino.

Observamos também que não há iniciativa, por parte dos empresários, no sentido de desenvolver ações que melhorem seus empreendimentos, esperando apenas pelas ações da Prefeitura. Com relação aos moradores, a grande maioria respondeu que eles deveriam participar das decisões sobre as políticas de turismo, ficando evidente a necessidade da melhoria do relacionamento do gestor municipal com a população como um todo, bem como do Conselho Municipal de Turismo.

As dificuldades apresentadas como empecilho ao desenvolvimento do negócio foram relacionadas diretamente ao desenvolvimento de mais segmentos turísticos além dos existentes na cidade, de forma que, a frequência dos turistas não se dê apenas nos finais de semana e durante os eventos festivos, pois a cidade tem

outros atrativos que possibilitariam um incremento no turismo, proporcionando um aumento nas receitas.

De uma forma geral, os empresários, embora digam não conhecer as políticas de turismo, afirmam também que elas são boas e importantes, opinião esta consonante com os moradores quando eles dizem que as ações da Prefeitura ajudam no turismo. Entendem que é necessário a busca pela melhoria por parte da Prefeitura, seja procurando melhores parceiros para investir na atividade, como também aprimorando o planejamento.

De acordo com a nossa percepção, tanto a Prefeitura precisa realizar um processo de análise de melhoria na definição/elaboração e implementação das políticas de turismo, quanto os empresários necessitam se reciclar em relação ao desempenho do seu papel na economia local, buscando sua profissionalização no mercado e contribuindo de forma mais efetiva para a melhoria de sua atividade comercial e social na cidade de Gravatá.

A adoção de um modelo de avaliação das políticas de turismo contribuiria, sobremaneira, para dirimir tais dificuldades, sobretudo para quantificar e apontar as áreas ou pontos com maiores entraves; possibilitando que o planejamento se volte para os pontos críticos identificados através da ferramenta.

5. DETALHAMENTO DA PROPOSTA

Neste item, passaremos a discorrer sobre todo o detalhamento da proposta resultante do presente estudo, desde o histórico da cidade e do turismo em Gravatá, até a operacionalização do sistema sugerido no presente estudo.

5.1. GRAVATÁ: HISTÓRICO, LOCALIZAÇÃO E ABRANGÊNCIA

A história de Gravatá, desde sua origem, revela a sua potencialidade turística, tendo em vista que aquela fazenda servia como ponto de parada dos viajantes, visando o descanso necessário para seguir viagem. No sítio da Prefeitura de Gravatá, lemos:

O município de Gravatá originou-se numa fazenda, em 1808, pertencente a José Justino Carreiro de Miranda, que servia como hospedagem para os viajantes que iam comercializar o açúcar e a carne bovina, principais produtos da época, que eram levados em embarcações do Recife até o interior. Como a navegação pelo rio Ipojuca era difícil, os comerciantes eram obrigados a fazer paradas estratégicas para evitar também que o gado perdesse peso. Uma dessas paradas ficou conhecida como Crauatá,

denominação, que deriva do tupi Karawatã (“mato que fura”), por conta da predominância de uma planta do gênero da família das bromélias, também chamada caraguatá, caroatá, caroá e gravatá (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, s/d).

Observando a derivação do nome da cidade, pudemos verificar a influência indígena na formação do local, confirmada na pesquisa realizada por Gaspar (2009, p.1) “[...] a aldeia do Brejo dos Padres, dos índios Pankaru ou Pankararu; aldeamentos em Taquaritinga, Brejo da Madre de Deus, Caruaru e Gravatá”.

Esse estudo demonstra a presença dos índios, como primeiros habitantes no Município de Gravatá e em outras cidades do Estado de Pernambuco e sua influência no desenvolvimento local, através da sua cultura e religiosidade imposta pelos portugueses, através da catequese dos jesuítas quando do descobrimento do Brasil.

Em 1816 iniciou-se a construção de uma capela dedicada a Sant’Ana que, em 1822, foi dedicada pela Igreja Católica a Sant’Ana. Em seguida, as terras foram divididas em 100 lotes e vendidas aos moradores, dando início ao povoado de Gravatá, distrito do município de Bezerros. Em 13 de junho de 1884, a sede do município foi elevada à categoria de cidade. No entanto, sua emancipação política só veio a ocorrer após a Proclamação da República, pela Lei Orgânica do Município, de 15 de março de 1893, quando a cidade adquiriu sua autonomia municipal e elegeu o seu primeiro prefeito, Antônio Avelino do Rego Barros. No final do século XIX, com a inauguração da Ferrovia Great Western Railways, ligando o Recife ao sertão pernambucano, a cidade tomou considerável impulso e, aos poucos, foi definida sua vocação para o turismo, sobretudo com a construção da BR-232, em 1950, o que permitiu um melhor acesso, encurtando o tempo de viagem e vencendo o desafio da Serra das Russas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, s/d).

A obtenção de dados sobre o histórico do turismo em Gravatá foi muito difícil, especialmente em sites oficiais, quando, durante as buscas foi localizada a Tese de Doutorado da Dra. Margarita de Cássia Viana Rodrigues, que fez um trabalho de pesquisa, junto aos residentes de Gravatá, que possibilitou um acesso muito rico de informações, com aspectos históricos relevantes do município (RODRIGUES, 2007).

A primeira experiência de Turismo em Gravatá, adveio da instalação do Restaurante “Taverna Suíça” do imigrante suíço Sr. Truan, mas na verdade, o clima sempre foi o atrativo para as pessoas irem à Gravatá, desde quando era indicado para tratamento da Tuberculose, até os dias de hoje.

Nos anos 1960/1970 era muito comum o aluguel de casas para pessoas do Recife que passavam as férias juninas na cidade e o restaurante possibilitou a essas pessoas, bem como àquelas que vinham no final de semana, ter um ponto de encontro, onde podia-se beber um bom vinho e comer um *fondue*, coisa considerada “estranha” para uma cidade do Interior de Pernambuco.

Nesse período, devido à necessidade de construção de moradia para a população, a Companhia de Habitação de Pernambuco/COHAB construiu um condomínio, mas a população não pode adquirir o imóvel, devido ao valor das prestações, que eram altas. Diante disso foram abertas as vendas, para pessoas de outras localidades, dando início a partir daí as habitações de segundas residências.

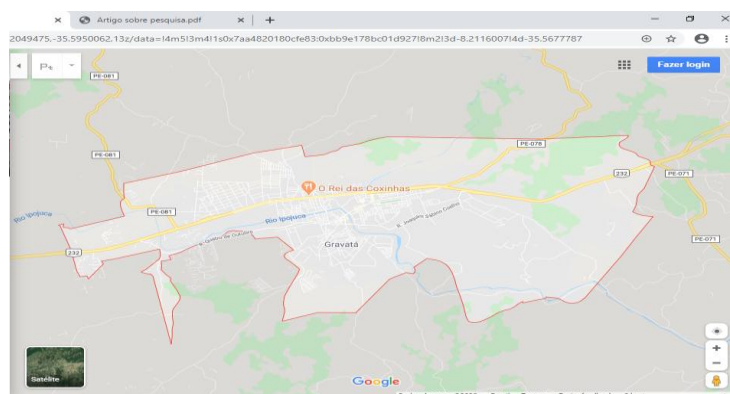
Ainda nessa época, surgiram os primeiros estabelecimentos para hospedagem, principalmente do turista dos fins de semana, sendo o Portal de Gravatá, o primeiro hotel-fazenda a se instalar no Município. A partir do Portal, outros meios de hospedagem foram surgindo, dando início à Rede hoteleira da cidade.

Por outro lado, o êxodo rural dos filhos dos fazendeiros que iam estudar fora e não queriam retornar para as atividades agropecuárias, deixaram as terras das fazendas abandonadas, surgindo então as áreas disponíveis para a construção de condomínios e privês, que hoje, é a maior renda turística do Município, conforme nos informou em entrevista, o Sr. Darlan Raphael Rosendo, atual Secretário de Turismo do município.

A partir daí Gravatá, com seu clima ameno, vem se consolidando como um destino apropriado para o descanso, mas vem também se modernizando, oferecendo ao turista diversos eventos durante todo o ano, bem como atividades de Ecoturismo, além do artesanato e um Polo Moveleiro que é considerado a “Porta de Entrada” para o turista.

Situada no Agreste do Estado de Pernambuco, a 84km da Capital Recife, Gravatá pode ser localizada facilmente no Google Maps, conforme abaixo.

Figura 1 - Mapa de localização de Gravatá



Fonte: Google Maps (2021)

5.2. GRAVATÁ: CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E TURÍSTICA

Gravatá tem como principais atividades econômicas, a agricultura (abacaxi, milho, algodão, batata doce, tomate, tangerina, feijão, banana, mandioca, morango), o comércio varejista e a pecuária; sendo conhecida como importante polo moveleiro do Estado (CIDADES, 2013).

Tem uma atividade turística bastante desenvolvida, especialmente nos fins de semana quando ocorrem eventos, tendo um acréscimo de aproximadamente 43% na população da cidade, que fica em torno de 120 mil pessoas. Destaca-se a Festa de Reis no segundo domingo de janeiro; semana pré-carnavalesca no mês de fevereiro; as Festividades de Frei Damião em maio; o São João em junho, dentre outros (CIDADES, 2013).

Além das festividades, tem outros atrativos, como o Alto do Cruzeiro, Polo Moveleiro, Estação do Artesão, Memorial da Cidade, Banho de Dona Nadir e Cachoeira da Palmeira. (CIDADES, 2013).

Está inserido no Mapa do Turismo Brasileiro, na categoria “B”, classificada na Região Turística SERRAS E ARTES DE PERNAMBUCO e uma arrecadação de R\$ 2.979.984,00 (Dois milhões, novecentos e setenta e nove mil e novecentos e oitenta e quatro reais) em impostos, decorrentes da atividade turística (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2020).

Com uma população estimada em 84.699 pessoas no ano de 2020 (IBGE, 2017) com uma densidade demográfica de 150,87 hab/km² (2010), possui uma taxa de escolarização entre 6 a 14 anos de 97,2% e atingiu o índice do IDEB de 4,2 nos anos iniciais do ensino fundamental e 3,9 nos anos finais do ensino fundamental (IBGE,2017).

Possui um PIB de R\$ **12.841,62** (doze mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos) e em 2017 pagava o salário médio mensal de 1,7 salários mínimos. (IBGE, 2017).

Na saúde tem uma taxa de mortalidade infantil média de 3.82 para 1.000 nascidos vivos (IBGE, 2017).

Apresenta 65% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 56.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 6.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2017).

Destaca-se que Gravatá também faz sucesso com o seu calendário de eventos durante todos os meses do ano. Em janeiro, acontece a clássica Festa de Reis, no segundo domingo do mês. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2020). Já em fevereiro, blocos carnavalescos alegam os foliões do município e os turistas que se hospedam no local. O bloco do Zé Pereira é o mais popular entre esses, com mais de 100 anos de existência. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2020). Durante os dias do carnaval, há o Gravatá Jazz Festival, que é mais uma atração para quem deseja sair da folia e apreciar uma boa música. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2020). Em abril, há o evento da Semana Santa, no qual tem shows e apresentações teatrais. Também conta com o espetáculo da Paixão de Cristo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2019).

No quinto mês do ano, há a presença do turismo religioso, com as festas de Frei Damião. Destaca-se também de uma tradicional “Caminhada do Venerável”, uma procissão, seguida de missa, em menção ao aniversário da morte do Frei, que sai da Igreja Matriz de Sant’Ana com chegada a Capela do Riacho do Mel, na qual o Frei Damião realizou sua primeira missa em 1931. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2019). No mês de junho, há uma programação voltada para o ciclo junino, com destaque para a festa de São João, e que começa com o São João Comunitário, que possui diversas atrações como por exemplos: o forró, maracatu e apresentações das tradicionais quadrilhas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2019). No mês seguinte, tem comemoração da padroeira da cidade, Sant’Ana, em 26 de julho, dia que lhe é destinado, que é realizada através de uma procissão que leva a imagem original da padroeira pelas principais ruas do município, e também passa em frente das capelas das comunidades que constituem a Paróquia de Sant’Ana. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2020). Em agosto, tem o Festival Virtuosi, que é um festival dedicado à música clássica, realizado na Igreja Matriz de Sant’Ana que conta com músicos nacionais e internacionais, além de apresentar artistas locais para o público presente. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2019).

No mês de agosto também, é comemorado o Dia do Sanfoneiro, onde são realizados missas e shows. Em Gravatá, é celebrado no dia 02 de agosto. Essa data marca a morte de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2019). No último mês do ano, a população da cidade comemora o Natal através do evento chamado “Natal de Paz e Luz” que é comemorado em 17 dias,

entre os dias 13 a 29 de dezembro, e a programação contém com cantatas natalinas, missas, espetáculos de dança, apresentações artísticas, entre outras atrações, além de uma decoração especial com luzes e artigos decorativos presentes nas ruas de Gravatá. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2019).

Além dos atrativos culturais, existem os pontos turísticos da cidade, o Alto do Cruzeiro, onde pode-se aproveitar da gastronomia nos bares e restaurantes, e encontra-se a estátua do Cristo Redentor, também a Capela do Cristo Rei, o Cruzeiro e a Escadaria da Felicidade; o Polo Moveleiro, considerado o portão de entrada da cidade, em que são comercializados os móveis rústicos e peças decorativas, também possui cafeterias e lanchonetes próximos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2020), o Parque Monsenhor Cremildo Batista de Oliveira, conhecido como Parque da Cidade, um espaço de lazer e saúde para os moradores. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2020); a Estação do Artesão, na qual a Associação dos Artesãos do município apresenta suas peças; Memorial de Gravatá, que possui um amplo acervo de documentos, fotografias e outros materiais que registram o dia-a-dia do passado histórico da cidade e das pessoas; a Igreja Matriz de Sant'Ana, consagrada à Sant'Ana, Padroeira de Gravatá, essa igreja é um Templo Católico-Romano que abriga uma capela, coro e a sacristia; tem o Mercado Cultural, que possui uma gastronomia característica do Agreste, além de existir no local o artesanato, as músicas e os ritmos em um ambiente repleto em cultura. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2020). Gravatá teve mais um benefício conquistado que foi sua inclusão no Mapa do Turismo Brasileiro referente aos anos de 2019 a 2021 ao lado de grandes destinos turísticos de todo o Brasil na qual estão mais de 2.600 municípios. A cidade está classificada na categoria "B" ao lado de outras 11 localidades pernambucanas: Arcoverde, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Fernando de Noronha, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Petrolina, São José da Coroa Grande, Serra Talhada e Tamandaré. Os únicos que estão na categoria A são Ipojuca e Recife (PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ, 2019).

5.3. OPERACIONALIZAÇÃO DA PROPOSTA

Para iniciarmos a apresentação de nossa proposta de implantação de um sistema de monitoramento e acompanhamento da gestão para a atividade turística

na cidade de Gravatá/PE, torna-se necessário discorrermos a respeito do ciclo básico de implantação de uma política pública que, conforme o modelo apresentado no Referencial de Controle de Políticas Públicas, pelo Tribunal de Contas da União (2020), tem três estágios, a formulação, a implementação e a avaliação (BRASIL, 2020).

A fim de melhor compreender cada etapa, passamos a apresentar, de forma resumida, as fases desse processo.

a) **Estágio da formulação** – Compreende 5 etapas a saber:

- ✓ Diagnóstico do problema – refere-se à identificação do problema, tamanho e características, público-alvo, causas e possíveis formas de solucionar;
- ✓ Formação da agenda pública – escolha dos problemas que serão considerados para a intervenção;
- ✓ Desenho da política pública – definição da política com seus objetivos e suas ações decorrentes, inclusive os resultados e impactos;
- ✓ Análise de alternativas – discussão de todas as consequências daquele problema, análise dos custos, benefícios de forma a apoiar o processo de tomada de decisão;
- ✓ Tomada de decisão – culminância de todas as fases anteriores.

b) **Estágio de implementação** – Compreende 3 etapas:

- ✓ Estruturação da governança e gestão – definição dos atores internos envolvidos, gestão dos riscos e controles, monitoramento e avaliação, além do plano de implantação da política e todas as ações necessárias;
- ✓ Alocação e gestão de recursos orçamentários e financeiros – definição de onde virá o crédito orçamentário necessário para implementação da política;
- ✓ Operação e monitoramento – aplicação de todas as ações a fim de obter os resultados esperados com a implantação da política.

É nesse estágio que serão consideradas todas as contratações para viabilizar a implantação do sistema de controle e monitoramento das políticas públicas de turismo em Gravatá/PE.

Sabemos que, no âmbito público, as aquisições e contratações de serviços devem ser feitas, com base na Lei 8.666/93 (BRASIL, 1993) atualmente em vigor. No entanto está tramitando no Senado o PL 4253/20 (BRASIL, 2020) que pretende revogá-la.

Com relação à operação e monitoramento da política pública, é nessa etapa em que os suportes (por exemplo: processos, pessoas, sistemas) iniciam a realização de todas as ações planejadas das políticas e, conseqüentemente, a elaboração dos resultados, além do monitoramento do comportamento operacional da política e da verificação, de maneiras objetiva e organizada, dos obstáculos de implementação, das adversidades da gestão e dos riscos de maior probabilidade e impacto, os quais precisam de uma atenção especial por parte das instâncias superiores de governança, em concordância com o documento técnico Referencial de Controle de Políticas Públicas do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2020).

Sobre as boas práticas de operação e monitoramento de políticas públicas referentes ao mencionado documento técnico, situam-se:

[...] monitorar a atuação conjunta; avaliar a efetividade dos instrumentos que orientam a atuação conjunta; comunicar tempestivamente as partes interessadas acerca de riscos e problemas identificados; tomar as medidas necessárias ao tratamento desses riscos e problemas; monitorar e avaliar continuamente o desempenho da política pública, tomando as medidas necessárias em caso de desempenho insatisfatório; garantir a transparência do processo decisório, a motivação das decisões tomadas e a abertura dos dados (p.ex. indicadores, contexto, cenários); utilizar mecanismos de comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da política pública de maneira a fortalecer o acesso público à informação; prestar contas, periodicamente, do desempenho da política; e garantir a efetividade dos mecanismos de supervisão e controle (BRASIL, 2020, p. 102)

Nessa temática também, em relação às boas práticas de operação e monitoramento de políticas públicas, o mesmo documento aborda sobre realizar a proposta de implementação, além de supervisionar constantemente o funcionamento da política, o que abrange, por exemplo:

[...] avaliar continuamente a qualidade dos produtos e serviços; avaliar periodicamente o desempenho dos processos e ações (projetos, atividades e operações) por meio dos quais a política é implementada, avaliar sistematicamente riscos e controles internos; e avaliar continuamente a eficiência e a eficácia da política (BRASIL, 2020, p.102)

Devido à importância que esse estágio de operação e monitoramento da política pública possui para a implementação da mesma em qualquer localidade, é fundamental a existência de um controle dedicado à essa temática para verificar se a política pública está sendo executada, a quantidade de indivíduos que são atendidos por essa e a concepção deles sobre a mesma, consoante o documento técnico Referencial de Controle de Políticas Públicas do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2020), no qual esclarece que essa questão precisa observar também a relevância da:

[...] busca por evidências de que o sistema de monitoramento e avaliação da política pública se encontra em plena operação. Para isso, é necessário verificar se há relatórios de monitoramento, acompanhamento de implementação e progresso, a fim de constatar se foi efetivamente implementado um plano de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso e o alcance das metas e objetivos estabelecidos para a política pública. Vale verificar também se o sistema de monitoramento implantado produz informações para subsidiar a tomada de decisão e disponibiliza dados abertos e confiáveis para viabilizar a participação social e das partes interessadas. Ou seja, deve haver uma comunicação regular, às principais partes interessadas e à sociedade, sobre o progresso e andamento das operações da política, mediante relatórios de acompanhamento de sua implementação (BRASIL, 2020, p. 108)

c) **Estágio de avaliação** – Compreende 2 etapas:

- ✓ Avaliação - as ações de avaliação em todas as fases do processo até a extinção da política se for o caso;
- ✓ Extinção – Essa extinção pode ocorrer quando a política resolveu o problema que a originou ou o resultado não foi atingido totalmente e, em decorrência disso, saiu da agenda.

Entre as boas práticas de avaliação de políticas públicas relacionadas no documento técnico Referencial de Controle de Políticas Públicas do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2020), encontram-se:

[...] avaliar a eficácia e efetividade da política, ou seja, aferir se os objetivos de médio e longo prazo da intervenção foram alcançados e se os resultados esperados da ação governamental foram produzidos; avaliar os impactos da política, isto é, verificar se as intervenções públicas produziram efeitos (positivos ou negativos) significativos, intencionais ou não; e avaliar a sustentabilidade da política, ou seja, estimar em que medida os benefícios da política continuarão a existir (BRASIL, 2020, p.119).

Assim, faz-se necessária a adoção de critérios gerais de auditoria para que a avaliação das políticas públicas seja pautada pelas boas práticas preconizadas

pelos dispositivos legais que versam sobre o tema. Portanto, conforme destaca o Tribunal de Contas da União no citado documento técnico, de acordo com o inciso II do art. 2º do Decreto 9.203/2017 (BRASIL, 2017), considera-se valor público o conjunto dos

produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos (BRASIL, 2017 *apud* BRASIL 2020, p. 172).

Segundo o inciso I do parágrafo 4º do mesmo instrumento legal, são diretrizes da governança pública “direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades”. Ainda, de acordo com os artigos 74 e 75 da Constituição Federal de 1988:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 1988, *on line*)

Comparando o ciclo das políticas públicas e o resultado da pesquisa efetuada no município de Gravatá, pudemos perceber a necessidade de melhoria no processo de gestão das políticas públicas do turismo, no sentido da elaboração da mesma, desde o planejamento até a avaliação da efetividade das ações envolvidas considerando, principalmente, tornar essa atividade como o ponto principal de desenvolvimento econômico do município, visando a análise da atividade como um todo. Diante disso, passaremos a explanar sobre a avaliação da política pública, foco principal do nosso estudo, de forma a uma melhor compreensão desse processo.

De acordo com Ramos e Schabbach (2012), são várias as definições da avaliação, a qual 'deve ser uma atividade permanente e não restrita à etapa final do ciclo da política pública (que inclui as fases: definição da agenda, formulação, implementação e avaliação), que informa sobre seus avanços e limites e, ainda, cujo propósito é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa. Ainda, segundo Ramos e Schabbach (2012, p. 1273):

Além de aprimorar o processo de tomada de decisão, vislumbrar a alocação apropriada de recursos e promover a responsabilização por decisões e ações (*accountability*) dos governantes perante o parlamento, as agências reguladoras e fiscalizadoras e os cidadãos, a avaliação permite aos formuladores e gestores de políticas públicas desenharem políticas mais consistentes, com melhores resultados e melhor utilização dos recursos (RAMOS e SCHABBACH, 2012, p. 1273).

Dessa forma, a avaliação vai além do simples acompanhamento das ações da gestão pública, uma vez que, conforme descrevem os autores:

[...] constitui-se na determinação de valor de uma atividade, programa ou política, um julgamento tão sistemático e objetivo quanto possível, efetuado por avaliadores internos ou externos. Ao incorporar elementos valorativos e de julgamento, a avaliação contempla aspectos qualitativos (RAMOS e SCHABBACH, 2012, p. 1273).

A avaliação embasa a decisão se uma política, de acordo com a sua efetividade, deve ser continuada, modificada ou substituída por outra(s) que possa promover os resultados desejados. É, portanto, uma atividade estratégica para a gestão.

No Brasil, além da preocupação com a efetividade, podem ser citadas outras razões que fomentaram a demanda por avaliações, sobretudo a partir dos anos 1990, como declaram Ramos e Schabbach (2012, p. 1274):

[...] a crise fiscal que diminuiu a capacidade de gasto dos governos e aumentou a pressão por maior eficiência; o fim do processo inflacionário, que reduziu as receitas financeiras dos governos e expôs os problemas das finanças públicas; o aprofundamento da democracia, que trouxe novos atores sociais e reivindicações aos governos; a longa crise econômica brasileira que aumentou a desigualdade social e a busca por programas sociais públicos; a desestruturação da função de planejamento, que deixou os governantes sem elementos de informação e avaliação; a redução da ajuda externa e a pressão dos organismos internacionais de fomento pela aferição dos resultados dos programas sociais por eles financiados (RAMOS e SCHABBACH, 2012, p. 1274).

A partir desse cenário, o Estado brasileiro, a exemplo do que ocorreu em outros países, foi pressionado a implementar políticas públicas de qualidade e eficientes. A avaliação dessas políticas é fundamental, portanto, para o adequado embasamento das decisões relativas à sua continuidade em função dos resultados obtidos, como já mencionamos anteriormente.

Encontramos no Guia de Políticas Públicas: Gerenciando processos, publicado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública (WU et al, 2014, p.117), considerações a respeito do envolvimento dos gestores públicos no esforço de realizar a avaliação das suas políticas, onde consta que:

No entanto, os gestores públicos raramente se esforçam seriamente na avaliação de políticas públicas, mesmos que tais esforços ajudem a identificar tanto deficiências quanto medidas corretivas, basicamente por dois motivos:

1. A avaliação pode prejudicar potencialmente a reputação de um gestor, sua base de recursos ou até mesmo sua carreira.
2. A avaliação é tecnicamente desafiadora, tanto em termos de conhecimento requerido, como também de dados necessários. Como resultado, muitas políticas públicas ineficazes ou mesmo prejudiciais continuam a existir, apesar de suas consequências inferiores às expectativas ou até mesmo negativas (WU et al, 2014, p. 117).

No entanto, se a gestão implementa ações de monitoramento, avaliação e controle, esse receio tende a ser minimizado, pois essas medidas permitem a correção de desvios durante a execução da política implementada, possibilitando o atingimento de melhores resultados.

Existem diversos tipos e modelos de avaliação. De acordo com o documento técnico Referencial de Controle de Políticas Públicas do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2020), a etapa de avaliação pode ser classificada da seguinte forma:

1. Quanto ao momento da implementação ou *timing* (antes, durante ou depois):

Ex ante – avaliação inicial: essa modalidade antecipa questões, elabora critérios para tomada de decisão sobre a própria implementação ou não do projeto. Permite verificar pertinência, viabilidade e eficácia potencial de um programa. Muito estimulada pelos órgãos multilaterais de financiamento. Ex: análise de custo-benefício e custo-efetividade.

Durante a execução – avaliação intermediária: Reúne informações sobre o andamento do programa, ponderando resultados, para verificar cumprimento com o que foi estabelecido inicialmente e subsidiar alterações na gestão do programa. Avaliação de processo ou de implementação.

Ex post – avaliação de resultados e impacto: objetiva avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade (impactos) do programa e fornecer conhecimento para programas futuros. Julgamento global de um programa (BRASIL, 2020).

2. Quanto à posição do avaliador:

Externa: avaliação feita por especialistas que não formam o quadro de servidores da organização responsável pela política; apresentam a desvantagem de lidar com possíveis resistências e a vantagem de maior isenção e maior objetividade entre avaliador e avaliado;

Interna: realizada pela instituição gestora; vantagem de menor resistência e maior conhecimento e dados sobre o programa, mas pode apresentar menor objetividade entre avaliador e avaliado e choques de interesses. Para minimizar, avaliação pode ficar com pessoas não diretamente vinculadas à formulação e execução;

Mista: combinação da interna e externa;

Participativa: avaliação que requer a participação da comunidade em todo o processo da avaliação – planejamento, programação, execução, operação e avaliação (BRASIL, 2020).

Ainda, sobre os tipos e modelos de avaliações, apresentamos outras considerações encontradas no Guia de Políticas Públicas: Gerenciando processos, publicado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública (WU et al, 2014, p.118), onde lemos que a avaliação contribui para o processo de criação de políticas públicas, pois:

- sintetiza o que se sabe sobre um problema e a solução proposta de política pública ou programa;

- desmitifica a sabedoria convencional ou mitos populares relacionados com o problema ou suas soluções;
- desenvolve novas informações sobre a eficácia do programa ou da política pública; e
- explica aos atores da política pública as implicações das novas informações obtidas por intermédio da avaliação (WU et al, 2014, p. 118).

E, quem são os atores envolvidos na avaliação de uma política pública? Além dos atores governamentais, existe também os atores não governamentais conforme definido no Guia (WU et al, 2014, p. 120), a saber: “pesquisadores em universidades, os usuários do serviço, o público em geral e, também, os partidos políticos”.

Identificar quem são os atores envolvidos é o primeiro passo para começar a discutir a política a ser implementada e, no caso específico do Município de Gravatá, sobre as políticas de turismo, identificamos os seguintes atores: Secretaria de Turismo, Conselho Municipal de Turismo, o trade turístico composto pelos empresários e comerciantes, além dos artesãos e, principalmente, a população residente e turistas.

Ainda, conforme consta no Guia (WU et al, 2014, p.121), as avaliações estão divididas em 5 (cinco) tipos, quais sejam: “avaliações de esforços, avaliações de desempenho, avaliações de processo, avaliações de eficiência e avaliações de adequação de desempenho ou avaliações de eficácia; sendo, esta última, a mais adequada para os propósitos deste trabalho”.

A avaliação de eficácia compara o desempenho com as metas estabelecidas, de forma a verificar o atingimento daquilo que foi proposto, além de proporcionar correções durante a realização da política, sendo, no entanto, difícil de efetivar, pois depende de muitas informações; o que reflete a importância de um sistema de monitoramento e controle que vai reunir, em um só lugar, todas as informações necessárias ao processo.

Nesse contexto, é importante ressaltar a indicação constante no Guia (WU et al, 2014, p.134) de implantar o “monitoramento e avaliação participativos”, que é um processo por meio do qual os stakeholders em vários níveis:

- (i) participam do monitoramento ou avaliação de um determinado projeto, programa ou política pública; (ii) compartilham o controle sobre o conteúdo, o processo e os resultados da atividade; e (iii) se empenham em identificar e aplicar ações corretivas (WU et al, 2014, p.134).

Sendo assim, apresentamos no quadro abaixo as características do modo de avaliação participativo em comparação com o modo convencional, de acordo com o Guia referido.

Quadro 1 – Quadro comparativo dos modos de avaliação: convencional e participativo

	Convencional	Participativo
Quem planeja e gerencia o processo?	Gerenciamento de Projetos e especialistas externos.	Pessoas locais, equipe do projeto, gerente e outros stakeholders.
Papel dos principais stakeholders.	Apenas fornecer informações.	Coletar e analisar, compartilhar descobertas e aplicar ações
Forma de mensuração do sucesso.	Indicadores definidos externamente e quantitativos em sua maioria.	Indicadores definidos internamente, com indicadores mais qualitativos.
Abordagem.	Predeterminada e padronizada.	Adaptativa.

Fonte: Guia de Políticas Públicas: Gerenciando processos – ENAP (WU et al, 2014).

Após ponderar e estudar sobre as diversas modalidades e, tendo em mente os objetivos buscados no presente trabalho, decidimos propor um modelo de avaliação mista (com avaliadores internos e externos), participativa (com a participação da comunidade) e do tipo *ex-post* (avaliação de resultados). Tal escolha se deu em função das informações levantadas, tratadas e analisadas, no intuito de verificar a efetividade das políticas públicas voltadas para o turismo em Gravatá; além de proporcionar ao gestor a oportunidade de fomentar uma integração entre os atores envolvidos visando uma união de esforços para alcançar o objetivo comum, que é a melhoria da atividade turística no município.

Os dados sobre a atividade turística em Gravatá, apurados neste trabalho, permitem à gestão do Município subsidiar seu planejamento futuro, definindo metas, ações e indicadores de avaliação, a partir da elaboração de um Plano de Melhorias, considerando as competências definidas no Art. 20 da Lei Municipal 3718/2017 (GRAVATÁ, 2017), transcritas a seguir.

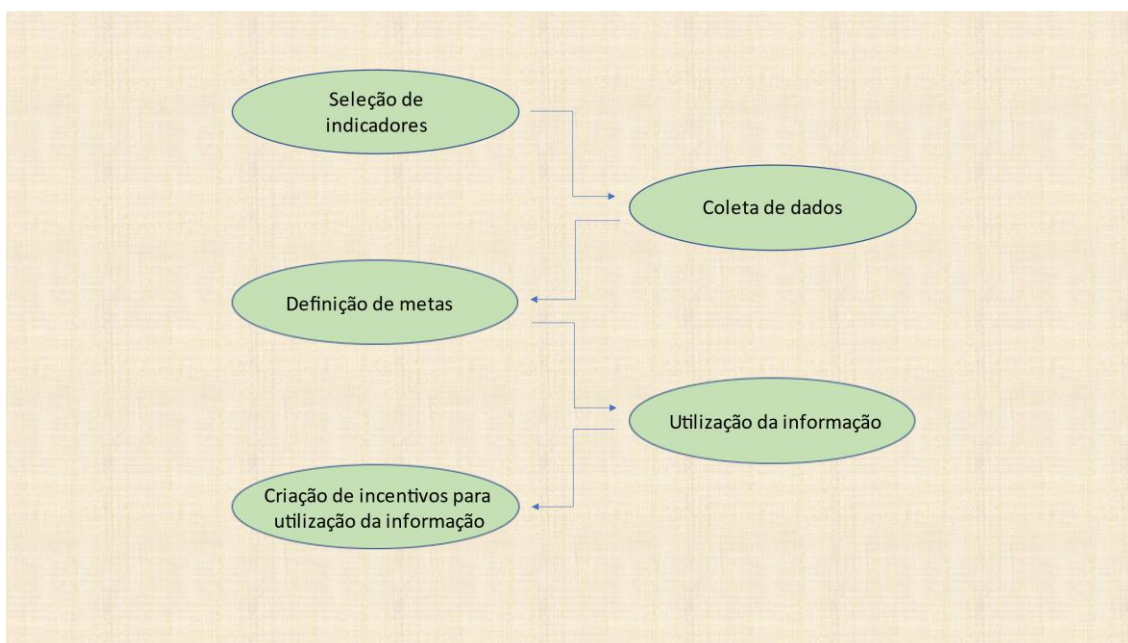
Art.20. Compete à Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer:

I – desenvolver, de forma sustentável, a atividade turística, cultural, esportiva e de lazer em Gravatá; II – fomentar a economia do turismo e da cultura, refletindo positivamente na economia geral do Município;

III – gerar novas oportunidades de trabalho na cadeia produtiva do turismo e da cultura de Gravatá; IV – identificar e incentivar a produção associada ao turismo do Município; V – promover o “Destino Turístico Gravatá”; VI – sensibilizar a população de Gravatá para a importância da atividade turística; VII – capacitar os atores da cadeia produtiva do turismo de Gravatá; VIII – incentivar as práticas de lazer e de esportes para a população, além da aproximação da população com a cultura local; IX – ser referência na gestão pública da atividade turística, cultural, esportiva e de lazer, com a participação da sociedade; X – criar novos atrativos e roteiros turísticos, a melhoria dos já existentes, além da conservação dos patrimônios culturais e a promoção da cultura local; XI – executar outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos (GRAVATÁ, 2017, on line).

Considerando nossa proposta de modelo de avaliação, bem como as competências citadas acima, descreveremos a seguir as etapas de desenvolvimento desse modelo, baseado no Guia para avaliar políticas públicas: Como monitorar uma política pública (ESPÍRITO SANTO, 2018), conforme abaixo:

Figura 2 – Sistema de acompanhamento e monitoramento



Fonte: Guia para Avaliar Políticas Públicas. Volume 2 (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.12-13).

De acordo com o Guia citado (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.23), os indicadores devem englobar todas as fases do processo, a saber:

Insumos que medem a quantidade ou qualidade dos recursos financeiros e humanos disponíveis para exercer as atividades definidas; Atividades, que medem a força, as ações e utilização dos insumos disponíveis; Produtos que medem a quantidade ou qualidade dos bens e serviços criados ou ofertados; Resultados: medem a quantidade ou qualidade dos resultados intermediários alcançados e Impactos: medem de forma quantitativa ou qualitativa os efeitos de longo prazo, alcançados após a maturação dos resultados intermediários (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.23).

Ainda conforme este Guia (ESPÍRITO SANTO, p. 26), os indicadores do modelo SMART (WORLD BANK, 2013) levam em consideração 5 (cinco) propriedades determinantes para ser um bom indicador, a saber:

I – Específico (S): um bom indicador deve refletir informações simples e facilmente comunicáveis, deve estar relacionado à dimensão que se objetiva mensurar e não a demais elementos do projeto. Por exemplo, se uma política tem como objetivo construir 20 cisternas, um possível indicador específico seria a quantidade de cisternas construídas; II. Mensurável (M): devem existir maneiras práticas de mensurar o indicador proposto, de forma objetiva e sem ambiguidade. Por exemplo, para indicadores quantitativos de proporções ou porcentagens, tanto o numerador quanto o denominador devem ser claramente definidos. Ainda no caso das cisternas, um exemplo de indicador mensurável seria a quantidade de cisternas construídas por município ou área (em km) atendida pela política; III. Atribuível (A): um bom indicador deve ser uma medida válida do que se deseja mensurar. Por exemplo, o número de pessoas encarceradas é uma medida válida de criminalidade se apenas refletir as atividades criminosas dessas pessoas; se refletir também questões relativas à prática policial, então o indicador não será uma medida válida para comportamento criminoso; IV. Realista (R): um indicador deve ser realista em termos da capacidade de se coletar informações com os recursos disponíveis. Por exemplo, a construção de indicadores que demandam coletas de dados muito custosas (em termos de tempo, recursos financeiros ou humanos) pode desviar recursos que seriam mais bem utilizados na própria implementação da política. A construção de um indicador não deve gerar mais custos para a política do que o benefício de conhecer sua medida. V. Tempo (T): um bom indicador deve ter uma periodicidade definida que seja compatível com o progresso da política, para que possam ser observadas as mudanças ao longo do tempo (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.26).

Diante disso, elaboramos uma sugestão de indicadores, apresentados no quadro abaixo, que irão medir os resultados das ações implementadas.

Quadro 2 - Indicadores principais de Turismo de Gravatá

INDICADORES	FASES DO MODELO LÓGICO					FREQÜÊNCIA DA COLETA	ÓRGÃO RESP. PELA COLETA DE DADOS
	INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS	IMPACTOS		
QUANT PLANO ELABORADO				X		ANUAL	COMTUR/PM
QUANT FORUM REALIZADO				X		ANUAL	COMTUR/PM
QUANT. INVENTÁRIO				X		BIANUAL	COMTUR/PM

REALIZADO							
QUANT. PESQUISA DE DEMANDA/SATISFAÇÃO REALIZADA					X	ANUAL	COMTUR/PM
QUANT. PESSOAS TREINADAS					X	TRIMESTRAL	COMTUR/PM
QUANT. PONTOS TURÍSTICOS REVITALIZADOS					X	ANUAL	COMTUR/PM
QUANT. CALENDÁRIO DE EVENTOS ELABORADO				X		ANUAL	COMTUR/PM
QUANT. RUAS ORGANIZADAS				X		ANUAL	COMTUR/PM
QUANT. PLANO REALIZADO				X		ANUAL	COMTUR/PM
QUANT. ATRATIVOS INSTALADOS				X		ANUAL	COMTUR/PM
GASTO MÉDIO DIÁRIO DO TURISTA				X		SEMESTRAL	COMTUR/PM
QUANT. DE LEITOS OCUPADOS				X		SEMESTRAL	COMTUR/PM
TEMPO DE PERMANÊNCIA				X		SEMESTRAL	COMTUR/PM

Fonte: Construção própria (2020)

Também é apresentado no Guia para Avaliar Políticas Públicas - Volume 2 (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.33), posteriormente a seleção dos indicadores a serem monitorados, a relevância de determinar os procedimentos de **coleta de dados** necessários para a sua medição. Para isso, precisa-se instituir quais serão as fontes de dados aplicadas, quem serão os agentes ou organizações responsáveis por coletá-los, a periodicidade com que o recolhimento precisará ocorrer e quais os gastos relacionados a esses processos.

Com relação às origens dos dados, o guia citado ilustra que esses podem ser primários ou secundários. Os elementos primários são aqueles recolhidos diretamente para a elaboração dos indicadores, por exemplo, mediante entrevistas ou questionários. As informações secundárias, por sua parte, são referências já presentes, reunidas para outras finalidades. A alternativa da origem de dados mais correta necessita do conteúdo de cada indicador, segundo o Guia mencionado (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.33). Os materiais primários e secundários possuem suas vantagens e desvantagens para a realização do colhimento das ideias sobre as políticas públicas. Essas questões positivas e negativas referentes ao uso dos dois elementos nomeados acima são explicadas em seguida através do aludido manual (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 33):

Por um lado, o uso de dados secundários é usualmente menos custoso, mas é possível que a frequência de coleta não seja adequada para o devido monitoramento da política em questão, ou ainda que eles não sejam

representativos da população de interesse (por exemplo, alguns dados são disponibilizados somente ao nível estadual, enquanto pode ser desejável para determinadas políticas obter dados municipais). Por outro lado, a coleta de dados primários permite um maior controle sobre os procedimentos de coleta e frequência dos dados, mas, em geral, implica em maiores custos para a política. Nesse sentido, é importante que se reflita sobre os custos e benefícios associados à escolha da fonte de dados (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.33).

Outro tópico importante relativo à escolha da fonte de dados é a organização encarregada por esses conhecimentos na localidade, na qual “[...] é essencial que a instituição responsável por esses dados seja reconhecida pela qualidade das informações divulgadas [...]” (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 33). Esse ponto indica que a relevância de uma entidade incumbida pela obtenção das referências do município ser caracterizada em razão da virtude das pesquisas publicadas resulta na confiança por parte dos moradores em relação às instituições administrativas e envolvidas nas políticas públicas da cidade, na efetividade e transparência das políticas existentes e monitoradas pela gestão municipal. Também é preciso determinar quem serão os agentes encarregados pelo colhimento ou estabelecimento dos dados, nos quais esses serão primários ou secundários, relatados logo após pelo Guia apontado (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.34):

No caso de dados primários, é necessário estabelecer quais serão os órgãos ou entidades parceiras que implementarão as pesquisas de campo para, por exemplo, conduzir entrevistas ou aplicar questionários, bem como quem irá consolidar as informações coletadas e construir os indicadores associados. Já no caso de dados secundários, devem ser definidos os agentes responsáveis por consolidar as bases de dados relevantes e construir os indicadores a partir dessas informações. (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.34).

Com isso, divulgamos nossa ideia, adaptada do Guia para Avaliar Políticas Públicas (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.34), em relação ao funcionamento da coleta de dados para a medição dos indicadores principais, nomeados e relacionados às atividades turísticas como: quantidade de pesquisa de demanda/satisfação realizada, quantidade de atrativos instalados, quantidade de pontos turísticos revitalizados, quantidade de planos elaborados, quantidade de planos realizados, quantidade de fóruns realizados, quantidade de calendários de eventos elaborados, quantidade de ruas organizadas. Essas referências serão obtidas através de questionários aplicados pelo Conselho Municipal de Turismo de Gravatá (COMTUR) e pela Prefeitura Municipal de Gravatá, com frequências anual e bianual.

Em relação às informações para os demais indicadores de turismo que são de importância, essas serão reunidas também pelo Conselho Municipal de Turismo de

Gravatá (COMTUR) e pela Prefeitura Municipal de Gravatá. No entanto, com periodicidades trimestral e semestral. Esses dados auxiliarão da mesma forma as reuniões de monitoramento para verificar o comportamento das medidas voltadas para o meio turístico na cidade e apresentar ações com o intuito de beneficiar a atividade turística e os indivíduos que participam direta e indiretamente da mesma na região.

A partir da definição dos indicadores, apresentamos nossas sugestões de **metas** para o quadriênio 2021/2024, levando em consideração os resultados apurados neste trabalho, junto aos atores envolvidos na atividade turística municipal, bem como baseados nas considerações feitas no Guia referido (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.39), descritas a seguir:

Uma meta é um nível quantificável de um indicador que deve ser atingido até um período determinado. Metas devem ser definidas de forma objetiva, especificando qual indicador está sendo considerado, qual é o nível esperado que ele atinja e qual é a perspectiva temporal para que isso ocorra (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.39).

Quadro 3 - Metas estabelecidas e Indicadores relacionados

META	INDICADOR	META 2021/2024
META 1-ELABORAÇÃO 01 PLANO DE MELHORIA	QUANT PLANO ELABORADO	2021/2024
META 2-REALIZAR 01 FORUM P/DISCUSSÃO	QUANT FORUM REALIZADO	2021/2024
META 3-ATUALIZAR O INVENTÁRIO TURÍSTICO	QUANT. INVENTÁRIO REALIZADO	2021-2023
META 4 - APLICAR 01 PESQUISA DE DEMANDA/SATISFAÇÃO	QUANT. PESQUISA REALIZADA	2021/2024
META 5 - ELABORAR 01 PROGRAMA DE TREINAMENTO	QUANT. PESSOAS TREINADAS	2021/2024
META 6 - REVITALIZAR AO MENOS 02 PONTOS TURÍSTICOS EXISTENTES ANUALMENTE	QUANT. PONTOS REVITALIZADOS	2021/2024
META 7 - ELABORAR 01 CALENDÁRIO TURÍSTICO	QUANT. CALENDÁRIO ELABORADO	2021/2024
META 8 - REORGANIZAR AO MENOS 4KM DO TRÂNSITO URBANO ANUALMENTE	QUANT. KM ORGANIZADOS	2021/2024
META 9 - ELABORAR 01 PLANO DE MARKETING	QUANT. PLANO REALIZADO	2021/2024
META 10 - INSTALAR 04 NOVOS ATRATIVOS TURÍSTICOS	QUANT. ATRATIVOS INSTALADOS	2021/2024
META 11 - AUMENTAR A RECEITA DO TURISMO EM 5%	GASTO MÉDIO DIÁRIO DO TURISTA	2021/2024
META 12 - OCUPAR 50% DA REDE	QUANT. DE LEITOS	2021/2024

HOTELEIRA FORA DO PERÍODO DE EVENTOS	OCUPADOS	
META 13 -APLICAR 01 PESQUISA DE META AVALIAÇÃO	QUANT. PESQUISA REALIZADA	2021/2024

Fonte: Adaptado do Guia para Avaliar Políticas Públicas. Volume 2 (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.43).

Considerando a definição dos indicadores e das metas a eles associadas, apresentamos a seguir as sugestões de estratégias/ações para o cumprimento de cada meta estabelecida:

Quadro 4 – Relação Metas e Estratégias/Ações

META	ESTRATÉGIAS	PRAZO
META 1-ELABORAÇÃO 01 PLANO DE MELHORIA	<p>A partir da identificação da situação atual da atividade através de relatórios elaborados pela Secretaria de Turismo e das discussões e sugestões obtidas no Fórum com todo o trade turístico.</p> <p>Responsável: COMTUR e Secretaria de Turismo.</p> <p>Estrutura necessária: Já existente no COMTUR e Secretaria de Turismo.</p> <p>Valor estimado: Não haverá custos adicionais. Realizado pela própria equipe da Secretaria de Turismo.</p>	Dezembro/2021
META 2-REALIZAR 01 FORUM PARA DISCUSSÃO	<p>Através do Conselho Municipal de Turismo e com o apoio da Prefeitura organizar e realizar um Fórum, sendo este o marco inicial na reestruturação da atividade, reunindo os atores envolvidos na atividade, para discutir os rumos a serem definidos para que a atividade turística se desenvolva da melhor forma.</p> <p>Responsável: COMTUR e Secretaria de Turismo</p> <p>Participantes: 11 componentes da Secretaria de Turismo; 14</p>	Setembro/2021

	<p>componentes do COMTUR, devendo ser incluído, pelo menos, 20 representantes da população residente.</p> <p>Estrutura necessária: Sala/auditório com capacidade para 45 (quarenta e cinco pessoas), equipado com microfones (com e sem fio), <i>flip-chart</i>, data show, quadro magnético, televisão, telão e equipamentos de som.;</p> <p>Blocos de papel, canetas. Alimentação: 2 <i>Coffee breaks</i> e 01 almoço; Duração evento: 1 dia (8 h). Valor estimado: R\$ 5.934,00</p>	
<p>META 3-ATUALIZAR O INVENTÁRIO TURÍSTICO*</p> <p>*meta já iniciada pela gestão municipal em outubro/2020</p>	<p>Finalizar a atualização do inventário turístico em andamento, conforme apresentado na reunião com o Secretário de Turismo em 21 de outubro de 2020.</p> <p>Responsável: Equipe da Secretaria de Turismo</p> <p>Estrutura necessária: Site já instalado.</p> <p>Valor estimado: Não haverá custos adicionais. Realizado pela própria equipe da Secretaria de Turismo.</p>	Outubro/2021
<p>META 4 – APLICAR 01 PESQUISA DE DEMANDA/SATISFAÇÃO</p>	<p>Desenvolver e aplicar pesquisas de avaliação permanentes sobre a atividade, envolvendo o <i>trade</i> turístico, através de aplicação de questionários.</p> <p>Responsável: Equipe da Secretaria de Turismo</p> <p>Estrutura necessária: Empresa especializada.</p> <p>Valor estimado: R\$ 4.500,00</p>	2022-2024
<p>META 5 - ELABORAR 01 PROGRAMA DE TREINAMENTO</p>	<p>Elaborar, com a colaboração do SEBRAE, programas de treinamento para o trade</p>	2022-2024

	<p>turístico e residentes, com o objetivo de desenvolver o sentimento de pertença e conscientização da necessidade da participação de todos no desenvolvimento da atividade.</p> <p>Responsável: COMTUR e Equipe da Secretaria de Turismo.</p> <p>Estrutura necessária: SEBRAE, Local adequado com estrutura para os treinamentos.</p> <p>Valor estimado: R\$ 603.330,00</p>	
META 6 - REVITALIZAR AO MENOS 02 PONTOS TURÍSTICOS EXISTENTES ANUALMENTE	<p>Revitalizar os pontos turísticos existentes, através de um programa de manutenção permanente.</p> <p>Responsável: Secretaria de Turismo, Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Desenvolvimento Econômico.</p> <p>Estrutura necessária: Equipes de arquitetos, engenheiros.</p> <p>Valor estimado: R\$ 300.000,00</p>	2022-2024
META 7 - ELABORAR 01 CALENDÁRIO TURÍSTICO	<p>Elaborar, através do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo um calendário turístico que seja atrativo e atenda todos os meses do ano.</p> <p>Responsável: COMTUR e Equipe da Secretaria de Turismo.</p> <p>Estrutura necessária: Já existente no COMTUR e Secretaria de Turismo.</p> <p>Valor estimado: Não haverá custos adicionais. Realizado pela própria equipe da Secretaria de Turismo.</p>	2021-2024
META 8 - REORGANIZAR AO MENOS 4KM DO TRÂNSITO URBANO ANUALMENTE	<p>Reorganizar a circulação de veículos, com a colaboração da Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e</p>	2021-2022

	<p>Controle Urbano, principalmente na época dos eventos festivos, readequando a malha viária urbana, analisando a possibilidade de estabelecer estacionamentos fora do centro da cidade.</p> <p>Responsável: Equipes das Secretarias de Turismo e Infraestrutura.</p> <p>Estrutura necessária: Engenheiros de tráfego.</p> <p>Valor estimado: R\$ 2.018.835,00</p>	
META 9 - ELABORAR 01 PLANO DE MARKETING	<p>Finalizar a elaboração do Plano de Marketing em andamento, conforme apresentado na reunião com o Secretário de Turismo em 21 de outubro de 2020.</p> <p>Responsável: Secretaria de Turismo e COMTUR.</p> <p>Estrutura necessária: Plano de divulgação em andamento.</p> <p>Valor estimado: Não haverá custos adicionais. Realizado pela própria equipe da Secretaria de Turismo.</p>	2021-2022
META 10 – INSTALAR 04 NOVOS ATRATIVOS TURÍSTICOS	<p>Instalar 04 (quatro) novos atrativos turísticos previstos no PPA 2018/2021 (Construção do Parque de Gravatá; Construção de Mirante no Alto do Cruzeiro e Revitalização da Escada da Felicidade; Implantação do Trem Turístico e Instalação e manutenção do Teleférico no Alto do Cruzeiro), podendo ainda, a partir do inventário turístico, bem como as sugestões identificadas nesse estudo, estruturar e instalar outros pontos de atrativos existentes na cidade e sem utilização no momento.</p> <p>Responsável:</p>	2021-2024

	<p>Secretaria de Turismo, Secretaria de Infraestrutura.</p> <p>Estrutura necessária: Contratação dos serviços através de licitação.</p> <p>Valor estimado: R\$ 7.346.703,00</p>	
<p>META 11 - AUMENTAR A RECEITA DO TURISMO EM 5%</p>	<p>Aumentar a receita do turismo em 5% - Levantar os dados da receita e despesas da atividade e implementar ações, tais como: promoções de hospedagem, pacotes turísticos, feiras de artesanato, dentre outras.</p> <p>Responsável: Secretaria de Turismo, COMTUR e Trade turístico.</p> <p>Estrutura necessária: Trade turístico.</p> <p>Valor estimado: Não tivemos acesso aos dados da receita para realizar estimativa, sendo necessário a elaboração de relatório sugerido no item avaliação</p>	2021-2022
<p>META 12 - OCUPAR 50% DA REDE HOTELEIRA FORA DO PERÍODO DE EVENTOS</p>	<p>Ocupar 50% da rede hoteleira fora do período de eventos implementando ações de promoções de hospedagem, pacotes turísticos, feiras de artesanato, dentre outras. Esta meta está em consonância com a meta 11.</p> <p>Responsável: Secretaria de Turismo e empresários dos meios de hospedagem.</p> <p>Estrutura necessária: Rede hoteleira.</p> <p>Valor estimado: Não tivemos acesso aos dados de ocupação hoteleira para realizar estimativa, sendo necessário a elaboração de relatório sugerido no item avaliação</p>	2021-2022
<p>META 13 - APLICAR 01 PESQUISA DE META - AVALIAÇÃO</p>	<p>Desenvolver e aplicar pesquisas de avaliação permanentes sobre o sistema</p>	2021-2024

	<p>instituído, através de aplicação de questionários entre a equipe de gestão, elaborando relatórios para subsidiar a tomada de decisão.</p> <p>Responsável: Equipe da Secretaria de Turismo e COMTUR</p> <p>Estrutura necessária: Papel, impressora e pessoal para aplicar os questionários.</p> <p>Valor estimado: R\$ 220,00</p>	
--	--	--

Fonte: Construção própria (2020).

A quarta fase do sistema de monitoramento e avaliação apresenta o **uso da informação**, qual a sua importância sobre o prosseguimento, os pontos positivos e os negativos das políticas públicas com o propósito de melhorar o desempenho e o nível de transparência dos resultados alcançados, desde que manuseadas de maneira correta, consoante o Guia para Avaliar Políticas Públicas - Volume 2 (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 47). A utilização das impressões ocasionadas por intermédio das ações de monitoramento é um estágio primordial para a conservação do sistema. Desse modo, é crucial que as informações encontradas referentes às políticas públicas nessa fase sejam incluídas no método de tomada de decisão, para que as definições praticadas na esfera da política estejam apoiadas em fundamentos bem confiáveis.

O monitoramento e avaliação das políticas públicas são fundamentais para observar, na prática, o seu papel e efetividade. Consoante o Guia indicado informa: “Assim, a importância do monitoramento está diretamente associada à utilização efetiva dos resultados e conhecimentos adquiridos em seu processo.” (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.47). Mais um ponto fundamental nessa fase das políticas são as informações, pois o manual expõe que (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.47):

Além disso, os dados de monitoramento são um recurso de extrema importância para as avaliações de uma política – sejam avaliações em relação ao desenho, processos ou resultados⁶. Também podem ser utilizados para a tomada de decisões relacionadas ao orçamento e à alocação de recursos da política, para o planejamento estratégico de longo prazo e para a verificação das metas estabelecidas – permitindo constatar não só o cumprimento, mas também em que medida as ações realizadas e os resultados ficaram aquém ou além das metas. (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 47).

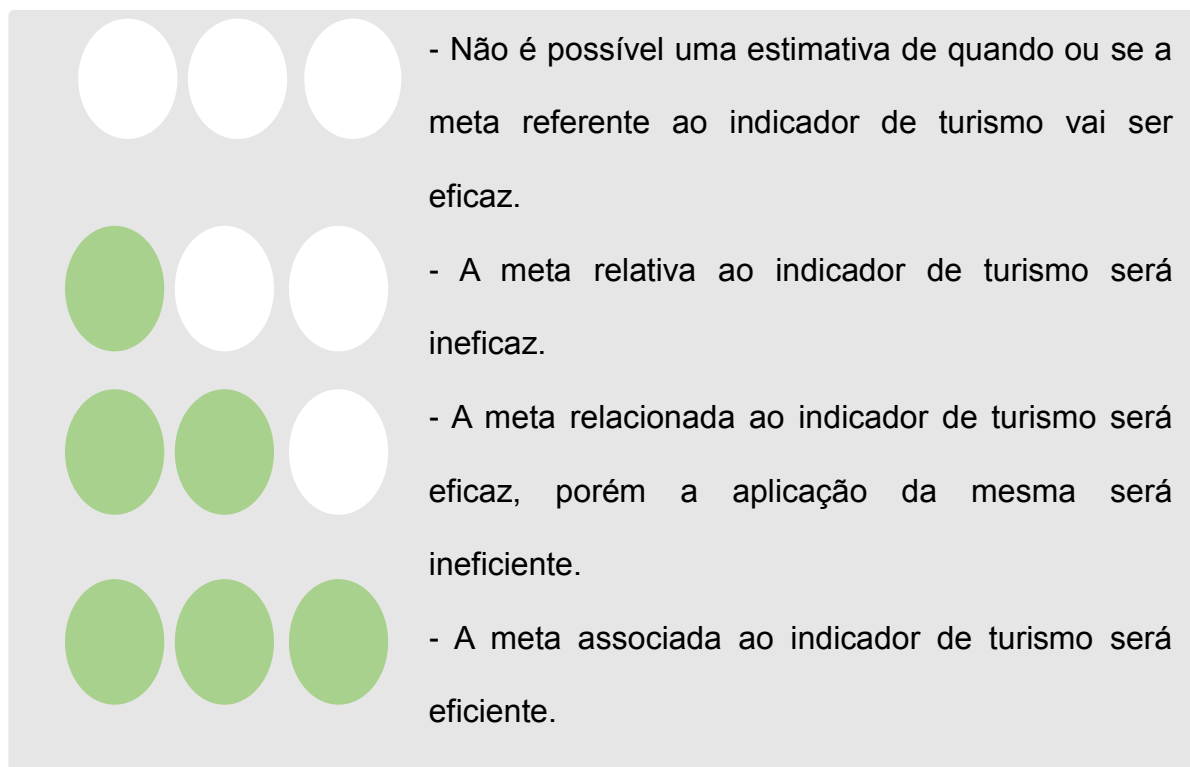
Em vista disso, o monitoramento simplifica a prestação de contas entre divergentes poderes e setores do governo, bem como a população, proporcionando a ampliação da transparência sobre o gasto público e os efeitos alcançados. Com relação ao modo dos resultados do procedimento de monitoramento, esses, em concordância com o Guia referido (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.48):

[...] devem ser divulgados regularmente, de maneira clara e sucinta, fazendo-se relevantes para a audiência que se deseja atingir. Por exemplo, a divulgação pode ser feita através de sumários executivos, relatórios completos, apresentações, seminários, entre outros. No caso dos tomadores de decisões, pode ser particularmente interessante realizar reuniões ou apresentações regulares, apresentando os principais pontos de interesse do período considerado. Um bom plano de comunicação é imprescindível para disseminar as evidências que servirão como base para decisões informadas. (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 48).

Ademais, o manual mencionado aborda que comparações ao longo do período precisam ser realizadas constantemente para que “[...] seja possível analisar a evolução dos indicadores de interesse, inclusive em relação às metas estabelecidas para cada um. ” (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.48). A partir disso, averiguar o progresso dos indicadores apresentados, e se as metas associadas a essas medidas serão obtidas. Caso contrário, investigar de maneira detalhada o(s) obstáculo(s) que está/estão impedindo de alcançar a meta planejada, referida, e encontrar recursos para sanar o(s) empecilho(s) que foi/foram identificado(s).

Assim sendo, apresentamos em seguida uma sugestão de método para indicar a capacidade de alcance das metas, examinada a partir de uma projeção do funcionamento dos indicadores, citados e relacionados ao turismo em Gravatá, para os anos seguintes (com base na atividade nos períodos anteriores) com o objetivo de divulgar as informações de modo compreensível e preciso, observando quatro critérios, conforme figura abaixo:

Figura 3 – Reprodução do método para a verificação da capacidade de alcance das metas relacionadas aos indicadores principais de Turismo de Gravatá:



Fonte: Adaptado do Guia para Avaliar Políticas Públicas. Volume 2. (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.52).

A quinta etapa do sistema de monitoramento e avaliação proposto, consiste na **criação de incentivos como mecanismos de sensibilização ou premiações**, no intuito de garantir a utilização das informações e a busca por resultados de uma forma mais efetiva, lembrando as orientações do Guia indicado, é preciso que (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 57):

A sustentabilidade do sistema de monitoramento deve ser garantida através da criação de incentivos para que exista demanda, por parte dos atores-chave da política, pela informação gerada pelo monitoramento. São essas garantias que levam as evidências disponíveis a serem de fato utilizadas e incorporadas ao ciclo de vida da política pública, uma vez que a simples existência de dados de monitoramento não garante que eles serão aproveitados adequadamente (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 57).

Conforme o referido Guia exemplifica, “um mecanismo essencial para que toda a equipe e gestores envolvidos em uma política utilizem as informações providas pelo sistema de monitoramento é a sensibilização quanto à importância

dessas práticas” (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 57). Tal objetivo pode ser atingido através da realização de treinamentos, que contemplem a apresentação de conceitos, processos e metodologias envolvidos. O Guia sugere, ainda, a apresentação de exemplos reais de como a utilização de práticas de monitoramento e avaliação tenham influenciado positivamente políticas públicas.

Outra importante ação para a sensibilização dos envolvidos é a realização de reuniões semanais com a equipe responsável pela gestão do sistema, de forma que todos tenham acesso ao andamento do processo, pois conforme ele indica que:

Além de serem uma forma de prestação de contas interna, com a divulgação dos resultados obtidos e, portanto, aumentando a transparência entre os agentes envolvidos, reuniões desse tipo possibilitam que os tomadores de decisão estejam regularmente informados sobre o andamento da política e busquem as soluções necessárias em tempo (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 57).

Outra prática que pode contribuir nessa etapa do sistema em questão, é a realização de premiações e recompensas, uma vez que:

No âmbito externo à cada política específica, incentivos também podem ser colocados em prática, de forma a reforçar os estímulos internos. Por exemplo, podem ser realizadas premiações ou recompensas como forma de reconhecimento das melhores práticas de monitoramento e avaliação ou de gestão com base em resultados e evidências. Assim, além de proporcionar o reconhecimento das equipes empenhadas em utilizar as evidências disponíveis no ciclo de vida de uma política pública, esse tipo de mecanismo pode ser um meio importante de divulgação de boas práticas de M&A e, dessa forma, de sensibilização geral dos agentes envolvidos (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 58).

A meta-avaliação é um procedimento na qual é avaliada a proposta que se pretende apresentar para resolver alguma espécie de problema com o intuito de auxiliar casuais tomadas de decisão (SCHWANDT, 1989 *apud* CHAISE, ELLIOT, MACHADO, 2016, p. 3):

a meta-avaliação é um método para a certificação da qualidade, tanto na percepção do rigor, como na execução da aplicação da avaliação, e que exige um conjunto de procedimentos, padrões e critérios para o seu julgamento, o que significa emitir uma nova avaliação sobre o estudo avaliativo (SCHWANDT, 1989 *apud* CHAISE, ELLIOT, MACHADO, 2016, p. 3).

Com relação à meta-avaliação da nossa proposta, utilizaremos uma Abordagem Somativa, segundo o material Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação (ELLIOT, 2011. p.4), visto que esse modelo se utiliza de relatórios prontos, além de bancos de dados coletados, depoimentos e outras ferramentas qualitativas e quantitativas que estarão presentes no nosso projeto. Nesta discussão Elliot (2011, p. 4) cita Stufflebeam (2001) informa que ‘as meta-avaliações auxiliam os interessados a perceber tanto os pontos fortes como as

A2	Acordos Formais												
A3	Direitos e Respeitos Humanos												
A4	Clareza e Equidade (Justiça)												
A5	Transparência e Abertura												
A6	Conflitos de Interesses												
A7	Responsabilidade Fiscal												
P1	Conclusões e Decisões Justificadas												
P2	Informação Válida												
P3	Informação Fidedigna												
P4	Explicitação das Descrições do Propósito e Contexto												
P5	Gerenciamento da Informação												
P6	Análises e Planos Sólidos												
P7	Explicitação do Raciocínio da Avaliação												
P8	Comunicação e Relatório												
R1	Documentação da Avaliação												
R2	Meta-avaliação Interna												
R3	Meta-avaliação Externa												

Fonte: Sugerido por Elliott (2011, p.14)

*Legenda:

1. Decidir se vai avaliar
2. Negociar e formalizar acordos, contratos e orçamentos
3. Determinar quem vai avaliar
4. Negociar e desenvolver propósitos e questões da avaliação
5. Descrever o Programa
6. Planejar a avaliação
7. Gerenciar a avaliação
8. Coletar informação
9. Analisar informação
10. Comunicar e relatar a avaliação

U = Utilidade, E = Exequibilidade, A = Adequação, P = Precisão e R = Responsabilização.

Padrões de Utilidade: É necessário que os resultados sejam úteis a quem recomendou a avaliação. Se não, a avaliação não se explica, visto que não importa aos interessados;

Padrões de Exequibilidade: São associados a fatores como: culturas, custos, política, poder e recursos disponíveis. Esses padrões são voltados para garantir que a avaliação será coordenada de maneira efetiva, prática e cuidadosa em relação aos fatores citados. Também são responsáveis com a dimensão política da avaliação, a praticidade dos procedimentos e os custos.

Padrões de Adequação: São referentes ao bem-estar das pessoas envolvidas na avaliação ou que possam ser afetadas por seus resultados. Lidam com acordos e contratos entre clientes e avaliadores; tratam do respeito aos direitos dos participantes e a suas interações durante a avaliação, assim como cuidam de possíveis conflitos de interesses; destacam o julgamento equilibrado de pontos fortes e fracos do objeto avaliado; tornam os resultados acessíveis aos interessados, apresentando um balanço contábil dos gastos com a avaliação.

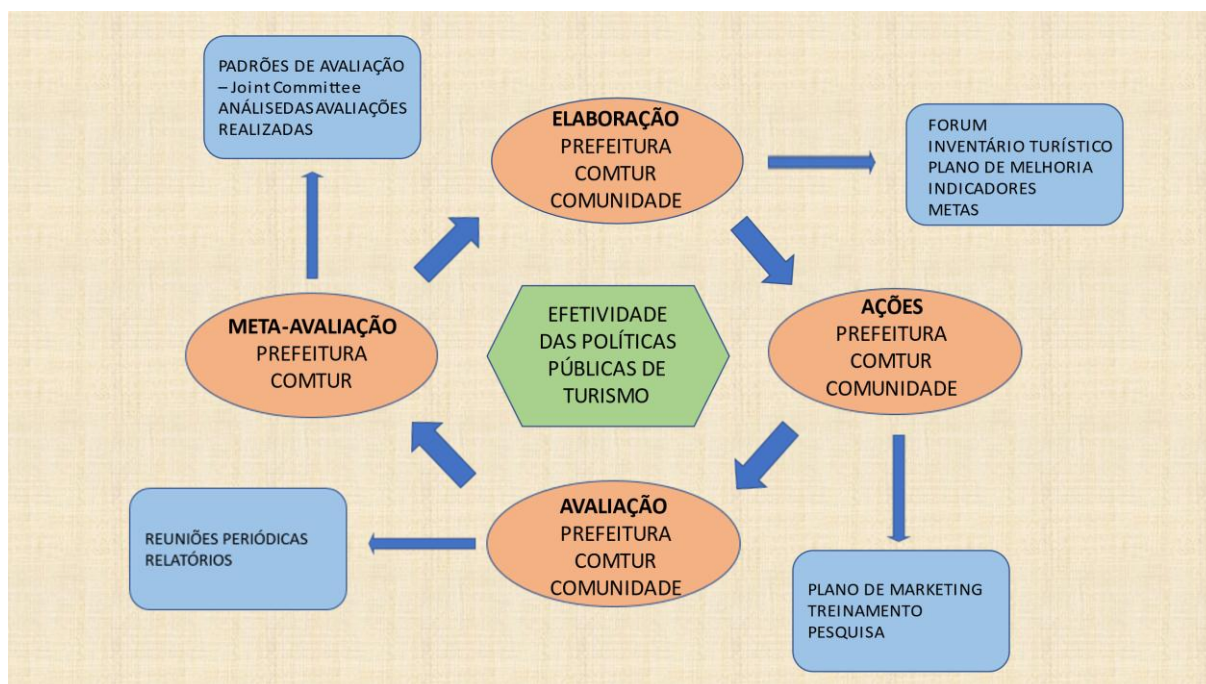
Padrões de Precisão: Pretendem garantir que a informação técnica da avaliação referente às características que determinam o valor ou mérito do programa sob avaliação será adequada e confiável. São oito padrões que abordam a descrição do programa e do contexto; tratam de características de validade, fidedignidade e gerenciamento da informação; salientam a análise dessa informação, a justificativa das conclusões e decisões, assim como a abrangência e a imparcialidade dos comunicados divulgados e dos relatórios elaborados.

Padrões de Responsabilização: São responsáveis pela documentação da avaliação como comprovação de cada etapa realizada, da meta-avaliação tanto interna — como forma de investigar e prestar contas do desenvolvimento durante o processo de realização, quanto externa — como demonstração de qualidade da avaliação por outros avaliadores. Estão diretamente relacionados à meta-avaliação e, por concepção, utilizam todos os 27 padrões, desde que referentes ao que estiver sendo julgado.

A partir das descrições e sugestões apresentadas, expõe-se na figura 4 o modelo síntese propostos para avaliação da efetividade das políticas públicas de turismo em Gravatá- PE.

Apresentamos, na figura abaixo, a representação do modelo sugerido por estes autores, o qual constitui um sistema semelhante ao ciclo PDCA (planejamento, execução, verificação e ação), aplicado em gestão administrativa.

Figura 4 – Representação do Modelo de Efetividade das Políticas Públicas de Turismo para Gravatá



Fonte: Construção própria (2021)

5.3.1 Ação de divulgação

Como estratégia de envolvimento, sugerimos a realização de uma campanha de comunicação, com o intuito de informar, sensibilizar, conscientizar e engajar todos os atores envolvidos no processo, para que os mesmos, sejam impactados com os propósitos do projeto e sintam-se convidados a participar.

A ação proposta correrá sob a supervisão e orientação do Gabinete de Comunicação Social e Imprensa da Prefeitura de Gravatá, uma vez que constam, entre as suas atribuições, de acordo com o Artigo 12 da Lei Municipal 3718/2017 (GRAVATÁ, 2017), incisos IV e VI:

IV. coordenar as atividades de comunicação social dos órgãos e entidades da Administração Públicas Municipal; VI. promover, através de órgãos

públicos, associações, imprensa, agências e outros meios, a divulgação de projetos de interesse do Município (GRAVATÁ, 2017, on line)

Tal escolha se deu em função do baixo custo de investimento, além da facilidade da operacionalização. Criamos, ainda, uma logomarca (Figura 5) para ser utilizada nas peças publicitárias e nas correspondências eletrônicas e físicas. A escolha da cor de fundo verde se deu em função da sua relação com o Ecoturismo, uma vez que Gravatá apresenta vasto potencial a ser explorado nesse segmento. O apelo “turismo integrado” se refere à importância da integração que precisa existir entre todos os participantes ao longo do ciclo de cada uma das políticas públicas de turismo, também representada pela “costura” do pesponto. Quanto aos demais elementos das peças publicitárias, esclarecemos que o avião remete ao turismo interestadual e internacional, pouco expressivo no município, e as imagens ilustram alguns atrativos turísticos da cidade.

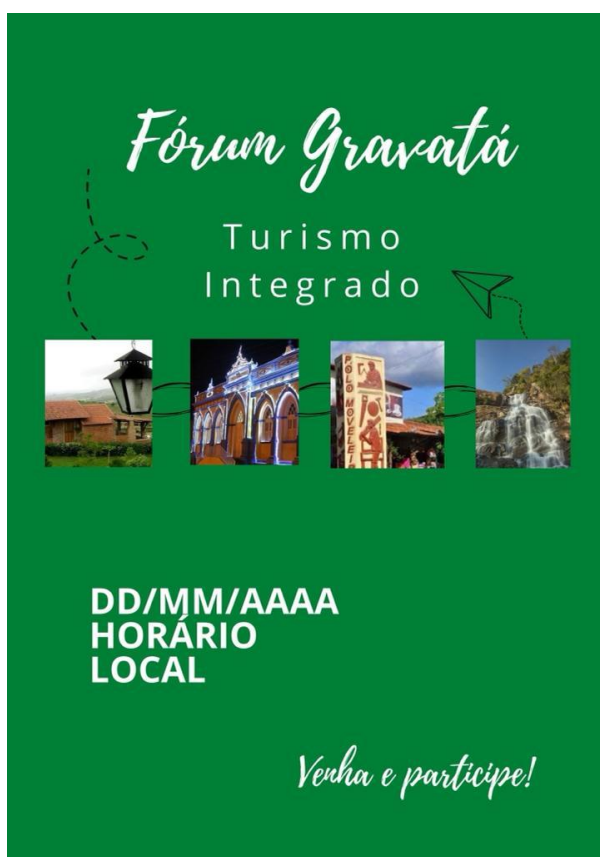
Figura 5 – Logomarca da ação de divulgação



Fonte: criação própria (2021)

A campanha será divulgada, a princípio, pelas seguintes ferramentas/canais: cartazes com as seguintes dimensões A3 (29,3cm X 42cm) e A4 (21cm X 29,7cm) (Figura 6) afixados nos murais da estrutura de gestão municipal, além dos estabelecimentos comerciais e de serviços; e-mail com a logomarca do projeto; redes sociais da Prefeitura; além de chamadas na Rádio Gravatá – 92.3 MHz FM, com 10 inserções diárias de 30 segundos, de segunda a sexta, por um período de 2 semanas (10 dias úteis), cujo investimento estimado girará em torno de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Figura 6 – Modelo do cartaz da ação de divulgação



Fonte: criação própria (2021)

Nas redes sociais - Instagram e Facebook – serão feitas publicações no feed de notícias e nos stories (Figura 7).

Figura 7 – Modelo do banner para publicação no Instagram e Facebook oficial da Prefeitura de Gravatá



Fonte: criação própria (2021)

Acreditamos que outras contribuições serão adicionadas ao presente projeto pela equipe do Gabinete de Comunicação Social e Imprensa da Prefeitura de Gravatá. A ação de divulgação será lançada no Fórum que marcará o início da implementação do projeto, a ser realizado em setembro de 2021, conforme previsto no Quadro 4.

5.3.2 Orçamento – Recursos Humanos e Materiais

Do ponto de vista dos recursos humanos, estiveram envolvidos os autores desse trabalho no diagnóstico inicial, através de levantamento de dados documentais, pesquisa de campo, realização de entrevistas, aplicação de questionários, tabulação e análise dos dados levantados e elaboração da proposta final. Já para a implementação do sistema proposto, será necessário a participação ativa de toda equipe da Secretaria de Turismo, Conselho Municipal de Turismo, equipe e Gestores da Prefeitura, residentes de Gravatá, bem como das equipes das empresas com as quais a Prefeitura consiga fazer parcerias, tais como: SEBRAE, Instituto Federal de Pernambuco, dentre outros que poderão surgir durante a implantação desse Sistema de Gestão.

Com relação aos recursos materiais, serão utilizadas as estruturas administrativas da Prefeitura, com a utilização de máquinas e equipamentos, além de material de escritório em geral.

A partir do levantamento realizado junto a fornecedores de serviços e similares, o orçamento geral do projeto terá um valor total estimado de R\$ 10.280.322,00 (Dez milhões, duzentos e oitenta mil e trezentos e vinte e dois reais) para ser gasto na implantação desse modelo, conforme Quadro 6 apresentado abaixo, esclarecendo que o valor de R\$ 9.968.868,00 (nove milhões, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos e sessenta e oito reais), relativo às metas 5, 8 e 10 já foram alocadas no PPA 2018/2021.

Quadro 6 - Metas estabelecidas e Valores estimados

META	VALOR ESTIMADO R\$
META 1-ELABORAÇÃO 01 PLANO DE MELHORIA	-
META 2-REALIZAR 01 FORUM P/DISSCUSSÃO	5.934,00
META 3-ATUALIZAR O INVENTÁRIO TURÍSTICO	-
META 4 - APLICAR 01 PESQUISA DE DEMANDA/SATISFAÇÃO	4.500,00
META 5 - ELABORAR 01 PROGRAMA DE TREINAMENTO	603.330,00
META 6 - REVITALIZAR AO MENOS 02 PONTOS TURÍSTICOS EXISTENTES ANUALMENTE	300.000,00
META 7 - ELABORAR 01 CALENDÁRIO TURÍSTICO	-
META 8 - REORGANIZAR AO MENOS 4KM DO	2.018.835,00

TRÂNSITO URBANO ANUALMENTE	
META 9 - ELABORAR 01 PLANO DE MARKETING	-
META 10 - INSTALAR 04 NOVOS ATRATIVOS TURÍSTICOS	7.346.703,00
META 11 - AUMENTAR A RECEITA DO TURISMO EM 5%	-
META 12 - OCUPAR 50% DA REDE HOTELEIRA FORA DO PERÍODO DE EVENTOS	-
META 13 -APLICAR 01 PESQUISA DE META AVALIAÇÃO	220,00
AÇÃO DE DIVULGAÇÃO	800,00
TOTAL GERAL	10.280.322,00

Fonte: Construção própria (2020)

Vale salientar que os maiores valores já foram alocados orçamentariamente para o quadriênio 2018/2021 e, para a implantação deste modelo, será utilizado em sua maioria a própria estrutura da Prefeitura e do Conselho Municipal do Turismo, sendo de mais importante, para o início dessa mudança, a aplicação da ação sugerida no item 5.3.1. como forma de desenvolver entre os recursos humanos da Prefeitura, bem como da população, um sentimento de pertencimento em torno de um projeto maior de desenvolvimento econômico, considerando que o turismo é entendido pela gestão e pela própria população como uma atividade muito importante para a cidade.

A Gestão municipal poderá obter outros recursos através de parcerias público-privado, além daqueles recursos definidos por Lei, como podemos ver no item a seguir.

5.3.3 Fontes de Recursos

Conforme Blume (2016), os principais recursos para implantação do modelo proposto levarão em consideração o constante na Constituição Federal em seu Art. 165, no Título VI - Da Tributação e do Orçamento - Capítulo II - Das Finanças Públicas -Seção II - Dos Orçamentos.

Baseado no Artigo citado, A administração pública, na esfera Federal, Estadual e Municipal, elabora os documentos abaixo relacionados, conforme descritos por (BLUME, 2016, p. 3-6):

Plano Plurianual – PPA - Esse é o documento que traz as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Prevê, entre outras coisas, as grandes obras públicas a serem realizadas nos próximos

anos. Ele tem vigência de quatro anos, portanto deve ser elaborado criteriosamente, imaginando-se aonde se quer chegar nos próximos quatro anos. Expressa a visão estratégica da gestão pública.

O PPA inclui uma série de programas temáticos, em que são colocadas as metas (expressas em números) para os próximos anos em diversos temas. Para ilustrar melhor isso, vamos usar um exemplo: o governo federal elencou como objetivo no PPA do período 2012-2015 promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada. Para atingir tal objetivo, estipulou uma meta: ampliar a área irrigada em 200 mil hectares até 2015.

Os constituintes atribuíram grande importância ao PPA, como podemos ver no parágrafo 1o do artigo 167 da Constituição, que determina que nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro (um ano) poderá ser iniciado sem ser incluído antes no PPA, sob pena de crime de responsabilidade. Um PPA sempre começa a vigorar a partir do segundo ano do mandato presidencial, terminando no primeiro ano do mandato seguinte.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - A LDO é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Ela orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual. Ou seja, é um elo entre esses dois documentos.

Pode-se dizer que a LDO serve como um ajuste anual das metas colocadas pelo PPA. Algumas das disposições da LDO são: reajuste do salário mínimo, quanto deve ser o superávit primário do governo para aquele ano, e ajustes nas cobranças de tributos. É também a LDO que define a política de investimento das agências oficiais de fomento, como o BNDES.

Enquanto o PPA é um documento de estratégia, pode-se dizer que a LDO delimita o que é e o que não é possível realizar no ano seguinte.

No caso do governo federal, a LDO deve ser enviada até o dia 15 de abril de cada ano. Ela precisa ser aprovada até o dia 17 de julho (o recesso dos parlamentares é adiado enquanto isso não acontecer).

Lei Orçamentária Anual – LOA - É o orçamento anual propriamente dito. Prevê os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais. Todos os gastos do governo para o próximo ano são previstos em detalhe na LOA. Você encontrará na LOA a estimativa da receita e a fixação das despesas do governo. É dividida por temas, como saúde, educação e transporte. Prevê também quanto o governo deve arrecadar para que os gastos programados possam de fato ser executados. Essa arrecadação se dá por meio dos tributos (impostos, taxas e contribuições). Se bem feita, a LOA estará em harmonia com os grandes objetivos e metas estabelecidos pelo PPA.

No caso da União, a LOA também deve ser enviada ao Congresso até o dia 31 de agosto de cada ano. Deve ser aprovada pelos parlamentares até o fim do ano (22 de dezembro), mas não chega a adiar o recesso parlamentar se não for aprovada até lá (BLUME, 2016, p. 3-6).

Ressalta-se que por ser uma exigência legal é preciso nesta proposta considerar o PPA, mas a gestão municipal poderá ainda, obter recursos através de parceiras públicas e privadas, podendo ainda utilizar valores da conta “Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria de Cultura e Turismo” cujo valor previsto para o quadriênio 2018/2021 é de R\$ 4.302.207,00 (Quatro milhões trezentos e dois mil e duzentos e sete reais), conforme PPA.

Acrescenta-se também que a fim de desenvolver e implantar o modelo de avaliação que ora propomos, sugerimos a celebração de convênio/parceria com o

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, o qual, através do seu conhecimento técnico, poderá subsidiar a Prefeitura de Gravatá na implantação desse sistema de monitoramento e, em contrapartida, proporcionar aos seus estudantes, a oportunidade de obter conhecimento prático, sobretudo no componente curricular Gestão de Políticas Públicas e Gestão de Destinos Turísticos ou, ainda, como atividade de extensão ligada ao curso.

5.3.4 Medidas de implementação técnica e legal

Nesse item listaremos, através o quadro a seguir, os documentos técnicos, bem como toda a legislação pertinente a atividade turística, consideradas e que contribuem para a implementação desse sistema na Prefeitura de Gravatá/PE.

Quadro 7 - Documentos técnicos e leis referentes à atividade turística que contribuem na implementação desse sistema

Documentos técnicos e Legislação:	Contribuição:
Guia para Avaliar Políticas Públicas - Volume 2: Como monitorar uma política pública?	Aborda, através de um modelo, as etapas, que precisam ser seguidas, do desenvolvimento de um sistema, que seja efetivo, no monitoramento e avaliação das políticas públicas.
Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos – Escola Nacional de Administração Pública.	A importância da avaliação para a gestão pública e no processo de criação de políticas públicas, tipos de avaliação, na qual a de eficácia é a mais adequada para a implantação do sistema, além do papel dos principais stakeholders e tratam também sobre quais são os atores envolvidos na avaliação de uma política pública.
Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação.	Utilização do modelo de meta-avaliação, criado pelo <i>Joint Committee</i> ,

	<p>chamado “Padrões de Avaliação”, no qual cada padrão é avaliado através de uma atividade. Assim verifica-se o seu desempenho dentro do sistema de avaliação que está sendo analisado, como também se precisa ser feita alguma ação para melhorá-lo.</p>
<p>Referencial de Controle de Políticas Públicas do Tribunal de Contas da União.</p>	<p>Apresenta o ciclo básico de implantação de uma política pública que possui três fases: formulação, implementação e avaliação, e suas etapas detalhadas. Além do mais mostra as classificações do estágio de avaliação quanto ao tempo de elaboração da mesma e a posição do avaliador.</p>
<p>Sistema de Monitoria e Avaliação do Módulo Operacional 4 - Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional - Ministério do Turismo – Programa de Regionalização do Turismo.</p>	<p>Regulam ações a serem implementadas pelo município, no sentido de desenvolver o Turismo nas modalidades possíveis, de acordo com os atrativos existentes na localidade e é o principal referencial deste trabalho para a elaboração de um sistema que servirá de subsídio para o cumprimento do objetivo específico de criar um sistema de controle e acompanhamento das políticas públicas executadas na cidade de Gravatá.</p>
<p>Constituição Federal de 1988.</p>	<p>Devido aos artigos 74 e 75 que apresentam que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão de forma integrada um sistema de controle interno com a finalidade de: I - avaliar o cumprimento das metas previstas no</p>

	<p>plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. Além disso, nos parágrafos desses artigos, evidenciam que: § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária. § 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União. Além do que os principais recursos para implantação do modelo proposto levarão em consideração o constante na Constituição Federal em seu Art. 165, no Título VI - Da Tributação e do Orçamento - Capítulo II - Das Finanças</p>
--	--

	Públicas -Seção II - Dos Orçamentos.
Decreto 9.203 de 22 de novembro de 2017	Refere-se sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. No qual se considera valor público, de acordo com o inciso II do art. 2º, o conjunto dos produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos.
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Na fase de implementação das políticas públicas que serão consideradas todas as contratações para viabilizar a implantação do sistema de controle e monitoramento das políticas de turismo em Gravatá/PE. No âmbito público, as aquisições e contratações de serviços devem ser feitas, com base nessa Lei atualmente em vigor.
Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.	Discorre sobre o Plano Plurianual (PPA) da União para o período de 2020 a 2023. Esse é o documento que traz as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Prevê, entre outras coisas, as grandes obras públicas a serem realizadas nos

	<p>próximos anos. Expressa a visão estratégica da gestão pública e inclui uma série de programas temáticos, em que são colocadas as metas (expressas em números) para os próximos anos em diversos temas.</p>
<p>Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020.</p>	<p>Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. É elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano.</p>
<p>Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020.</p>	<p>Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.</p>
<p>Projeto de Lei nº 4253, de 2020</p>	<p>Estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos para a União, Estados e Municípios, e suas autarquias e fundações.</p>
<p>Lei Ordinária nº 16.770, de 23 de dezembro de 2019.</p>	<p>Referente ao Plano Plurianual (PPA) do Estado de Pernambuco no período 2020-2023, no qual estão presentes os objetivos e as metas que o governo estadual pretende alcançar nesses 4 anos.</p>
<p>Lei nº 17.033, de 28 de agosto de 2020.</p>	<p>Determina as diretrizes orçamentárias do Estado de Pernambuco para o exercício de 2021. Compreende as prioridades e metas da administração pública estadual; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para elaboração e execução</p>

	<p>dos orçamentos do Estado e suas alterações; regras relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais; determinações sobre alterações na legislação tributária; e disposições gerais.</p>
<p>Lei Ordinária nº 17.121, de 16 de dezembro de 2020.</p>	<p>Calcula a receita e fixa a despesa do Estado de Pernambuco para o exercício financeiro de 2021. Envolve o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público Estadual; e o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.</p>
<p>Lei nº 17.122, de 16 de dezembro de 2020.</p>	<p>Em relação a revisão do Plano Plurianual (PPA) do Estado de Pernambuco para o período 2020-2023, exercício de 2021, conforme as perspectivas e objetivos estratégicos, que norteiam a Administração Pública Estadual, além dos programas, ações e sub-ações, de forma regionalizada.</p>
<p>Lei nº 3.718, de 02 de janeiro de 2017.</p>	<p>Dispõe sobre a adequação da estrutura da administração direta e indireta do poder executivo municipal às novas</p>

	<p>diretrizes, consolida atribuições e dá outras providências. No qual na ação de divulgação do projeto, haverá a supervisão e orientação do Gabinete de Comunicação Social e Imprensa da Prefeitura de Gravatá, uma vez que constam, entre as suas atribuições, de acordo com o Artigo 12 incisos IV e VI: coordenar as atividades de comunicação social dos órgãos e entidades da Administração Públicas Municipal; promover, através de órgãos públicos, associações, imprensa, agências e outros meios, a divulgação de projetos de interesse do Município. A Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer de Gravatá-PE tem suas responsabilidades definidas no Art. 20 transcritas a seguir:</p> <p>I – desenvolver, de forma sustentável, a atividade turística, cultural, esportiva e de lazer em Gravatá; II – fomentar a economia do turismo e da cultura, refletindo positivamente na economia geral do Município; III – gerar novas oportunidades de trabalho na cadeia produtiva do turismo e da cultura de Gravatá; IV – identificar e incentivar a produção associada ao turismo do Município; V – promover o “Destino Turístico Gravatá”; VI – sensibilizar a população de Gravatá para a importância da atividade turística; VII –</p>
--	--

	<p>capacitar os atores da cadeia produtiva do turismo de Gravatá; VIII – incentivar as práticas de lazer e de esportes para a população , além da aproximação da população com a cultura local; IX – ser referência na gestão pública da atividade turística, cultural, esportiva e de lazer, com a participação da sociedade; X – criar novos atrativos e roteiros turísticos, a melhoria dos já existentes, além da conservação dos patrimônios culturais e a promoção da cultura local; XI – executar outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.</p>
<p>Lei nº 3.744, de 05 de dezembro de 2017.</p>	<p>Plano Plurianual da cidade de Gravatá/PE para o quadriênio 2018-2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, estabelecendo os programas com seus objetivos, ações e metas visando a execução das despesas de capital e as delas decorrentes, bem como para os custos relativos a programas de ação continuada, onde, dentre outras metas, encontramos às relativas ao Turismo no Município.</p>
<p>Lei nº 3.829, de 2020.</p>	<p>Coordena sobre as diretrizes para a</p>

	elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 no município de Gravatá/PE e abrange a prioridade das metas da administração municipal; a estrutura, organização e elaboração dos orçamentos; as receitas e alterações na legislação tributária; despesa pública; orçamentos dos fundos; dívidas e do endividamento; trabalho voluntário; disposições gerais e transitórias.
--	--

Fonte: Construção própria (2020)

Com isso, foram apresentadas acima os documentos técnicos e as leis relacionadas à atividade turística e que facilitarão na implementação de um sistema de monitoramento e acompanhamento da gestão para a atividade turística na cidade de Gravatá/PE.

Em seguida, divulgamos abaixo o cronograma de atividades que expõem quais são as metas referentes ao turismo no município de Gravatá/PE e os prazos durante o quadriênio 2021-2024 para que elas sejam cumpridas.

6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	2021	2022	2023	2024
META 1-ELABORAÇÃO 01 PLANO DE MELHORIA	X*			
META 2-REALIZAR 01 FORUM PARA DISCUSSÃO	X**			
META 3-ATUALIZAR O INVENTÁRIO TURÍSTICO	X***			
META 4 – APLICAR 01 PESQUISA DE DEMANDA/SATISFAÇÃO		X	X	X
META 5 - ELABORAR 01 PROGRAMA DE TREINAMENTO		X	X	X
META 6 - REVITALIZAR AO MENOS 02 PONTOS TURÍSTICOS EXISTENTES ANUALMENTE		X	X	X
META 7 - ELABORAR 01 CALENDÁRIO TURÍSTICO	X	X	X	X
META 8 - REORGANIZAR AO MENOS 4KM DO TRÂNSITO URBANO ANUALMENTE	X	X		
META 9 - ELABORAR 01 PLANO DE MARKETING	X	X		
META 10 – INSTALAR 04 NOVOS ATRATIVOS TURÍSTICOS	X	X	X	X
META 11 - AUMENTAR A RECEITA DO TURISMO EM 5%	X	X		
META 12 - OCUPAR 50% DA REDE HOTELEIRA FORA DO PERÍODO DE EVENTOS	X	X		
META 13 -APLICAR 01 PESQUISA DE META – AVALIAÇÃO	X	X	X	X

*Até dezembro/2021

**Até setembro/2021

***Até outubro/2021

CONCLUSÃO

Gravatá, cidade do Interior de Pernambuco conhecida como a “Suíça Brasileira”, é o destino de muitos recifenses que buscam o local como uma opção de descanso e lazer sendo, inclusive, sua opção como segunda residência. O município, no entanto, poderia se transformar num grande atrativo turístico para outros públicos, além dos oriundos de Recife.

A nossa relação com a localidade, como turistas residentes, além da observação de eventos festivos sazonais, muito famosos na cidade, nos levaram a pensar se tais festejos davam o retorno financeiro esperado para o Município, bem como para a população, já que é exatamente nesses períodos que ocorre um fluxo maior do número de visitantes para o destino.

Diante disso, decidimos, através deste trabalho de conclusão de curso, analisar a efetividade das políticas públicas de turismo no município de Gravatá e propor a implantação de um sistema de monitoramento e acompanhamento para a gestão dessas políticas.

Através da análise dos dados coletados por meio de pesquisa de campo, identificamos que a atividade turística é a principal fonte de recursos para o Município; que é preciso uma maior interação entre o gestor público e os atores envolvidos na execução e acompanhamento dessa atividade e que o município dispõe de outros segmentos do turismo com potencial para serem desenvolvidos, tais como: ecoturismo e turismo de aventura, já que são praticadas na cidade o rapel na ponte Cascavel, trilhas ecológicas, trekking moderado; sendo necessário, no entanto, a melhoria da estrutura desses pontos turísticos, para além dos eventos festivos, que atualmente tem o foco maior da políticas públicas no fomento turístico local.

As políticas públicas são básicas na implementação de ações de desenvolvimento em qualquer área do setor público, mas precisam ser acompanhadas através de controles que possam avaliar sua eficiência e efetividade, de forma que possam ser avaliadas e reavaliadas constantemente, permitindo a alteração dos seus rumos para atender aos objetivos finais a que se propõem, que deve ser sempre, o retorno para a comunidade e o bem local.

Neste caso, pudemos constatar que, as poucas políticas públicas observadas na realização dos eventos festivos, são primárias e não identificamos documentos onde constassem as políticas de turismo definidas e formalizadas.

Ante o exposto, percebemos a necessidade de se propor uma ferramenta que possa contribuir para a ampliação de políticas para o fomento do turismo no destino, bem como a avaliação de sua efetividade. Desta forma, propusemos a implantação de um sistema de acompanhamento e controle das políticas públicas de turismo, que será um importante instrumento para a gestão municipal e que prevê o envolvimento dos atores que podem de forma coletiva acompanhar o desempenho das políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo em Gravatá.

O sistema que ora apresentamos, levou em consideração as etapas possíveis para um acompanhamento e controle eficiente e eficaz dessas políticas, desde o diagnóstico atual da atividade, a implementação do ciclo básico da política pública até a avaliação do modelo proposto, com todas as ferramentas necessárias e disponíveis para que se torne um importante instrumento de gestão das políticas públicas de turismo em Gravatá. Tal modelo conta, inclusive, com uma etapa de meta-avaliação, a qual possibilitará ajustes no percurso da aplicação o próprio modelo ora proposto.

Importante salientar que, apesar das dificuldades impostas pela pandemia do Coronavírus no ano de 2020, conseguimos realizar todas as etapas necessárias à execução do presente estudo. Destacamos neste processo, o apoio da Prefeitura, através da Secretaria de Turismo, que nos forneceu as informações necessárias à complementação da análise. Destacamos ainda como limitações do estudo, a impossibilidade de viver o dia a dia da Secretaria de Turismo, de forma a acompanhar todas as etapas já realizadas, no sentido de nos aproximarmos dos instrumentos de aferição dessas políticas que a Secretaria já realiza, bem como os resultados obtidos e como tais resultados são utilizados nas decisões, ajustes e melhorias das políticas já implementadas.

Assim, vislumbra-se que a proposta ora apresentada será um importante instrumento de gestão e controle, podendo contribuir para o envolvimento de todo o trade turístico, dos representantes do Conselho Municipal de Turismo e a população local, no sentido de desenvolver nos atores envolvidos, o sentimento de pertença em todo esse processo. Acreditamos ainda que, realizadas as devidas adaptações, de acordo com cada atividade, o modelo poderá ser utilizado no acompanhamento das

políticas públicas de outros destinos turísticos, além das possíveis contribuições para a academia, como fonte de consulta sobre o tema em questão e base para futuros estudos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Danilo. Políticas Públicas: O que são e para que existem. **Politize**, Rio de Janeiro, 4 fev. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>. Acesso em: 16 mar. 2020.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nerio. **Teoria Geral da Administração**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BANHOLZER, Marília. Cidades do Agreste de Pernambuco diversificam atrativos para atrair visitantes. **Jornal do Commercio**, Pernambuco, 26 nov. 2019. Soluções Urbanas. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/economia/turismo/noticia/2019/11/26/cidades-do-agreste-de-pernambuco-diversificam-atrativos-para-atrair-visitantes-393389.php>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. E-book (141 p.). Título Original: L' analyse de contenu. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BENEDITO, Alessandra; MENEZES, Daniel Francisco Nagao. Políticas públicas de inclusão social: o papel das empresas. **Revista Ética e Filosofia Política**, Juiz de Fora, v. 1, n.16, p. 57-76, jun. 2013.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BLUME, Bruno André. PPA, LDO e LOA: as 3 siglas que definem o orçamento do governo. **Politize**, Rio de Janeiro, 9 mar. 2016. Disponível em: https://www.politize.com.br/ppa-ldo-loa-3-siglas-que-definem-orcamento-governo/?https://www.politize.com.br/&qclid=Cj0KCQiAyoecBhCTARIsAOfpKxhqv7R2gpF5jnb1BuqhPQVCAihOZz8X7mw4HIMKxiJA1SWJQF_OQ3QaApHpEALw_wcB. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto 9.203 de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm. Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1993].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Conselho Nacional de Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**: Mais emprego e renda para o Brasil. Brasília, DF: Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo, 2018. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo – **Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 4**: Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007. 67 p. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/elaboracao_do_plano_estrategico.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. Ministério de Turismo. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Inovação e Gestão de Conhecimento. **Anuário Estatístico de Turismo – 2019**. 2ª ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2019. v. 46, dez. 2019. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4253, de 2020** (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2013). Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nº s 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e as Leis nº s 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/145636>. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Referencial de Controle de Políticas Públicas**. Brasília: TCU, 2020. 150 p. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/referencial-de-controle-de-politicas-publicas.htm>. Acesso em: 11 jan. 2021.

CARDOSO, Fábio. **Dados sobre atividades turísticas de Pernambuco em alta**. Turismo, Negócios & Cultura, Pernambuco, 14 set. 2019. Disponível em: <http://turismoemfoco.com.br/v1/2019/09/14/dados-sobre-atividades-turisticas-de-pernambuco-em-alta/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CIDADES. **Gravatá**, 2013. Disponível em: <http://www.cidades.com.br/cidades-do-brasil/estado-pernambuco/54-gravata.html>. Acesso em: 11 mar. 2020.

COLAÇO, Janize. Pernambuco registra 3,2 milhões de turistas no primeiro semestre. **Panrotas**, [s. l.], 8 ago. 2018. Destinos. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/destinos/pesquisas-e-estatisticas/2018/08/pernambuco-registra-32-milhoes-de-turistas-no-primeiro-semester_157797.html. Acesso em: 15 mar. 2020.

CULLELL, J. *et al.* Corona Vírus provoca terremoto no Turismo da América Latina. **El País Brasil**, São Paulo, 19 mar. 2020. Economia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-03-19/coronavirus-provoca-terremoto-no-turismo-da-america-latina.html#:~:text=Em%202019%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,0%2C1%25%20em%202019>. Acesso em: 11 mar. 2020.

DUÉK, Ana. Crescimento do Turismo mundial alcança 3,9% e continua acima do PIB global. **Viajar Verde**, [s. l.], 1 mar. 2019. Mercado. Disponível em: <https://viajarverde.com.br/crescimento-do-turismo-continua-acima-do-pib-global/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

ELLIOT, Ligia Gomes. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. **Ensaio**: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/djGLfPzM5PkV5JkL9BdcZ5k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2021.

EMPETUR. **Movimentação de pousos e decolagens de aeronaves (passageiros) nos aeroportos das principais capitais do nordeste segundo destino e origem (posição mês outubro de 2018)**, [2018 ou 2019]. 9 p. Disponível em: http://www.empetur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=45329263&folderId=47143514&name=DLFE-315202.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

EMPETUR. **Movimentação de turistas estrangeiros pelo portão internacional do Aeroporto Internacional do Recife 2014/2018 (janeiro a setembro)**. EMPETUR: Unidade de Estudos e Pesquisas. 2018. 4 p. Disponível em: http://www.empetur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=45329263&folderId=47143523&name=DLFE-315203.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

ESPÍRITO SANTO. Governo estadual. Guia para Avaliar Políticas Públicas | **Como monitorar uma política pública?**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2018. v. 2. 63 p.; il. Tab. Disponível em: <http://www.ijns.es.gov.br/cma/guia>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FARIA, Larissa. Destinos brasileiros foram os mais procurados no primeiro semestre. **Panrotas**, [s. l.], 10 jul. 2019. Mercado. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/pesquisas-e-estatisticas/2019/07/destinos-brasileiros-foram-os-mais-procurados-no-primeiro-semester_165922.html. Acesso em: 15 mar. 2020.

FREY, K. **Políticas Públicas**: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências

Sociais) – Universidade de Konstanz, Alemanha. In: PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 21., p. 211–259, jun. 2000.

GASPAR, Lúcia. **Índios em Pernambuco**. Recife: Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=649:indios-em-pernambuco&catid=44:letra-i%22%20. Acesso em: 8 out. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. / Antonio Carlos Gil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

GONÇALVES, Anderson. Um dos setores mais afetados pela pandemia, turismo tem longo caminho até a retomada. **Gazeta do Povo**, [s. l.], 11 jul. 2020. Disponível em: [https://www.gazetadopovo.com.br/economia/retratos-da-economia-impactos-coronavirus-turismo/#:~:text=Mas%20em%20pouco%20tempo%2C%20com,Bruto%20\(PIB\)%3A%20o%20turismo](https://www.gazetadopovo.com.br/economia/retratos-da-economia-impactos-coronavirus-turismo/#:~:text=Mas%20em%20pouco%20tempo%2C%20com,Bruto%20(PIB)%3A%20o%20turismo). Acesso em: 14 out. 2020.

GRAVATÁ com quase 100% de ocupação nos hotéis para o São João 2019. **JC Online**, Pernambuco, 04 jun. 2019. Hotelaria. Disponível em: https://jc.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2019/06/04/gravata-com-quase-100_porcento-de-ocupacao-nos-hoteis-para-o-sao-joao-2019-380316.php. Acesso em: 29 out. 2020.

GRAVATÁ. **Lei nº 3.074/2002**. Cria o Conselho Municipal de Turismo e Cultura de Gravatá - CMTC e dá outras providências. Gravatá: Câmara Municipal, [2002]. Disponível em: http://netuse.inf.br/gravata_cm/portalthransparencia/anexos/leis/3074.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

GRAVATÁ. **Lei nº 3.718/2017**. Dispõe sobre a adequação da estrutura da administração direta e indireta do poder executivo municipal às novas diretrizes, consolida atribuições e dá outras providências. Gravatá: Câmara Municipal, [2017]. Disponível em: http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/LEI-012017-Reforma_administrativa.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

GRAVATÁ. **Lei nº 3.744, de 05 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, e dá outras providências. Gravatá: Prefeitura Municipal, [2017]. Disponível em: http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/Lei-n%C2%BA-3744_2017-PPA-2018-2021-.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

GRIMM, I. J. *et al.* Políticas Públicas do Turismo e Sustentabilidade: a interrelação na Esfera Nacional, Estadual e Local. In: **Revista Turismo Visão e Ação - Eletrônica**, Curitiba, v. 15, n.1, p. 95–111, jan./abr. 2013.

IBGE. **Brasil / Pernambuco / Gravatá**. Panorama, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/gravata/panorama>. Acesso em: 11 mar. 2020.

MACHADO, Tania Russo; CHAISE, Rosa Maria; ELLIOT, Ligia Gomes. A meta-avaliação como instrumento de qualidade nas Políticas Públicas: Programa Segundo Tempo. **Fundação Cesgranrio**, Rio de Janeiro, v. 8, 1ª Edição Especial, p. 1-20, 2016. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1034/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

MARQUES, Cláudia Brazil; SANTOS, Carlos Honorato Schuch. Como medir a efetividade das políticas públicas na economia do turismo? Uma proposta. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, [s. l.], ano 2015, v. 1, n. 24, p. 125-134, 15 fev. 2016.

MENEGUIN, Fernando B.; FREITAS, Igor Vilas Boas. Aplicações em Avaliação de Políticas Públicas: Metodologia e Estudos de Caso. **Núcleos de Estudos e Pesquisas do Senado**, Brasília, p. 1-23, mar. 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). **Desembarques Domésticos**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, Dados e Fatos, 2020. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores/desembarques-domesticos.html>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). **Desembarques Internacionais**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, Dados e Fatos, 2020. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores/desembarques-internacionais.html>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). Programa de Regionalização do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2019**. Brasília: MTur, 2019. 1 atlas, color. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapa.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). Programa de Regionalização do Turismo. **Mapa do Turismo 2019-2021**. Brasília: MTur, 2019. 1 mapa, color. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 11 mar. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). **Receita e despesa cambial turística no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, Dados e Fatos, 2020. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores/receita-cambial.html>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MOLINARI, Júlia. Para os aventureiros: Atividades radicais e onde encontrá-las em Pernambuco. **Blog João Alberto**, [s. l.], 22 ago. 2017. Disponível em: <http://www.joaoalberto.com/2017/08/22/para-os-aventureiros-atividades-radicais-e-onde-encontra-las-em-pernambuco/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

PERNAMBUCO. Governo do estado. Base de Dados do Estado. **População residente, por sexo**. Pernambuco: Governo do estado, 2010. Disponível em:

http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=644&Cod=3. Acesso em: 26 dez. 2020.

PERNAMBUCO lidera crescimento no número de turistas estrangeiros no Brasil em 2018. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 jun. 2019. Mercado. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/06/pernambuco-lidera-crescimento-no-numero-de-turistas-estrangeiros-no-br.html#:~:text=Pernambuco%20foi%20o%20estado%20que,7%25%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202017>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PESQUISA Airbnb: Descubra as cinco cidades mais procuradas de Pernambuco. **Revista Algo Mais**, Recife, 07 jan. 2020. Disponível em: <http://revista.algomais.com/economia/pesquisa-airbnb-descubra-as-cinco-cidades-mais-procuradas-de-pernambuco>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. A trajetória das políticas públicas de turismo brasileiras 1930 - 2010. In: ENCONTRO DA ANPAD, 35.; 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), 2011. p. 1-17.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. A Cidade. **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, [2021?]. A Cidade. Disponível em: <http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/a-cidade/>. Acesso em: 11 nov. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. Bloco do Zé Pereira abre oficialmente o Carnaval de Gravatá. **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 23 fev. 2020. Carnaval. Disponível em: <https://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/bloco-do-ze-pereira-abre-oficialmente-o-carnaval-de-gravata/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. Caminhada do Venerável: Procissão em homenagem a Frei Damião será realizada em Gravatá nesta sexta (31). **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 31 maio 2019. Fé. Disponível em: <https://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/caminhada-do-veneravel-procissao-em-homenagem-a-frei-damiao-sera-realizada-em-gravata-nesta-sexta-31/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. Destaque no turismo: Gravatá é apontada como um dos principais destinos turísticos do estado de Pernambuco. **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 9 jan. 2020. Turismo. Disponível em: <http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/destaque-no-turismo-gravata-e-apontada-como-um-dos-cinco-principais-destinos-turisticos-do-estado-de-pernambuco/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. Gravatá celebra festa da padroeira com celebrações transmitidas nas redes sociais e peregrinação da imagem de Sant'Ana. **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 15 jul. 2020. Fé. Disponível em: <http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/gravata-celebra-festa-da-padroeira-com-celebracoes-transmitidas-nas-redes-sociais-e-peregrinacao-da-imagem-de-santana/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. Gravatá conquista lugar de destaque no Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021. **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 28 ago. 2019. Turismo. Disponível em: <http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/gravata-conquista-lugar-de-destaque-no-mapa-do-turismo-brasileiro-2019-2021/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. Natal de Paz e Luz 2019: Confira a programação completa. **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 10 dez. 2019. Natal. Disponível em: <http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/natal-de-paz-e-luz-2019-confira-a-programacao-completa/>. Acesso em: 29 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. Onde ir. **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, [2020?]. Onde ir. Disponível em: <http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/onde-ir/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. Parque da Cidade passou por reformas para reabertura na próxima terça (11). **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 7 ago. 2020. Agricultura e Meio Ambiente, Infraestrutura, Turismo. Disponível em: <http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/parque-da-cidade-passa-por-reformas-para-reabertura-na-proxima-terca-11/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. Programação oficial da Semana Santa em Gravatá: divulgação foi realizada nesta segunda-feira (15). **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 16 abr. 2019. Cultura, Semana Santa. Disponível em: [http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/programacao-oficial-da-semana-santa-em-gravata-divulgacao-foi-realizada-nesta-segunda-feira-15/#:~:text=A%20Prefeitura%20de%20Gravat%C3%A1%2C%20atrav%C3%A9s,s%C3%A3o%20as%20grandes%20atra%C3%A7%C3%B5es%20confirmadas](http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/programacao-oficial-da-semana-santa-em-gravata-divulgacao-foi-realizada-nesta-segunda-feira-15/#:~:text=A%20Prefeitura%20de%20Gravat%C3%A1%2C%20atrav%C3%A9s,s%C3%A3o%20as%20grandes%20atra%C3%A7%C3%B5es%20confirmadas.). Acesso em: 13 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. Público lota a Praça da Matriz durante a tradicional Festa de Reis neste domingo (12). **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 13 jan. 2020. Turismo. Disponível em: <http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/publico-lota-a-praca-da-matriz-durante-a-tradicional-festa-de-reis-neste-domingo-12>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. São João Comunitário 2019: o melhor da tradição das festas juninas em Gravatá. **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 04 jun. 2019. São João. Disponível em: <http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/sao-joao-comunitario-2019-o-melhor-da-tradicao-das-festas-juninas-em-gravata/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer. Calendário de Eventos 2019. **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 26 fev. 2019. Disponível em: <https://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/CALENDARIO-DE-EVENTOS-2019 -GRAVAT%c3%81-v2.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. Sucesso Total: Gravatá Jazz Festival 2020 encerra programação com recorde de público e é considerada melhor edição

de todos os tempos. **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 26 fev. 2020. Jazz. Disponível em: <http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/sucesso-total-gravata-jazz-festival-2020-encerra-programacao-com-recorde-de-publico-e-e-considerada-melhor-edicao-de-todos-os-tempos/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ. XI Festival Virtuosi em Gravatá encerra suas apresentações em grande estilo nesta sexta (09). **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá, 10 ago. 2019. Cultura, Virtuosi. Disponível em: <http://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/xi-festival-virtuosi-em-gravata-encerra-suas-apresentacoes-em-grande-estilo-nesta-sexta-09/>. Acesso em: 29 out. 2020.

PRESSE, France. Turismo internacional cresce no mundo, mas recua no Brasil. **G1**, [s. l.], 9 set. 2019. Turismo e Viagem. Disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2019/09/09/turismo-internacional-cresce-no-mundo-mas-recua-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2020.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. In: **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p.1271-1294, set./out. 2012.

ROCHA, Andréia Magalhães da. **As políticas públicas de turismo e a população local**: da concepção à implementação (Parnaíba-PI). 2017. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ROCHA, Jhonattan Souza da; ALMEIDA, Noslin de Paula. Políticas públicas federais de turismo: uma análise circunstancial do Plano Nacional de Turismo 2003-2007 (Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v.1, n.2, p. 105-116, out. 2008.

RODRIGUES, Margarita de Cássia Viana. **Desenvolvimento Local, Turismo e Lazer no Agreste Central de Pernambuco**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2007. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/09/TESE-MARGARITA.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SCHINDLER, Andressa Alves Watanabe. **Políticas públicas aplicadas ao turismo**. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2014.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45, jul./dez. 2006.

TRÊS municípios do Agreste receberão investimento federal para fortalecer o turismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 09 de out. de 2019. Investimento. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/10/tres-municipios-do-agreste-receberao-investimento-federal-para-fortale.html>. Acesso em: 06 out. 2020.

TURISMO tem faturamento recorde de R\$ 136,7 bilhões em 2019. **Gov.br**, [s. l.], 2 out. 2019. Viagens e Turismo. Disponível em: <https://www.gov.br/pt->

br/noticias/viagens-e-turismo/2019/10/turismo-tem-faturamento-recorde-de-r-136-7-bilhoes-em-2019#:~:text=Turismo%20tem%20faturamento%20recorde%20de%20R%24%20136%2C7%20bilh%C3%B5es%20em%202019,-Entre%20julho%20de&text=O%20setor%20do%20Turismo%20no,registrado%20nos%20%C3%BAltimos%20quatro%20anos. Acesso em: 15 mar. 2020.

VIEIRA, Rodrigo. Turismo responde por 8,1% do PIB Brasil; veja dados globais. **Panrotas**, [s. l.], 6 mar. 2019. Economia e Política. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/03/turismo-responde-por-81-do-pib-brasil-veja-dados-globais_162774.html. Acesso em: 13 mar. 2020.

WU, Xun *et al.* **Guia de Políticas Públicas: Gerenciando processos**. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014. E-book (160 p.). Título original: The public policy primer: managing the policy process. Disponível em: https://jacksondetoni.files.wordpress.com/2019/01/guia-de-pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas-gerenciando-processos_enap2014.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS VISITANTES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – IFPE

Campus Recife

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE FORMAÇÃO GERAL – DAFG
CURSO SUPERIOR TECNÓLOGO EM GESTÃO DE TURISMO**

Prezado(a) Senhor(a),

O presente questionário tem como objetivo contribuir para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – Campus Recife. Suas respostas nos ajudarão a estudar a percepção dos visitantes de Gravatá acerca da efetividade das políticas públicas de turismo no município.

Agradecemos a sua contribuição!

1 – PERFIL DOS RESPONDENTES	
1.1 – Relação com o Município	1.2 – Sexo
<input type="checkbox"/> Excursionista <input type="checkbox"/> Turista/visitante <input type="checkbox"/> Turista residente	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
1.3 – Faixa Etária	1.4 – Escolaridade
<input type="checkbox"/> Até 18 <input type="checkbox"/> 19 a 40 <input type="checkbox"/> 41 a 59 <input type="checkbox"/> A partir de 60	<input type="checkbox"/> Sem Escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Pós Graduação
2 – PERCEPÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO	
2.1 – Em que cidade o(a) Sr(a) reside?	2.2 – Quanto tempo o(a) Sr(a) pretende ficar em Gravatá?
_____	_____
2.3 – Com que frequência o(a) Sr(a) visita Gravatá?	2.4 – Onde o(a) Sr(a) fica hospedado?
<input type="checkbox"/> Todos os finais de semana <input type="checkbox"/> Uma vez a cada mês	<input type="checkbox"/> Na minha casa/apartamento

<input type="checkbox"/> Duas vezes ao ano <input type="checkbox"/> Eventualmente <input type="checkbox"/> Estou aqui pela primeira vez	<input type="checkbox"/> Na casa de amigos/familiares <input type="checkbox"/> Hotel <input type="checkbox"/> Pousada <input type="checkbox"/> Imóvel alugado por aplicativo (Airbnb etc) <input type="checkbox"/> Imóvel alugado de forma convencional <input type="checkbox"/> outro: _____
2.5 – Qual a motivação da sua Viagem? <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Negócios <input type="checkbox"/> Descanso <input type="checkbox"/> Outra: _____	2.6 - Como o(a) Sr(a) conheceu a cidade? <input type="checkbox"/> Indicação de amigos <input type="checkbox"/> Sites especializados em viagem <input type="checkbox"/> Outros _____
2.7 - Qual(is) atrativo(s) turístico(s) o(a) Sr(a) conhece/visita em Gravatá? <input type="checkbox"/> Polo Moveleiro/Artesanato <input type="checkbox"/> Alto do Cruzeiro <input type="checkbox"/> Trilhas Ecológicas <input type="checkbox"/> Cachoeira da Palmeira <input type="checkbox"/> São João <input type="checkbox"/> Semana Santa <input type="checkbox"/> Festival de Jazz <input type="checkbox"/> Natal de Paz e Luz <input type="checkbox"/> Outro: _____	2.8 – Que ações do município o(a) Sr(a) conhece voltadas para o turismo? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
2.9 – Na sua opinião, quais os pontos fortes do turismo em Gravatá? <hr/> <hr/>	2.10 – Na sua opinião, quais os pontos fracos do turismo em Gravatá? <hr/> <hr/>

APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS RESIDENTES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – IFPE

*Campus
Recife*

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE FORMAÇÃO GERAL – DAFG
CURSO SUPERIOR TECNÓLOGO EM GESTÃO DE TURISMO**

Prezado(a) Senhor(a),

O presente questionário tem como objetivo contribuir para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – Campus Recife. Suas respostas nos ajudarão a estudar a percepção dos visitantes e residentes de Gravatá acerca da efetividade das políticas públicas de turismo no município.

Agradecemos a sua contribuição!

1 – PERFIL DOS RESPONDENTES	
1.1 – Tempo de Residência	1.2 – Sexo
() Até 1 (um) ano () De 1 a 10 anos () Mais de 10 anos	() Masculino () Feminino
1.3 – Faixa Etária	1.4 – Escolaridade
() Até 18 () 19 a 40 () 41 a 59 () A partir de 60	() Sem Escolaridade () Fundamental () Ensino Médio () Superior () Pós Graduação
2 – PERCEPÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO	
2.1 – Que ações o(a) Sr(a) conhece, voltadas para o turismo? _____ _____ _____ _____ _____	2.2 – Na sua opinião, as ações da Prefeitura ajudam o turismo de Gravatá? () Muito () Pouco () Não ajudam () Não sei responder

<p>2.3- O(a) Sr(a) participa de discussões sobre o turismo na cidade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>2.4- O(a) Sr(a) conhece o Conselho Municipal de Turismo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>2.5- O(a) Sr(a) acha que a população deveria participar da decisão sobre essas políticas públicas para o Turismo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>2.6- Qual a influência do turismo na sua rotina de vida na cidade?</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>2.7 - Na sua opinião, qual a importância do turismo para o município de Gravatá? Considere 1 para pouco importante e 5 para muito importante. <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5</p>	<p>2.8 - Qual(is) atrativo(s) turístico(s) o(a) Sr(a) conhece/visita em Gravatá?</p> <p><input type="checkbox"/> Polo Moveleiro/Artesanato <input type="checkbox"/> Alto do Cruzeiro <input type="checkbox"/> Trilhas Ecológicas <input type="checkbox"/> Cachoeira da Palmeira <input type="checkbox"/> São João <input type="checkbox"/> Semana Santa <input type="checkbox"/> Festival de Jazz <input type="checkbox"/> Natal de Paz e Luz <input type="checkbox"/> Outro: <hr/></p>
<p>2.9 - Na sua opinião, quais os pontos fortes do turismo em Gravatá?</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	<p>2.10 - Na sua opinião, quais os pontos fracos do turismo em Gravatá?</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
2.11 – Na sua opinião, quais os pontos positivos de Gravatá? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	2.12 – Na sua opinião, quais os pontos negativos de Gravatá? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – EMPRESÁRIOS**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – IFPE***Campus
Recife***PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE FORMAÇÃO GERAL – DAFG
CURSO SUPERIOR TECNÓLOGO EM GESTÃO DE TURISMO****ROTEIRO DE ENTREVISTA – EMPRESÁRIOS (meios de hospedagem;
restaurante; loja de artesanato; loja de móveis; agência; transportadora
turística; organizadora de eventos)**

- 1) Há quanto tempo a empresa está estabelecida na praça?
- 2) Qual a importância do turismo para Gravatá?
- 3) Como o turismo influencia no seu negócio?
- 4) O(a) Sr(a) faz parte do Conselho Municipal de Turismo?
- 5) O(a) Sr (a) conhece políticas do turismo para o município?
- 6) O(a) Sr(a) participou da definição/construção dessas políticas?
- 7) Como o(a) Sr(a) avalia essas políticas?
- 8) Na sua opinião, como a Prefeitura poderia melhorar a contribuição para o turismo em Gravatá?
- 9) Como é sua relação com a Secretaria de Turismo municipal?

10) Qual sua relação com organizações que representam a comunidade?

11) Quais as dificuldades que o (a) Sr(a) identifica em empreender no turismo de Gravatá?

12) Quais as vantagens que o (a) Sr(a) identifica em empreender no turismo de Gravatá?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA – ARTESÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – IFPE**

*Campus
Recife*

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE FORMAÇÃO GERAL – DAFG
CURSO SUPERIOR TECNÓLOGO EM GESTÃO DE TURISMO**

ROTEIRO DE ENTREVISTA – ARTESÃOS

- 1) Há quanto tempo o(a) Sr(a) exerce a atividade?
- 2) Fale um pouco sobre a sua arte.
- 3) Quais as vantagens ou dificuldades de ser artesão em Gravatá?
- 4) É formalizado(a)?
- 5) Como o turismo impacta na sua atividade como artesão?
- 6) Qual o apoio do setor público para a sua atividade?
- 7) O(a) Sr(a) conhece as políticas do município voltadas para o turismo?
- 8) O(a) Sr(a) conhece ou participa do Conselho Municipal do Turismo?
- 9) O(a) Sr(a) faz parte de alguma associação de classe?
- 10) O(a) Sr(a) participou da discussão dessas políticas?
- 11) O(a) Sr(a) acha que a população deveria participar da discussão sobre essas políticas públicas para o Turismo?
- 12) O(a) Sr(a) acha que as políticas para o Turismo deveriam ser mais divulgadas?

13)Qual a influência dessas políticas públicas para o Turismo no seu negócio?

14)Na sua opinião, como a Prefeitura poderia melhorar a contribuição para o turismo em Gravatá?

15)Qual a importância do turismo para Gravatá?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTOR

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – IFPE**

*Campus
Recife*

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE FORMAÇÃO GERAL – DAFG
CURSO SUPERIOR TECNÓLOGO EM GESTÃO DE TURISMO**

ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTOR

- 1) O que representa o turismo para Gravatá?

- 2) Quais são as políticas do turismo para o município?

- 3) Como ocorreu a construção/definição dessas políticas? Houve participação de outros atores da cidade? Se não houve, por que?

- 4) Como se dá a participação da Secretaria no Conselho Municipal de Turismo de Gravatá?

- 5) Como é a relação da secretaria com o trade turístico da cidade?

- 6) Como a sociedade civil organizada/ comunidade participam das ações do município voltadas para o turismo?

- 7) Como é feito o acompanhamento da implementação das políticas de turismo em Gravatá? (Qual a ferramenta que utiliza para acompanhar as políticas de turismo?)

- 8) Como você avalia a efetividade dessas políticas?